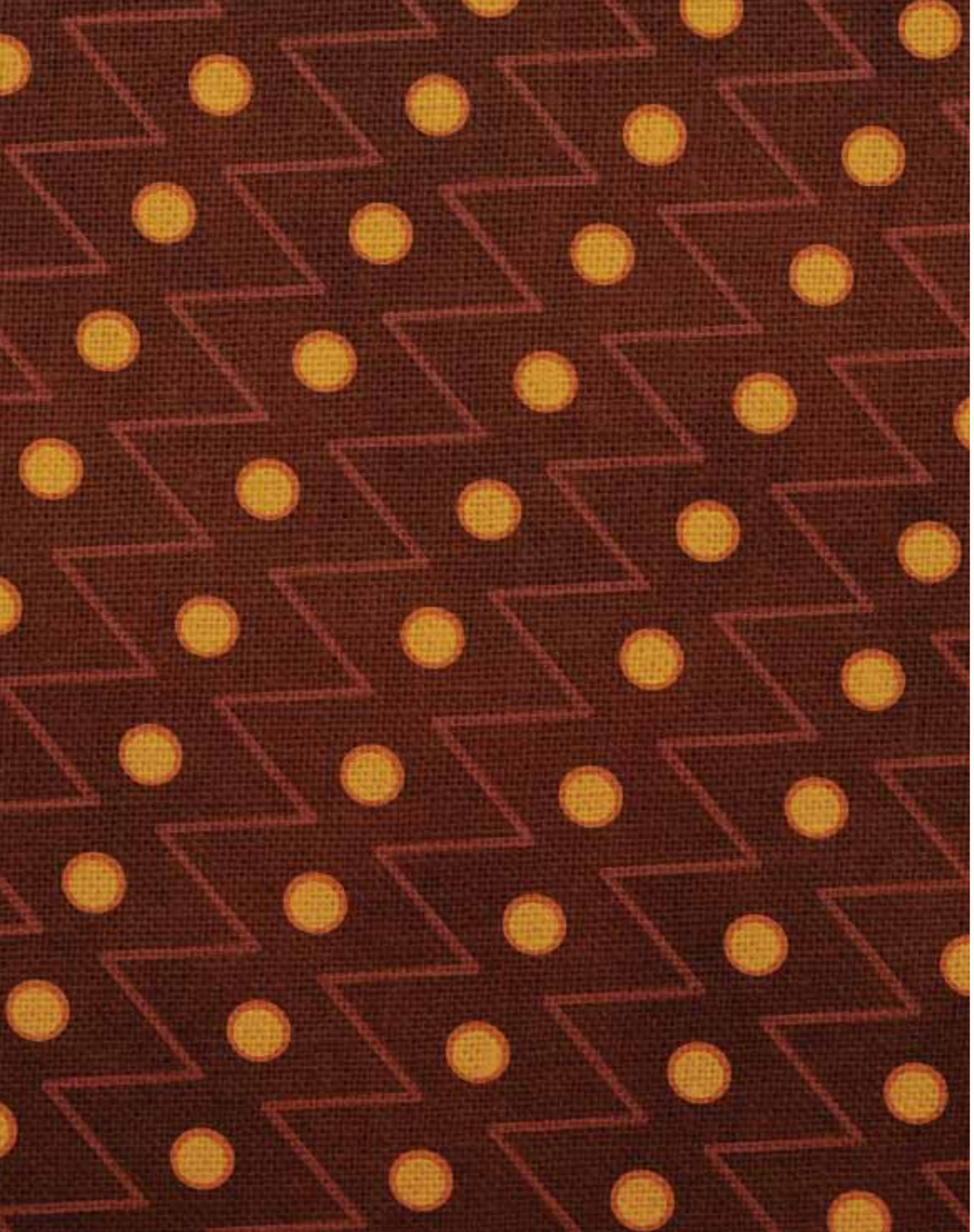
Governo de Pernambuco | Secretaria da Mulher

Mulheres Construindo a Igualdade

Caderno Etnicorracial



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

MULHERES CONSTRUINDO IGUALDADE: CADERNO ETNICORRACIAL

Recife Agosto de 2011

Realização

Secretaria da Mulher
PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

Apoio

ONU MULHERES
Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

2011
ANO INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES

© 2011. Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria da Mulher

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Elaboração, Distribuição e Informações
Secretaria da Mulher de Pernambuco
Cais do Apolo, 222, 4º/5º andar, Bairro do Recife | CEP: 50030-905
Recife-PE | Fone/Fax: (81) 3183 2953 | E-mail: secmulher@secmulher.pe.gov.br

Texto:
Celma Tavares, Cristina Maria Buarque, Fernanda Meira, Lady Selma Albernaz,
Raiza Cavalcanti, Rosangela Souza e Rosário Silva

Digitalização das Imagens: Juliana Barreto

Produção executiva: Cristina Maria Buarque

Revisão: Semira Adler Vainsencher

Projeto gráfico, diagramação e ilustração: Ana Farache, Anderson Martins e Jorge Borges

Distribuição Gratuita
Tiragem: 20.000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CPI)
Centro de Documentação e Informação SecMulher

P452m Pernambuco. Secretaria da Mulher
Mulheres construindo igualdade: Caderno Etnicorracial/ Secretaria da Mulher; Organização e texto: Celma Tavares, Cristina Maria Buarque, Fernanda Meira, Lady Selma Albernaz, Raiza Cavalcanti, Rosangela Souza e Rosário Silva. – Recife: A Secretaria, 2011.
216 p.

ISBN 978-85-61813-04-8

1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. 3. Raça. 4. Etnia I. Tavares, Celma. II. Buarque, Cristina Maria. III. Meira, Fernanda. IV. Albernaz, Lady Selma. V. Cavalcanti, Raíza. VI. Silva, Rosário. VII. Souza, Rosangela.

CDI/SecMulher CDU 396.1

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Governador do Estado de Pernambuco
Eduardo Henrique Accioly Campos

Vice-governador
João Lyra Neto

SECRETARIA DA MULHER
Secretária da Mulher
Cristina Maria Buarque

Secretária Executiva de Políticas para as Mulheres
Barbara Kreuzig

Diretora Geral de Enfrentamento à Violência de Gênero
Raquel Francicleide de Queiroz Fidelis

Diretora Geral de Planejamento e Gestão
Ladjane Batista Cavalcanti

Chefe de Gabinete
Luciana Lopes de Vasconcelos Lima

Gerente de Articulação e Interiorização das Ações de Gênero
Márcia Maria Galvão de Aguiar

Gerente de Fortalecimento Sociopolítico das Mulheres
Fábia Lopes Gomes da Silva

Gerente de Programas e Ações Temáticas
Nara Cristina Noblat Torres Galindo

Ouvidora da Mulher
Lumi Seriama

Assessora de Comunicação Social e Imprensa
Ylka Etienne de Oliveira

Coordenadora de Apoio Jurídico
Ana Paula Araújo de Souza Leão

Bibliotecário
Rickson Medeiros

Coordenadora de Formação em Gênero
Cristina Camarotti

Coordenadoras, Coordenadores, Assessoras, Assessores, Secretários, Secretárias, Técnicos e Técnicas Especializadas em Gênero, Raça, Etnia e Orientação Sexual

Alberto Bandeira de Carvalho, Alessandra da Silveira Rios, Allan Diêgo da Costa Lopes, Amanda Martha Campos Scott, Ana Lúcia Lima Freitas, Ana Verônika de Oliveira Vila Nova, Ângela São Marcos de Queiroz Barbosa, Angélica Brandão Sales, Aristóteles Marques Cavalcanti da Silva, Carla Cristiane Ramos de Macêdo, Catharine Bernardo Cavalcante Lima, Célia Maria Silva Martins, Cintya Karollyna Maria da Silva Freitas, Clariana Feitoza de Oliveira, Cláudia Sally Silva de Brito, Clécia Magadyelle Cavalcanti Mendes, Dayse Magalhães de Carvalho, Dianna Darla Silva Ramos, Dóris Priscilla Queiroz Cavalcanti, Elimarcos Alves Cordeiro, Elizabete Silvia de Melo Santos, Emilianna Pita Dantas, Fabiana Wilka de Albuquerque, Fátima Cristina Santiago Sales, Fernanda Karla Farias de Araújo, Fernanda Meira, Flávio Artur de Souza Melo, Francinagela Oliveira, Helba Gileade Barcelos de Melo Souza, Isac de Souza Cavalcanti Filho, Itamar Alves Gadelha, Ivaneide Xavier Diniz, Jaciara Maria Lopes Campos de Oliveira Alencar, Janete Rodrigues de Moura, Joanne Serafim de Lima, José Remon Tavares da Silva, José Roberto da Silva, Juliana Dias Barreto, Juliana Pantoja de Aquino, Karla Castelo Branco Pais e Melo, Karoline Tomaz de Aquino, Kassiana Elisa Lins de Andrade, Kylma Marques Torres Jardim, Lorena de Alencar Freitas, Lourdes Araújo Silva, Luciana de Fátima Ferreira Dornelas, Lucielle da Silva Farias, Maíra Honorato Marques de Santana, Maria Aparecida Apolinário de Oliveira, Maria Clecia de Souza Nunes, Maria Cristina Camaroti da Silva Bastos, Maria da Conceição Ferreira Arôxa, Maria das Neves dos Santos Nogueira, Marlene Mendes de Azevedo, Marly Gonçalves Lins, Marqueline Flávio Pereira dos Anjos, Marta Mônica Lima Gonçalves, Nadir Josefa Barbosa do Nascimento Lemos, Natália Vivianni Muniz Costa, Nathália Sandes Silva, Natilde Ceciliana dos Santos, Niedja Bandeira de Barros Marins, Núbia Maria Ribeiro de Souza, Paloma Rodrigues de Castro, Patrícia Duarte Nogueira Tavares, Patrícia Maria Cabral dos Santos, Pedro Camilo Calado da Silva, Poliana Gomes Oliveira, Rahísa da Silva Melo, Raíssa Orestes Carneiro, Raiza Ribeiro Cavalcanti, Régina Maria da Silva, Rejane Helena Neiva Cunha, Renata do Amaral Mesquita, Rickson Medeiros, Ridete da Silva, Roberta Maria de Almeida Bastos, Rosangela Ribeiro Nunes, Rosangela Souza, Rosita Marina Ferreira Batista Martins, Rozangela Maria de Sá Almeida, Solange Bezerra dos Santos, Suenia Claudiana do Nascimento Pinto,Talita Albuquerque Araújo, Tarcilla Sousa Moreira, Tereza Diniz, Valdete Ferreira Lima, Valdirene Gonçalves da Anunciação Azevedo, Vanessa Raposo Silvino Rêgo, Verônica Maria Ribeiro Xavier, Vilma Patrícia Cavalcanti Detemering.

Apoio administrativo e motoristas
José Vieira de Brito, José Wellington de Oliveira, Joventino José de Lima, Luiz Gustavo da Silva.

Estagiárias e estagiários
Aaron Gomes Batista da Silva, Adeilda Amorim da Silva, Almir Ferreira Rezende, Andrezza Pedrosa Alves, Elis Gomes de Souza Lima, Francine da Silva Nascimento, Joelma Viana de Araújo, Juliana Silva de Lima, Mônica Bezerra de Miranda, Pedro Henrique Farias Oliveira, Raul Vinícius Araújo Lima, William César de Souza Paiva

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Antonieta Maria da Silva

Uma das nossas homenagens vai para essa mulher guerreira, que lutou pelo reconhecimento do Quilombo das Onze Negras, no Cabo de Santo Agostinho. Dona Toinha, como era conhecida, plantava e cortava cana, lavava roupa, para fora, e exercia, ainda, o ofício de parteira, herdado de sua mãe. A família de Dona Toinha era descendente de africanos e africanas, escravos no antigo Engenho Trapiche, que, depois, se transformou em uma usina. Já em liberdade, a família fez um acordo com o proprietário da usina, para que, em troca de um pedaço de terra, pudesse continuar trabalhando no plantio de cana-de-açúcar. Antonieta Maria da Silva teve quinze filhos, dos quais onze sobreviveram. Devido às difíceis condições financeiras, da época, ela e seus filhos tiveram que trabalhar no canavial, e as crianças não puderam estudar. Porém, quando adultos, eles ingressaram no Programa Chapéu de Palha, na gestão do então governador Miguel Arraes de Alencar. Dona Toinha faleceu em 24 de novembro de 2006, dois anos após o reconhecimento de sua comunidade, pelo Governo Federal, como sendo remanescente de um quilombo.

Maninha Xukuru-Kariri

A nossa outra homenagem é para Etelvina Santana da Silva, conhecida como Maninha Xukuru-Kariri, nasceu em 1966, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas. Sua origem étnica vem de dois povos distintos: dos povos Xukuru, de Pernambuco, e Kariri, de Alagoas. Ela foi uma grande mulher que lutou pela demarcação das terras e pela liberdade dos povos Xucuru Kariri, conquistada em 1986. Maninha Xukuru-Kariri foi a primeira mulher a fazer parte da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo (Apoinme). Por sua trajetória e atuação, em busca de justiça e de paz, ela foi indicada, no ano 2000, para o Projeto 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz. Maninha Xukuru-Kariri faleceu no dia 1 de outubro de 2006, ano em que a vitória pela demarcação das terras Xukuru-Kariri completava vinte anos.

PREFÁCIO

Uma saga de luta por inclusão, por respeito, dignidade, e vida, é o que nos oferece a leitura do livro Mulheres Construindo a Igualdade: Caderno Etnicorracial.

Ele nos leva a refletir sobre a história da luta das mulheres, em busca de sua autonomia, sua infindável capacidade de inspirar gerações, de se aliar a todas as lutas em prol da justiça, assim como motivar, orientar e abastecer de aprendizados valiosos, todos aqueles que têm a capacidade e a sensibilidade para formular as suas lições, o seu crescimento cognitivo, social, pessoal, profissional e espiritual. Sim, são aprendizados em todas as dimensões, múltiplos, assim como nós, mulheres.

Sim, da nossa luta, da luta das mulheres, ele é fruto. Nele, acompanhamos que, desde o começo da colonização do Brasil, muitos têm sido os desafios enfrentados, para alcançarmos nosso lugar legítimo, em uma sociedade onde o conservadorismo, aliado ao preconceito e ao racismo, se perpetuou durante séculos, inibindo expressões, retirando direitos e, muitas vezes, inclusive, os deveres das cidadãs.

Nesse aprendizado, podemos ver o quanto fomos afastadas das instituições da democracia - da prática do voto, do direito ao exercício da cidadania, entre outros

- e dos arranjos do mundo econômico. Fomos impedidas, constantemente, de viver de forma plena, nossas aptidões políticas e produtivas. Muitas e inúmeras injustiças nos levaram a uma História repleta de lacunas. Dessa trajetória de exclusões, compartilharam populações inteiras de africanos, de afrodescendentes e de indígenas, aqui no Brasil.

Nos primeiros tempos, nós, mulheres, de todas as raças e etnias, e homens negros e indígenas, só tínhamos o direito de servir. Mesmo assim, tivemos força e coragem para lutar e mudar, bastante, tal realidade. Todos sofreram e, muitos de nós, sofrem, ainda, com o racismo e a violência, com a ausência do direito de reclamar e de ser ouvido em suas dores.

No entanto, a grandiosidade deste livro é trazer o outro lado da História: o da força das guerreiras e guerreiros, das mulheres brancas e dos homens brancos, indígenas e negros, que vêm transformando os rumos da própria sociedade, que um dia os excluiu. É mostrar como, em uma luta diuturna, as pessoas vêm trançando, realinhando, e ajustando o eixo das desigualdades daquela trajetória, mediante os desejos de justiça, de paz, de desenvolvimento e de felicidade, para a maioria dos brasileiros e brasileiras.

É poder olhar para a realidade e ver que existem evidências dessas mudanças, e que elas ganham notoriedade, no Brasil deste novo milênio, a exemplo do que está acontecendo nas altas esferas do Poder Público: uma mulher na Presidência da República. Homens negros, nos Ministérios e nas Secretarias de Estado. Mulheres no Senado, na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas, nas Prefeituras e nas Câmaras Municipais.

O conteúdo de Mulheres Construindo a Igualdade, além de nos encher de entusiasmo, e convencer da importância de darmos continuidade aos nossos esforços, sem dúvida alguma, contribuirá para que, muitas pessoas, de todas as gerações, em todos os cantos deste Estado, se incorporem à luta por uma sociedade mais justa, mais humana e solidária.

Por fim, dentre todos os desafios contidos neste livro, o maior e o mais prazeroso deles, está relacionado ao cultivo do afeto e da alegria, que, no tocante ao futuro, nos fazem edificar tantas esperanças. Um beijão no coração!

Laura Gomes
Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Governo de Pernambuco

SUMÁRIO

PREFÁCIO 07

APRESENTAÇÃO 17

1ª PARTE
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E AOS CONCEITOS DAS DESIGUALDADES 20

Capítulo 1: COMEÇANDO A COMPREENDER AS DESIGUALDADES 22

1.1 O Ponto de partida para se compreender as desigualdades no Brasil 25

Capítulo 2: OS PRIMEIROS PASSOS DA HUMANIDADE 30

2.1 Estudos que revelam os caminhos da humanidade 33

2.2 Raça branca versus raça negra: Uma invenção das pessoas 35

Capítulo 3: A ORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES
E AS SOCIEDADES DESIGUAIS 40

3.1 A diferença entre natureza e cultura 43

3.2 As formas de desigualdades nas sociedades 45

Capítulo 4: OS CONCEITOS DE GÊNERO, RAÇA, ETNIA E CLASSE SOCIAL 48

4.1 O que é gênero? 51

4.2 O que é raça? 53

4.3 O que é etnia? 54

4.4 O que é classe social? 55

Capítulo 5: AS SOCIEDADES NÃO-ACUMULADORAS DE RIQUEZAS, FEUDAIS E CAPITALISTAS 58

5.1 As sociedades que não acumulam riquezas 61

5.2 As sociedades feudais 63

5.3 As sociedades capitalistas 65

5.3.1 O Socialismo e o projeto de sociedade mais justa 68

2ª PARTE
AS CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS, PORTUGUESES E AFRICANOS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA 72

Capítulo 6: INICIANDO OS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL 74

6.1 Conhecendo o passado dos povos que deram origem ao Brasil 77

6.1.1 Dividindo a história do Brasil 78

6.2 O Significado do açúcar na formação do Brasil 79

6.3 Revelando os outros povos que vêem contribuindo para a formação do Brasil 79

Capítulo 7: OS POVOS INDÍGENAS 84

7.1 Aspectos principais da organização das comunidades indígenas brasileiras 87

7.2 Relações de gênero no interior das sociedades indígenas 87

7.3 O que aconteceu aos povos indígenas com a chegada dos portugueses 89

7.3.1 O período pré-colonial (1500-1530): As trocas e os saberes 89

7.3.2 O período colonial (1530-1822): os povos indígenas diante da violência das armas de fogo 90

7.3.3 O período da vida nacional (1822 até os nossos dias): os povos indígenas diante do Império e das Repúblicas no Brasil 91

Capítulo 8: POVOS EUROPEUS: OS PORTUGUESES 94

8.1 O Período das grandes navegações portuguesas 97

8.2 O Brasil: A segunda grande descoberta dos portugueses 99

Capítulo 9: OS POVOS AFRICANOS 102

9.1 O Continente Africano antes da colonização 105

9.1.1 As relações de gênero e as especificidades da opressão das mulheres na África 106

9.2 O período colonial (1530-1588): a escravidão dos africanos e a ganância portuguesa 106

9.2.1 A crueldade da escravidão portuguesa: os Navios Negreiros 108

9.3 A Vida dos africanos e das africanas em terras brasileiras 109

9.4 A vida das mulheres africanas no Brasil 110

9.5 Nossas heranças africanas 111

9.6 A resistência africana 111

9.7 A negação dos negros 112

Capítulo 10: CONTRIBUIÇÃO À COMPREENSÃO DOS SAGRADOS AFROBRASILEIRO E INDÍGENA 118

10.1 As religiões afrobrasileiras 121

10.2 Os povos indígenas e o sagrado 122

10.2.1 Toré 122

3ª PARTE
ENTENDER O CONTEXTO ATUAL DAS DESIGUALDADES É TER PODER PARA MODIFICÁ-LAS 126

Capítulo 11: AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL DE HOJE 128

11.1 Entendendo o racismo, a discriminação e o preconceito 131

11.2 Como se organizam politicamente as populações? 132

Capítulo 12: INTRODUÇÃO AOS MOVIMENTOS ETNICORRACIAIS NO BRASIL 134

12.1 Conhecendo o Movimento Negro 137

12.1.1 O Movimento Negro no período da República 139

12.2 Movimento de organização política indígena 140

Capítulo 13: SAUDAÇÕES QUILOMBOLAS 142

13.1 Lutas e conquistas do Movimento Quilombola 145

13.2 As Onze Negras: lutas e conquistas das mulheres quilombolas 147

Capítulo 14: A FASE DA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA 150

14.1 Associações negras 153

14.2 Imprensa negra 154

14.3 A presença das mulheres nas associações e na imprensa negra 154

Capítulo 15: A FASE DA REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS 156

15.1 Surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB) 159

15.2 Organizações femininas na Frente Negra 160

Capítulo 16: A FASE DE CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) 162

16.1 Lutas e conquistas do MNU 165

16.2 As mulheres negras entre o Movimento Feminista e o Movimento Negro 166

Capítulo 17: AS LUTAS INDÍGINAS 168

17.1 Lutas e conquistas do Movimento Indígena 171

17.2 As mulheres indígenas: lutas e conquistas 172

Capítulo 18: AS DESIGUALDADES EM DADOS 176

18.1 Institutos de Pesquisas 180

18.1.1 IBGE 180

18.1.2 IPEA 182

18.2 Números absolutos e números percentuais da tabela 182

18.2.1 Como se obtém um número percentual ou se calcula porcentagens? 183

18.3 Distribuição da população por sexo, segundo a raça 184

18.4 Distribuição da população por domicílios 185

18.5 Distribuição da população segundo os grupos de idade 188

18.6 As desigualdades de acesso das populações negras, brancas e indígenas, às instânciasde poder 189

18.7 As desigualdades de acesso das populações negras, brancas e indígenas, à segurança 191

18.8 As mulheres e as desigualdades etnicorraciais: Uma dupla discriminação 192

Capítulo 19: AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES 194

19.1 Organismos responsáveis por políticas de reparação das desigualdades etnicorraciais 197

19.2 As principais políticas de enfrentamento às desigualdades etnicorraciais na educação 198

19.3 As principais políticas de enfrentamento às desigualdades etnicorraciais no mundo do trabalho 199

19.4 As principais políticas de enfrentamento às desigualdades etnicorraciais e de gênero nos espaços de poder 200

Capítulo 20: A LEGISLAÇÃO DE CORREÇÃO DAS DESIGUALDADES 202

20.1 Leis anti-racistas: conquistas das mulheres negras e dos movimentos sociais 205

20.2 Organizações de defesa dos direitos: igualdade racial e étnica 209

20.2.1 Órgãos federais de promoção da igualdade racial 209

20.2.2 Órgãos Federais para promover a igualdade étnica 211

20.2.3 Órgãos do Governo do Estado de Pernambuco para promoção da igualdade racial 212

20.2.4 Órgãos dos governos municipais para a promoção da igualdade racial 214

20.3 Órgão do Ministério Público em Pernambuco 214

20.4 Organizações não governamentais 215

APRESENTAÇÃO

Por muitos e muitos anos, a História do Brasil esteve presa às conquistas portuguesas e a uma narrativa elogiosa sobre o empreendedorismo do homem branco no novo continente. Ela adotou a idéia de Descobrimento do Brasil, para contar a invasão européia das terras indígenas, diminuindo a cultura e a sociedade que aqui existiam em 1500. Nela foi negado espaço para informações sobre a importância da presença dos povos africanos para a formação da intelectualidade, sensibilidade e sobrevivência de um Brasil independente. Ela permitiu que muitas gerações encarassem a crueldade da escravidão como algo natural ou um mau necessário.

Recentemente, uma forte crítica a essa história vem sendo construída pelos Movimentos Sociais, fazendo com que homens e mulheres, dentro e fora das universidades, se dediquem a remontar a nossa História. Essa tarefa tem demonstrado como o passado do Brasil está mal contado, pouco servindo para entendermos o que nos acontecia, e, menos ainda, para corrigir as desigualdades que tanto comprometem nossa democracia e nossa vida republicana.

Mulheres Construindo a Igualdade: Caderno Etnicorracial é uma iniciativa da Secretaria da Mulher de Pernambuco, apoiada pela ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres –, voltada para difundir essa nova história. É, portanto, uma contribuição à aplicação da Lei Nº. 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura afrobrasileira e africana, bem como da Lei Nº. 11.645 de 2008, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura indígenas.

Mulheres Construindo a Igualdade é, também, mais uma publicação da série de Cadernos para a Promoção da Igualdade, resultante de esforços coletivos

de militantes dos movimentos etnicorraciais e de professores e profissionais das áreas da História, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, Pedagogia, Estatística. Nosso muito obrigada a todos eles. Agradecemos, também, carinhosamente, a Eliene Amorim, que, com presteza e sabedoria, forneceu informações preciosas sobre os primeiros povos do Brasil: os povos indígenas, aos quais grande parte deste livro está dedicada. Gostaríamos, ainda, de agradecer a valiosa contribuição do Instituto Ricardo Brennand, do Museu do Estado de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco, que com seus acervos nos presentearam com a possibilidade de lindas ilustrações.

Neste momento de reconhecimento das contribuições, queremos manifestar, também, a nossa determinação de usar a expressão, "presidenta", cuja ausência, em outros textos, se deve, nada mais, nada menos, ao reflexo, na comunicação, das históricas desigualdades entre homens e mulheres nos espaços de poder.

Mulheres Construindo a Igualdade começa trazendo elementos da História da Humanidade, e sai dando uma volta ao mundo, revelando muitas coisas e juntando vários fatos que nos levam a conhecer uma África cheia de países, histórias e saberes. Depois, chama as leitoras e leitores a reconhecer que a população brasileira é herdeira de outros povos e a ter consciência de que, o fio da meada das desigualdades no Brasil, encontra-se enredado por todos os lados. Por fim, convoca a todos a ter coragem de puxar esse fio.

Com isso, abrem-se os capítulos sobre a vida das populações indígenas, no Brasil, antes de 1500, quando o homem branco ainda estava longe desta terra. As formas de organização social, econômica e política dos primeiros povos do Brasil, assim como sua relação com o sagrado são descritas permitindo desmitificar a trama que veiculou tais populações como bárbaras, despudoradas, ignorantes e perversas. Em outras palavras, a leitura vai nos libertando dos preconceitos contra os indígenas.

Em seguida, o olhar se dirige aos portugueses, pois eles foram o segundo povo a viver em nossas terras. Foram eles que, dominando os índios, e explorando as riquezas naturais do Brasil, influenciaram, de maneira determinante, a nossa formação. Esse caminho nos leva a compreender as razões de sua vinda para cá e,

portanto, a saber, um pouco mais, o que acontecia em Portugal naqueles tempos. Tais conhecimentos são importantes para entendermos, hoje, a nossa sociedade: suas desigualdades, dificuldades, e possibilidades de promover a igualdade social.

Por fim, a leitura nos leva à História dos povos do Continente Africano e de suas vidas no Brasil. Desse modo, passamos a entender melhor e de forma mais justa esse importante núcleo de nossa formação, reconhecendo que nossa existência está ligada, diretamente, às riquezas, aos infortúnios e à alegria dos povos africanos. Isto porque foram eles que, em grande parte, determinaram o perfil de nossa população, e as dimensões de nossa formação como país, como nação, sociedade, economia, cultura e sensibilidade.

Mulheres Construindo a Igualdade: Caderno Etnicorracial, fechando um conjunto de informações necessárias à consciência sobre a verdadeira formação brasileira, oferece, nos últimos capítulos, uma visão dos movimentos sociais e das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade etnicorracial. Dessa forma, ratifica que mesmo sendo o Brasil território marcado pelo racismo, é uma sociedade que quer se transformar.

Por isso, o Governo de Pernambuco, cumprindo com o seu papel de indutor do desenvolvimento e da justiça social, promove políticas públicas de Estado para que cada pessoa, seja branca, negra, ou indígena, possa se livrar dos preconceitos raciais e construir uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Boa leitura!

Cristina Maria Buarque
Secretária da Mulher
Governo de Pernambuco

1ª PARTE

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E AOS CONCEITOS DAS DESIGUALDADES

CAPÍTULO 1

COMEÇANDO A COMPREENDER AS DESIGUALDADES

Mapa do sul da capitania de Pernambuco, atual estado de Alagoas. Parte do conjunto cartográfico executado em 1643 para o livro de Barlei com ilustrações de Frans Post.
George Marcgraf
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

A humanidade está cheia de desigualdades. São desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades entre brancos, negros, amarelos e avermelhados. Desigualdades entre camponeses e operários, entre pobres e ricos, entre pessoas jovens e idosas. Desigualdades entre homossexuais e heterossexuais. As desigualdades estão por toda parte: nos países, nas nações e nas comunidades. Elas aparecem nos contos de fada, nos livros científicos, nas discussões políticas das associações de bairros e dos governos.

- Mas, de onde vêm as desigualdades? Da natureza ou da sociedade?

– As desigualdades entre as pessoas contam uma história muito antiga e variada. Elas se formam no processo de organização das sociedades, isto é nas relações entre os seres humanos. Portanto, as desigualdades não vêm da natureza, mas, sim, da cultura. Elas são tão comuns quanto tristes!

Hoje, todas as desigualdades, ou cada uma delas, especificamente, são identificadas como a principal fonte de violência. A maioria das sociedades quer se livrar das desigualdades. Enfrentá-las, em qualquer lugar onde apareçam, é tarefa de todos os brasileiros e brasileiras.

1.1 O ponto de partida para se compreender as desigualdades no Brasil

Na nossa sociedade, as desigualdades começaram antes mesmo de sermos um país, bem antes de o território brasileiro aparecer nos mapas. Assim, aqui em Pernambuco, as desigualdades se anunciaram em 1500, ano em que os primeiros portugueses chegaram ao Brasil, e se referem às relações entre os povos indígenas e os europeus, com sacrifício para índios e índias. Depois, com a chegada das pessoas sequestradas no Continente Africano, por volta de 1536, apareceram, também, as práticas das desigualdades entre brancos e negros, com sacrifício para os negros. A essas desigualdades denominamos de desigualdades etnicorraciais.

No entanto, as desigualdades etnicorraciais não existiam sozinhas. Os povos indígenas, africanos e europeus - que são os pais e as mães do Brasil -, já estavam envolvidos, há muitos e muitos anos, com as desigualdades entre homens e mulheres, com prejuízos para as mulheres. Atualmente, chamamos tais desigualdades

de desigualdades de gênero, ou desigualdades sociais entre os sexos. Por essa razão, podemos dizer que as desigualdades entre homens e mulheres são muito antigas, e tão maléficas à sociedade quanto todas as outras.

A verdade é que, aqui no Brasil, as desigualdades etnicorraciais, combinadas com as de gênero, criaram um país repartido entre pessoas muito pobres e pessoas muito ricas. Ou seja, um país também com desigualdades de classes sociais.

Hoje, apesar de passados mais de 500 anos da vinda dos portugueses, as desigualdades continuam representando o maior sofrimento para a nossa sociedade e, por essa razão, a fonte de todas as violências. Buscar as suas origens, revelar as suas formas, entender os seus significados, e reparar os danos que elas têm causado, fazem parte da tarefa de mudar a nossa casa, a nossa comunidade, a nossa sociedade, o nosso país e, portanto, lutarmos para ser mais felizes.

VAMOS PENSAR MAIS!

O que significa sermos uma sociedade formada por desigualdades?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto a. Explicando o que é território, nação e país

Sem nenhuma adivinhação, podemos dizer que território é uma palavra aparentada com terra, mas que contém outros elementos da natureza. Assim, território são as terras, as águas, o espaço aéreo, a fauna, e a flora, de um determinado lugar.

Nação, por sua vez, refere-se às pessoas. Podemos dizer, então, que uma nação é o agrupamento de pessoas que compartilham normas e sentimentos relativos aos lugares, aos modos de vida, às formas de comunicação e de cultivar valores, e que constituem as especificidades de um povo.

País, enfim, é um território delimitado, geograficamente, no qual as pessoas vivem segundo as suas leis e a administração econômica e social de um governo próprio. Isto quer dizer que, para existirem, os países, as pessoas se juntaram e criaram formas de se relacionar dentro de um determinado território. Ou seja, as pessoas criaram **sociedades**.

Porém, é importante lembrar que um mesmo **país** pode abrigar várias **nações** diferentes. No Brasil, por exemplo, os indígenas constituem nações e os africanos que se juntaram nos quilombos, no começo da colonização, lutaram por isso, de tal forma que, hoje, os seus herdeiros diretos, os quilombolas, vivem em territórios próprios, compartilhando modos de vida diferenciados daqueles que acontecem nas cidades.

Não existe um país sem um governo, formado somente por terra, água, plantas (que formam a flora) e animais (que constituem a fauna). Para que exista um país é preciso que as pessoas vivam lá, se reproduzam, elaborem leis, domestiquem os animais, utilizem a terra, os mares e os rios para produzir, pescar e navegar, e, também, que haja um governo. Em cada lugar, o povo desenvolve um modo particular de fazer todas essas coisas. A esse modo próprio chamamos **cultura**.

> **Cultura** é o modo próprio que cada povo desenvolve para fazer todas as coisas. É o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo. A cultura é formada pela música, pelo teatro, religiões, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, valores, crenças, formas de organização social, entre outros.

Por sua vez, as sociedades vão criando novas formas de governar, transformando-se e modificando sua própria cultura. Os registros dessas mudanças e dos eventos que acontecem na sociedade, tais como guerras, revoluções e reformas, vão formando a **História** dos povos que vivem no país.

Resumindo, para que exista um país, é preciso que as pessoas construam uma sociedade e tenham um governo próprio. Então, o ingrediente mais importante de um país são as pessoas e as relações entre elas, pois são elas que formam a sociedade, o governo, a cultura e a história. Enfim, são essas relações que determinam a forma

de organização de um povo, e revelam se a sociedade está se desenvolvendo de forma justa ou injusta.

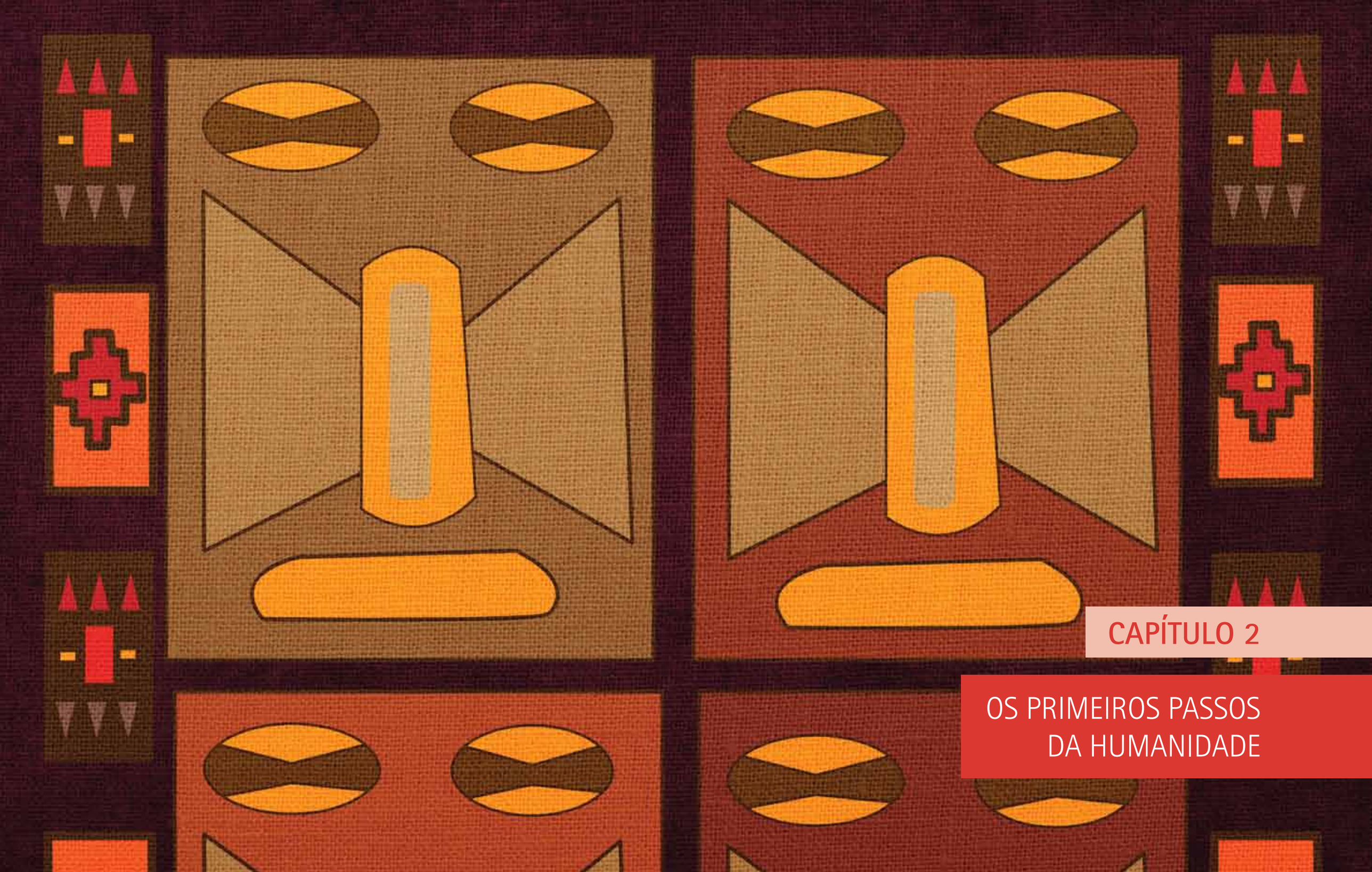
No caso do Brasil, as desigualdades se instalaram com a chegada dos portugueses. Naquele momento, os índios perderam a liberdade de ir e vir, em seu território, e foram escravizados e ameaçados, em seus sentimentos de nação. Os povos africanos foram trazidos à força, para cá, e escravizados. Os portugueses se constituíram como senhores de tudo. A partir daí, começou uma longa e tortuosa História das desigualdades, na formação de nossa sociedade, de nossa cultura, de nosso país, de nosso Estado, que é o Brasil.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, tomamos conhecimento de que as desigualdades, hoje, no Brasil, têm sua origem nas desigualdades praticadas há 500 anos, pelos povos que participaram de nossa criação. Vimos, então, que cada cultura, a seu modo, promove relações desiguais entre as pessoas, a partir de elementos como gênero, raça, etnia e classe social. Também compreendemos as diferenças entre o que significa território, país e nação. Tudo isso nos auxiliará, mais adiante, a encontrarmos caminhos para promover a igualdade no interior do território brasileiro, e nos fará entender melhor a necessidade de respeitar aqueles que são diferentes.

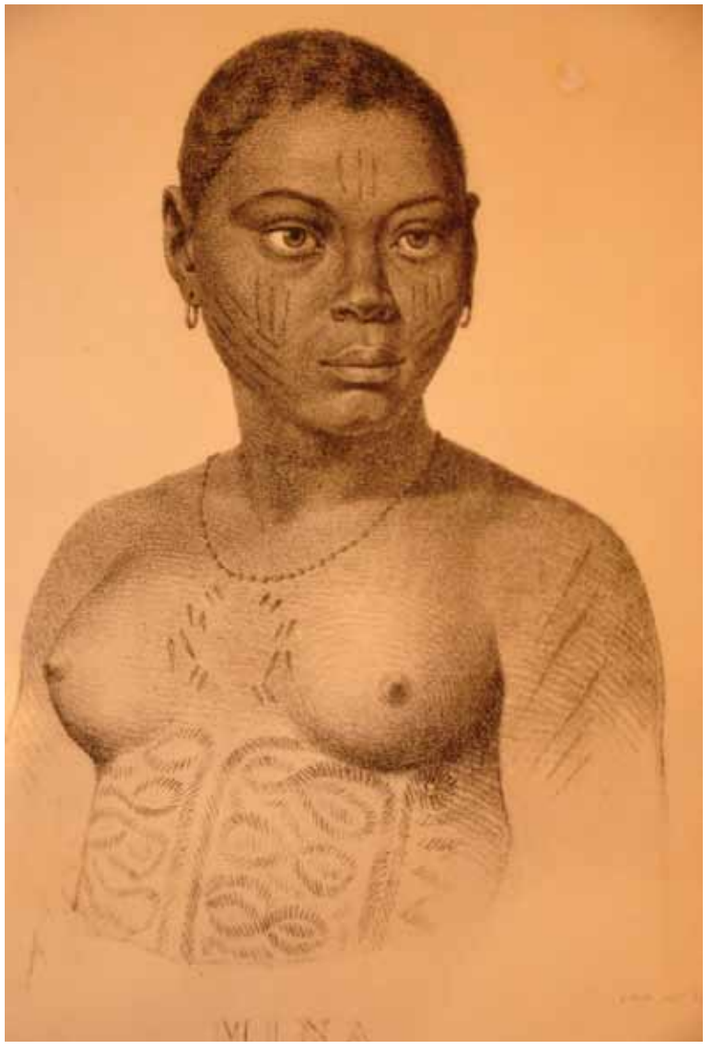
Detalhe de *Gouaranis civilises employés a Rio Janeiro comme artilleurs*
JB Debret (1816-1831)

Do livro Voyage Pittoresque et Historique au Bresil
Rio de Janeiro – Record/ 1965
Acervo da Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco



CAPÍTULO 2

OS PRIMEIROS PASSOS DA HUMANIDADE



Negros Cabinda, Quiloa, Rebola e Mina
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia sobre papel - 37,5 x 31 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Neste capítulo, vamos descobrir situações de épocas antigas da humanidade e, ainda, de tempos mais recentes. Essa caminhada ao passado é importante para fazermos comparações, aumentarmos nossa consciência sobre o tamanho dos preconceitos da sociedade brasileira, e revelarmos grandes mistérios, a exemplo daqueles que, aparentemente, envolvem a seguinte questão:

Como a humanidade se espalhou pelo mundo, cruzando mares e oceanos, para dar origem às diferentes sociedades e culturas, se não existia nem avião, nem carro, nem navio?

Para obtermos respostas para essa e para outras perguntas, vamos nos aproximar das ciências que estudam a humanidade

2.1 Estudos que revelam os caminhos da humanidade

As informações sobre a humanidade são reveladas por várias fontes de conhecimentos:

1. A Arqueologia, que faz escavações para descobrir pistas deixadas pelos povos antigos e, até, pelos dinossauros. Essa ciência domina, hoje, as técnicas para avaliar quanto anos tem o esqueleto de um bicho, ou de uma pessoa, quando eles viveram, que alimentos comiam e, portanto, o que era produzido naquela época;
2. A Geografia, que estuda, entre outras coisas, a formação dos continentes, dos mares, dos morros e, inclusive, dos vulcões;
3. A História, que estuda os eventos ocorridos no passado, tais como as guerras, as revoluções, os sequestros, as sucessões dos governos, a exemplo do Golpe Militar de 1964, aqui, no Brasil;
4. A Antropologia, que estuda o ser humano, suas produções e seus comportamentos, em outras palavras, que estuda as culturas e os modos de vida dos povos. Por exemplo: são os antropólogos que têm estudado as culturas indígenas; e
5. A Sociologia, que estuda a constituição das sociedades e a forma como elas se reproduzem, através das relações e das organizações humanas. Essa ciência nos ajuda a perceber de que forma as desigualdades são instituídas e reproduzidas no interior de uma sociedade, hierarquizando as pessoas, entre outras

coisas, em razão da cor de sua pele, da forma de seus cabelos, ou seja, em razão dos seus traços físicos.

Os estudos arqueológicos contam, então, que há mais de 150 mil anos, os primeiros seres humanos - mulheres e homens, crianças e pessoas idosas - eram negros e viviam em pequenas comunidades, em um grande recanto de terras que, hoje, é o Continente Africano.

Da mesma forma, os estudos geográficos nos esclarecem que o planeta Terra, em seus milhares de anos de existência, sofreu vários terremotos, maremotos e explosões vulcânicas, que modificaram as suas formas, separando ou juntando terras e águas.

Com a ajuda dos mapas a seguir, podemos comparar essas modificações. No primeiro, vemos que os continentes, ou seja, os blocos de terra que hoje estão separados pelas águas, em épocas muito antigas, eram maiores e estavam unidos por estreitos de terra.

Figura 1 – Mapa mundi do período do início da fragmentação da pangéia (ou supercontinente)

Fonte: ≤http://etnias.pbworks.com/Mapas-migra%C3%A7%C3%B5es≥

Agora, neste mapa atual, vemos que os continentes são menores, formando diversas regiões do mundo, e que os caminhos terrestres foram interrompidos.

Figura 2 – Mapa mundi do período atual de configuração dos continentes

Fonte: ≤http://sualocalizacao.blogspot.com/2007_12_01_archive.html≥

Aqui vemos que as terras africanas, europeias, americanas e asiáticas, que formam, na atualidade, os quatro Continentes, não eram, no passado, separadas, totalmente, por oceanos e mares.

Juntos, os estudos arqueológicos e geográficos nos contam, também, que aquelas antiqüíssimas comunidades saíram da África e foram se deslocando a pé até habitar os territórios que hoje são a Europa, a Ásia e as Américas, que é onde fica o Brasil. Ou seja, foram ocupando outros lugares, passando a povoar os outros continentes, enfim, todo o planeta.

Por sua vez, os estudos antropológicos ensinam que a África é a mãe da humanidade, e que os seus primeiros povos foram os Bérberes, os Bantos, os Soninkés e o Império de Gana.

2.2 Raça branca versus raça negra: uma invenção das pessoas

Os estudos comparativos do sangue de pessoas brancas, negras e amarelas mostram que existem diferenças entre o sangue de todas as pessoas, mas que não

existe nenhuma diferença importante por razão da cor da pele. Dessa maneira, a antropologia e a biologia nos ensinam que os antepassados dos brancos, dos amarelos, dos avermelhados e dos negros, eram negros e que aparência e sangue não são a mesma coisa. Portanto, que só existe uma raça: a humana.

Os estudos sociológicos sobre a escravidão dos povos africanos, por parte dos portugueses, assim como sobre as atuais relações entre brancos, negros e índios, no Brasil, revelam que, em termos das relações sociais, a ideia de raça continua existindo. Tomamos consciência desse fenômeno social quando observamos que, a justificativa para se estabelecer a escravidão, nas Américas, baseou-se na classificação dos seres humanos em superiores e inferiores, em razão de sua aparência física. Da mesma forma, quando constatamos que as populações negras vivenciam situações sociais, políticas e econômicas desvantajosas, em relação aos brancos. Em tudo isso, está contida a ideia de que as pessoas, por não terem os mesmos traços físicos dos brancos, pertenciam à outra raça, sendo, por esse motivo, inferiores. Assim, criou-se o fenômeno social raça. Sobre esse fenômeno e o racismo, voltaremos a falar, com maior profundidade, mais à frente, no Capítulo 11.

Estávamos enganados se pensávamos que havia raças superiores, e que as pessoas brancas, pelo fato de serem, hoje, as mais ricas do mundo, teriam existido desde o começo da humanidade e criado as culturas. Os estudos históricos, arqueológicos, antropológicos, geográficos, biológicos e sociológicos comprovam que a natureza cria as diferenças, mas não as desigualdades sociais e econômicas. Estas são criadas pelas pessoas, na formação das culturas e das sociedades e, por isso mesmo, devem e podem ser desfeitas por elas.

VAMOS PENSAR MAIS!

Do que tratam as desigualdades?

O que são as diferenças?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto b. Descobrindo como se diversificou a aparência humana

As diferenças dos traços físicos entre os humanos se constituíram, através de milhares e milhares de anos, como resultado da saída de grupos africanos para regiões de climas diferentes dos seus. Na verdade, a aparência dos negros, dos brancos, dos amarelos e dos avermelhados, não passa de infinitas adaptações dos africanos às especificidades alimentares, climáticas, de altitude e de intensidade da luz do sol, dos lugares em que viveram.

Altitude é a altura de um local, que é medida em relação ao nível do mar. Por exemplo, Recife tem 4m de altitude. Isto significa que a cidade está apenas 4m acima do nível do mar. A altitude influi na temperatura, ou seja, quanto mais alto é o lugar, mais baixa é a temperatura.

Na mãe África predomina o clima quente, onde a intensidade da luz do sol é muito forte e as altitudes são amenas. Assim, à medida que os africanos passaram a ocupar novas terras, onde havia menos sol, comidas diferentes, grandes altitudes e mais necessidade de ar para respirar, o organismo era forçado a produzir maior ou menor quantidade de certas substâncias, provocando, com o passar dos tempos, modificações em seus corpos e feições.

Por isso, a pele escura dos africanos, com a falta de sol dos lugares frios, foi ficando mais clara e, até, completamente, branca. Em outras palavras, o organismo foi produzindo menos melanina, que é a substância que nos protege da intensidade do sol. Os grupos que foram para a Europa, deram origem às pessoas de pele branca e cabelos lisos. Já os povos que foram para a Ásia desenvolveram os olhos puxados e o tom de pele amarelado, enquanto os povos da América, que chamamos de indígenas, adquiriram a pele avermelhada e os olhos puxados. Da mesma forma, para viver em lugares muito altos, onde há pouco oxigênio e o ar era (e é) muito pesado, o que dificulta a respiração, os seres humanos viram mudadas as

formas das maçãs dos rostos, que ficaram mais altas, e ajuda a concentrar maior quantidade de ar, facilitando a respiração. Os povos que continuaram na África, logicamente, mantiveram a cor da pele preta, poucos pelos, e as maçãs do rosto sem modificações.

Esse foi o processo de adaptação do ser humano a cada local, a trajetória de construção, ao longo do tempo, das diferenças no corpo, no rosto, na cor da pele, que foram se consolidando, a cada geração.

Outra via de modificação dos traços físicos foi a miscigenação. Através dela, as mudanças foram ocorrendo mediante a reprodução humana, entre pessoas de traços físicos diferentes. A formação do povo brasileiro, por exemplo, foi resultante da vida sexual entre os povos indígenas, os povos europeus e os povos africanos. Por isso, temos uma população de traços físicos muito diferenciados: pessoas com pele branca e cabelos bem encaracolados; pessoas com pele preta e olhos puxados; e pessoas com pele nem preta nem branca, com olhos azuis e cabelos claros. Tal mistura começou há 500 anos. Será que, com o passar de milhares de anos, em terras tropicais, nos adaptaremos à natureza, de maneira a formar um povo com aparência física bastante uniforme, como apresentavam os indígenas?

Conforme já ressaltamos, as diferenças na aparência das pessoas foram usadas (e ainda são), muitas vezes, para criar situações constrangedoras. Porém, quando compreendermos todo esse processo, de tomarmos consciência que as nossas diferenças de aparência, aqui no Brasil, contam a história do povoamento do planeta, nos revoltamos com as injustiças e nos fortalecemos para lutar contra a discriminação, o preconceito e o racismo.

CONCLUSÕES

Neste segundo capítulo, estudamos sobre o surgimento da humanidade e aprendemos que, por todos os lados, as nossas origens estão ligadas ao Continente Africano. Vimos, ainda, que os seres humanos, desde o início de sua História, costumam viver em grupos e que as diferenças, nos traços físicos dos europeus, africanos, americanos e asiáticos, foram provocadas pelos milhares de anos de caminhadas, sobrevivência e adaptação à natureza, por parte do ser humano. Enfim, nos apropriamos de conhecimentos que nos garantem que todos os traços físicos são da mesma natureza: a humana. E que não há cor de pele, tipo de cabelo, ou formato de olhos, melhor ou pior que os demais, mas, sim, desigualdades sociais.

CAPÍTULO 3

A ORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES E AS SOCIEDADES DESIGUAIS

Índios Botocudos
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia sobre papel - 37,5 x 31 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Durante milhares e milhares de anos, as pessoas dependeram, exclusivamente, do que havia na natureza para sobreviver. Assim, em tempos mais antigos, os grupos humanos - homens, mulheres, crianças e idosos - abandonavam seus abrigos e se mudavam para outros lugares, impulsionados pela necessidade de alimentos, por catástrofes climáticas e, às vezes, devido aos conflitos entre as diversas comunidades.

Naquelas épocas, os grupos se organizavam em sociedades nômades, conviviam com rivalidades, não acumulavam bens, reproduziam-se, biologicamente, sem tabus de sexo, estavam muito mais livres das desigualdades, e satisfaziam suas necessidades existenciais, de forma coletiva, através do acesso direto à natureza. Em contrapartida, estavam muito mais vulneráveis ao frio, ao calor, aos ataques de animais ferozes e venenosos, às doenças e aos fenômenos da natureza, tais como as secas e as enchentes.

Tabu é algo que a sociedade considera proibido para as pessoas. Na maioria das sociedades, por exemplo, o incesto é um tabu, porque o casamento entre irmãos e irmãs, pais e filhas, mães e filhos é tido como algo proibido.

Os nossos ancestrais, contudo, na qualidade de nômades, identificaram que os alimentos oferecidos pela natureza, de uma África cheia de calor, não eram, como não são, os mesmos das terras frias da Europa, ou das terras geladas dos polos. Também identificaram que os bichos que existiam lá, não eram os mesmos que viviam nas terras tropicais das Américas, e assim por diante, começando a desenvolver conhecimentos sobre a natureza.

3.1 A diferença entre Natureza e Cultura

Com o passar do tempo, a humanidade criou, então, formas de plantar, de beneficiar e de conservar os alimentos, bem como de domesticar os animais, transportar e guardar mercadorias, diminuindo a dependência humana da NATUREZA. Ao processo de criação de formas de sobrevivência, para além do que a

NATUREZA nos oferece, chamamos de CULTURA. Então, natureza e cultura são coisas diferentes, mesmo que estejam ligadas.

Exemplo: A mangueira, que tanto adoramos, aqui no Nordeste, é uma planta natural da Índia. Os portugueses transportaram algumas de suas mudas, através de naus e caravelas (navios da época), e as plantaram no Brasil. A mangueira, aqui ou na Índia, não tinha, como não tem, o poder de escolher quem vai se alimentar de seus frutos. Tampouco, sua capacidade de gerar frutos vai se modificar, se ela for plantada por pessoas brancas, negras, pobres, ricas, mulheres, homens, crianças, idosos, homossexuais ou heterossexuais.

Porém, de acordo com a cultura, ou seja, com aquilo que os seres humanos inventaram, só podia comer mangas, ou quem fosse o dono da mangueira, ou quem ele permitisse. Assim, como as pessoas negras, na condição de escravas, não eram donas de nada, no Brasil, se elas fossem apanhadas comendo uma manga, o senhor de engenho podia castigá-las. Entretanto, se o filho de um vizinho branco comesse uma manga, o dono poderia até se aborrecer, mas, não tinha o poder legal de lhe causar qualquer mal. Logo, esse poder diferenciado, esses direitos diferenciados são denominados desigualdades, tendo sido criados pela cultura e, não, pela natureza.

Na atualidade, a natureza está grandemente desvendada. Os seres humanos, entretanto, continuam com sua sede de progresso. No entanto, nem os produtos desse processo estão à disposição da maioria das pessoas, nem elas têm a possibilidade de participar da construção do conhecimento.

Desigualdade é quando as pessoas, dentro de uma mesma sociedade, possuem direitos diferenciados. As desigualdades são criadas pela cultura e, não, pela natureza.

Resumindo, no processo de luta pela sobrevivência, a humanidade cresceu, a natureza foi privatizada, ou seja, passou a pertencer a pequenos grupos, enquanto muitas pessoas foram escravizadas, discriminadas, oprimidas e exploradas, através do uso da violência. Enfim, a humanidade dominou a natureza, mas, não soube criar uma cultura que gerasse sociedades igualitárias, nem livrar-se da violência.

3.2 As formas de desigualdades nas sociedades

Hoje, a maioria das pessoas no planeta Terra sobrevive sem acesso à informação, à formação, ao trabalho, ao dinheiro, às mercadorias e ao poder, para decidir sobre suas vidas e sobre os destinos da comunidade, sobrevivendo à custa de muito sofrimento físico, material, moral e psicológico.

Dessa maneira, observando-se como estão divididos o saber, as riquezas e o poder, poderemos avaliar se a relação entre as pessoas, de um determinado país, é justa ou injusta, igual ou desigual, democrática ou antidemocrática, libertária ou machista e racista.

Para contribuir com a nossa capacidade de avaliação, fizemos, a seguir, um resumo das maneiras de organização das sociedades, nos dias atuais. Assim, as sociedades podem ser:

- Mais igualitárias - quando não há pessoas muito ricas nem pessoas muito pobres. A riqueza é distribuída de modo mais igual. Há um equilíbrio social.
- Menos igualitárias - quando há pessoas muito ricas e pessoas muito pobres. A riqueza é mantida nas mãos de poucos. Há desequilíbrio social.
- Mais justas - quando as leis valem, igualmente, para todo o mundo. Há justiça.
- Menos justas - quando as leis e a justiça valem, apenas, para alguns. Os direitos não existem para todas as pessoas e, algumas delas, não são punidas pelos seus erros. Há injustiça.
- Mais democráticas - quando o poder não está concentrado nas mãos de poucas pessoas e elas podem participar do poder. Há inclusão política.
- Menos democráticas - quando poucas pessoas, somente, participam do poder. A maioria da população fica excluída de participar das decisões. Há exclusão política.
- Mais libertárias - quando o poder, as riquezas e o conhecimento estão nas mãos de homens e mulheres, de todas as raças e etnias. Há plenitude de valores.
- Machistas e racistas - quando o poder, as riquezas e o conhecimento estão concentrados nas mãos de homens de uma só raça ou etnia, não tendo as

mulheres, em geral, e os homens, crianças e pessoas idosas, de outras raças e etnias, acesso àqueles três elementos. Há preconceitos e discriminações de raça e de gênero.

- Agora, podemos observar melhor que tipo de relações se estabelece entre as pessoas, no Brasil. Estamos, também, mais capacitados para avaliar se nossa sociedade é desigual, injusta, excludente, e refletir sobre as atitudes que devemos tomar, em busca de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

VAMOS PENSAR MAIS!

Como o Brasil poderia se tornar um país sem desigualdades?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto c. Como as sociedades produzem e se reproduzem

Todas as sociedades se reproduzem, biologicamente e socialmente, a partir de regras e comportamentos, e produzem bens, utilizando-se da natureza para garantir a reprodução e a sobrevivência. Portanto, a produção de bens e a reprodução humana estão vinculadas de maneira dependente, e envolvem, cotidianamente, a força de trabalho de homens e mulheres.

Na prática, o elo entre a produção e a reprodução é o trabalho. Por essa razão, o trabalho representa um aspecto fundamental da vida em sociedade. Ele pode ser definido, aqui, como todo esforço realizado pelas pessoas para sobreviver, superando as limitações naturais e criando riquezas materiais e imateriais, para garantir sua sobrevivência e a das novas gerações. Contudo, durante os milhares de anos de existência humana, mulheres e homens já experimentaram vários modos de organização da sociedade, mediante a divisão das tarefas de produção e de reprodução entre os sexos.

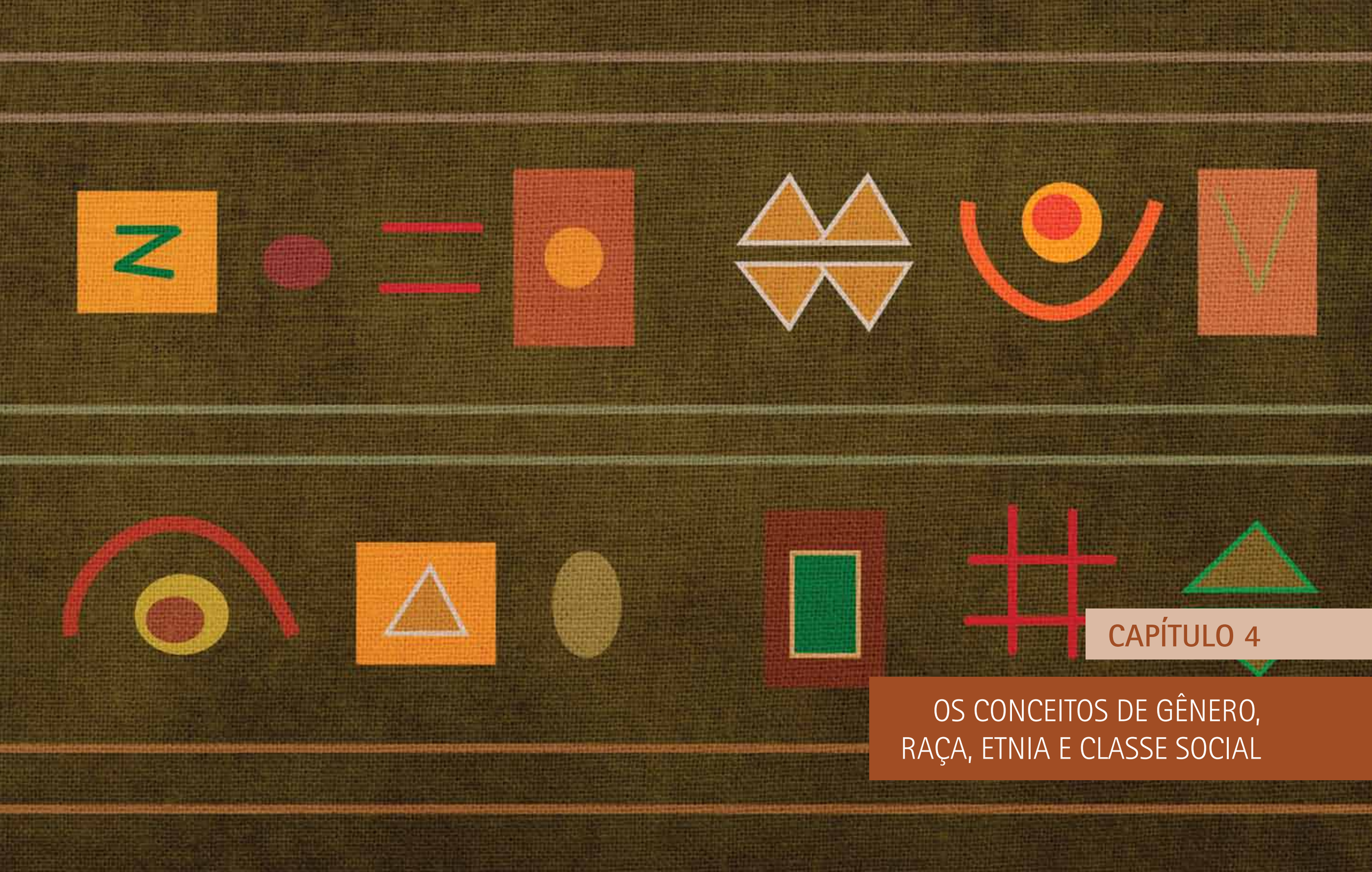
Neste sentido, as formas de trabalho, a divisão do trabalho entre os sexos, e o valor que cada sociedade dá à produção e à reprodução, influenciaram no modo de agir e de ser das pessoas, determinando as relações sociais, políticas, econômicas e culturais do lugar onde vivemos.

Nos últimos 500 anos, ou seja, nas sociedades modernas, vem crescendo o desequilíbrio entre o valor social que é dado aos trabalhos produtivo e reprodutivo. Explicando melhor, o valor atribuído pelas pessoas, ao trabalho dedicado à produção de bens, vem sendo cada vez maior, em comparação ao valor atribuído ao trabalho empregado no cuidado direto com a sobrevivência das mesmas. De forma equivalente, também cresceu o desequilíbrio entre o valor do trabalho intelectual e o valor do trabalho físico.

No Brasil, essas desigualdades estão refletidas na hierarquização de valores entre o trabalho de homens e de mulheres, de pessoas brancas, negras e indígenas, pobres e ricas, revelando as desigualdades de gênero, as desigualdades de raça, e as desigualdades de classe. Compreendê-las é um passo importantíssimo para se poder enfrentá-las.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, tomamos contato com aquelas questões gerais e indispensáveis ao nosso estudo sobre as desigualdades etnicorraciais, no Brasil. Dessa forma, podemos entender a diferença entre NATUREZA e CULTURA. Aprendemos que as valorizações e as desvalorizações das pessoas, baseadas em seus traços físicos, não passam de criações culturais das desigualdades, pois, na natureza, fazemos parte da mesma raça: a humana. Aprendemos, ainda, que as sociedades produzem e se reproduzem.



CAPÍTULO 4

OS CONCEITOS DE GÊNERO, RAÇA, ETNIA E CLASSE SOCIAL

Negro e negra em uma fazenda
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)

Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia aquarelada sobre papel - 33,8 x 26 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

As desigualdades são sentidas de formas diferentes pelas pessoas. Dependendo do envolvimento da própria vida com a questão, esses sentimentos podem ser mais ou menos intensos. As mulheres, por exemplo, sentem na pele as desigualdades de gênero. As pessoas negras e indígenas sentem, com propriedade, as desigualdades de raça e de etnia. Já as pessoas pobres, brancas e do sexo masculino, sentem, com mais intensidade, as desigualdades de classe social. Cada um desses grupos, que vivencia, há muitos e muitos anos, tais desigualdades, desenvolveu formas específicas de enfrentá-las, e constituiu grandes Movimentos Sociais.

As lutas, as denúncias e as propostas do Movimento Feminista, do movimento de homens e mulheres negros, do movimento sindical e do movimento gay, em favor da transformação dessas relações desiguais, geraram (e continuam gerando) reflexões e conceitos adequados à análise e ao enfrentamento das desigualdades. Tais conceitos têm uma característica transformadora, que é o fato de terem sido construídos a partir da fala e da vivência das pessoas atingidas por aquelas desigualdades.

Assim, para melhor identificarmos as desigualdades de raça, de etnia, de classe e de gênero, que, hoje, persistem, ainda, na sociedade brasileira, vamos revelar, aqui, alguns conceitos que são aplicados nas análises das sociedades.

Os conceitos não são dados aos humanos pela natureza. Do mesmo modo que as desigualdades, eles são construções do pensamento e da ação das pessoas e, por isso, fazem parte da cultura. Neste sentido, o primeiro passo para o estudo do conceito de gênero é relembrar que NATUREZA e CULTURA são coisas diferentes.

4.1 O que é gênero?

Gênero é a forma de organizar a sociedade a partir da diferenciação de papéis, de atributos, de valores, deveres e obrigações entre os sexos.

Desigualdades de gênero são aquelas constituídas pelas sociedades que hierarquizam as diferenciações entre os sexos, de forma a se acreditar que a natureza produz seres humanos superiores e inferiores, em razão do sexo. As sociedades patriarcais, por exemplo, elevaram os homens à condição de seres superiores,

donos das mulheres, dos filhos, da produção, dos saberes e dos poderes, nos espaços públicos e domésticos. A permanência de suas características, em todas as classes sociais, e nas organizações humanas da vida contemporânea, é a grande motivadora da violência doméstica e sexista contra as mulheres.

O conceito de gênero é útil para se estudar a realidade, porque ele nos ajuda a identificar as desigualdades sociais, econômicas e políticas praticadas em razão da diferença de sexo das pessoas.

Os conceitos de gênero e de sexo estão relacionados, mas, não significam a mesma coisa. O conceito de SEXO relaciona-se com a natureza, e descreve as características biológicas que diferenciam, sexualmente, machos e fêmeas de todas as espécies. O conceito de GÊNERO está relacionado à cultura, e designa os papéis e atributos de homens e mulheres nas sociedades.

A diferenciação conceitual entre sexo e gênero surgiu da seguinte maneira:

Identificou-se que, dependendo das necessidades e oportunidades de cada época e de cada sociedade, acontecem mudanças nos comportamentos, direitos, deveres e valores de homens e mulheres, enquanto seus corpos mantêm as mesmas características e as mesmas funções reprodutivas. Em outras palavras, observou-se a existência de sociedades em que as mulheres fazem muitos trabalhos, que são considerados, por outras sociedades, como trabalhos de homens, e vice versa. Ao mesmo tempo, em nenhuma delas, em qualquer época, ou sob qualquer motivo, jamais foram vistos homens grávidos ou dando o peito para as crianças. Enfim, constatou-se que essas funções biológicas têm permanecido imutáveis e dependentes da natureza. Porém, as profissões, os estudos em universidades, e os direitos individuais, dependem das relações sociais, ou seja, da cultura.

Gênero é um conceito imprescindível à análise das sociedades. Ele faz parte da teoria feminista e foi construído na luta das mulheres contra a opressão, contra a exploração, e contra as discriminações de sexo.

4.2 O que é raça?

Raça é uma construção social que define, perversamente, a existência biológica de grupos humanos superiores e inferiores, em razão da sua cor e dos seus traços físicos.

Na atualidade, a ideia da existência de raças superiores está completamente derrotada pelos Movimentos Negros, e pela própria ciência, através de descobertas científicas no campo da Biologia. Ou seja, existe, hoje, todo um conhecimento comprovado de que as pessoas, independentemente da cor da pele, da forma dos cabelos e dos traços fisionômicos, pertencem a uma única raça: a humana.

A cultura dominante no planeta, porém, continua a reproduzir as sociedades, hierarquizando os indivíduos em razão da cor de sua pele, do formato de seus cabelos e feições, e de suas origens, mediante o estabelecimento de relações perversas entre essas características biológicas e físicas, e o caráter psicológico, moral, intelectual e cultural das pessoas.

Isto significa, primeiramente, que a questão racial sempre foi de origem social e, via de consequência, continua existindo a ideia de superioridade de raças. Em segundo lugar, que as questões sociais, ao só se resolverem politicamente, tornam necessário e pertinente o desenvolvimento do conceito de raça, no sentido social e político, para se promover o enfrentamento do problema.

As desigualdades raciais, portanto, são aquelas constituídas pelas sociedades, que hierarquizam as diferenciações da cor da pele e dos traços físicos, entre as pessoas, de forma a fazer acreditar que a natureza produz seres humanos superiores e inferiores. Esses processos utilizaram (e continuam a utilizar) armas de fogo para intimidar aquelas pessoas, bem como os homens brancos para escrever a História.

As sociedades capitalistas, por exemplo, foram construídas e, em sua maioria, se mantêm, até os dias atuais, elevando os homens brancos e europeus à condição de seres superiores, donos das pessoas de todas as outras cores, possuidores de todas as verdades, representantes de todos os deuses, autores de todas as artes,

inventores de todos os conhecimentos, promotores de todos os gozos, e sempre capazes de matar e de morrer, apenas, por dinheiro.
O conceito de raça é útil para se analisar e entender a sociedade em que vivemos, pois ele nos ajuda a identificar as desigualdades sociais, econômicas e políticas, praticadas em razão dos traços físicos das pessoas. Ele dá visibilidade às relações desiguais de poder, entre pessoas brancas e negras.

4.3 O que é etnia?

Etnia é o conjunto de características sociais e culturais, próprias de um povo, que o diferencia de outros, em razão de seus gestos, roupas, crenças e músicas. A diferenciação étnica é como uma rua de mão dupla: tanto o grupo se sente diferente, como, também, pelos demais, é visto como diferente.

A questão étnica possui dois elementos principais que se influenciam, mutuamente: a identidade de grupo e o sentimento de pertencimento. A identidade étnica é criada a partir do sentimento de pertencimento a um determinado grupo. Esse sentimento, por sua vez, se baseia em uma origem comum, e em características que permitem ao grupo definir a si mesmo, organizar-se e diferenciar-se dos outros.

A etnia, portanto, retrata um grupo social com organização própria, que, normalmente, possui um ancestral comum, habita em um mesmo território, e compartilha, ainda, uma mesma língua, religião, tradições e cultura.

As desigualdades étnicas são exemplos muito fortes da intolerância com as diferenças culturais, pois elas estão presentes no mundo europeu, árabe, americano, asiático e africano. No Brasil, os indígenas constituem um grupo étnico muito importante. Eles desejam o reconhecimento das diferenças de suas culturas, e lutam para acabar com as injustiças, exigindo igualdade de direitos em relação aos brasileiros, bem como o respeito da sociedade e do Estado brasileiros.

O conceito de etnia é útil para estudarmos a sociedade em que vivemos, porque ele nos ajuda a identificar as desigualdades sociais, econômicas e políticas, praticadas em razão dos aspectos culturais dos grupos de pessoas. Ele contribui para a possibilidade de identificarmos que existem diferenças entre um grupo étnico e os demais grupos, e elas fazem com que um determinado grupo seja discriminado. Igualmente, o conceito contribui para entendermos que as desigualdades étnicas exigem o estabelecimento de direitos específicos para os índios, de forma que eles, como um grupo étnico, continuem existindo dentro do Estado Nacional.

4.4 O que é classe social?

Classe social é a forma de se estabelecer a divisão da sociedade em grupos, reunindo as pessoas em função do lugar que, cada uma, ocupa no processo de produção de bens e de serviços, e de se definir os iguais e os desiguais, em razão de sua situação econômica.

As sociedades capitalistas estão divididas em classes sociais que hierarquizam e separam as pessoas. Por isso, para analisarmos se uma sociedade é mais igualitária, e se têm equilíbrio social, é preciso observar como as pessoas das diferentes classes sociais têm acesso à riqueza, ou seja, aos produtos gerados por seu trabalho.

Aparentemente, com a sua divisão de classes, a sociedade capitalista permite uma maior mobilidade social do que as sociedades feudais, uma vez que, na primeira, as posições sociais dependem do ganho econômico e, não, da hereditariedade. Porém, a forma como o capitalismo funciona, não permite que todo o mundo ascenda socialmente, e, tampouco, produz, aos poucos que conseguem tal ascensão, processos simples e diretos. Isto porque as pessoas que não possuem os bens de produção, não conseguem realizar o acúmulo de capital necessário para ascender socialmente. Como assalariadas, não ganham, muitas vezes, sequer o suficiente para a sua sobrevivência. Este fato mantém as pessoas presas à sua classe de origem, distantes dos meios necessários à mudança de posição social, como, por exemplo, através de uma educação de qualidade.

Mobilidade social é a possibilidade que o individuo tem de migrar de uma classe para outra. Isto só é possível em um sistema de sociedade de classes, como existe no Brasil. Em outros lugares, como na Índia, que é uma sociedade de castas, não há qualquer possibilidade de a pessoa mudar de uma casta para outra.

O conceito de classe social é útil para entendermos as sociedades capitalistas em que vivemos, porque ele nos ajuda a compreender melhor como se produz a riqueza, como ela é distribuída, e que pessoas têm mais ou menos acesso a ela.

VAMOS PENSAR MAIS!

Quem produz a riqueza do Brasil?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto d. As desigualdades regionais

Neste livro começamos a estudar as desigualdades de raça, de gênero e de classe. Agora, vamos descobrir que elas podem ter mais uma forma: a de desigualdades regionais.

Esse tipo específico de desigualdade acontece entre as diferentes regiões do mundo, e no interior de um mesmo país. Elas se revelam nas condições de vida das pessoas, quando comparamos as diversas regiões.

No Brasil, por exemplo, existem grandes desigualdades entre as cinco regiões do país. Isto quer dizer que, comparando o acesso dos moradores das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste, à educação, à saúde, à habitação e ao turismo, assim como ao emprego e à renda, constatamos que as pessoas que vivem no Norte e no Nordeste têm menos acesso àqueles serviços, do que os habitantes das outras regiões.

As desigualdades regionais reúnem todas as faces das desigualdades, terminando por criar situações de discriminações culturais entre os habitantes das regiões. Os nordestinos, por exemplo, são ridicularizados por seu sotaque, ou são vistos, pelos sulistas, como inferiores, menos desenvolvidos, pouco inteligentes, preguiçosos e feios. Alguns dos nossos costumes e formas de viver, por demonstrarem uma maior proximidade com os dos povos africanos e indígenas, também são tidos como arcaicos ou inferiores.

Basta lembrarmos, porém, dos tempos em que a cana-de-açúcar era a principal atividade econômica do Brasil, o Nordeste era a região mais importante e, Pernambuco, o Estado mais rico. Ou, ainda, pensarmos sobre a nossa produção musical e intelectual contemporânea, para termos a certeza de nossa inteligência, beleza e capacidade de trabalho.

As grandes desigualdades regionais que temos, hoje, não foram provocadas pela maior ou menor inteligência dos nordestinos, nem foram heranças dos negros e indígenas. Tais desigualdades foram promovidas, desde sempre, pela ganância do domínio português, que mandava as nossas riquezas para a Coroa Portuguesa ou, as dividia, aqui, com um pequeno número de pessoas. Os momentos decisivos no processo de formação das desigualdades regionais foi a descoberta do ouro, em Minas Gerais e, um pouco mais tarde, a ascensão do valor do café, no mercado internacional. Dessa maneira, o Norte e o Nordeste do país foram empobrecidos e passaram a ser excluídos, tanto da vida econômica, como da vida política do país.

Entender que as desigualdades não são homogêneas, e reconhecer todas as suas formas possíveis é um importante passo na luta para combatê-las, pois elas afetam a vida das pessoas de várias maneiras.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, passamos a entender um pouco sobre os conceitos de raça, de etnia e de gênero, conceitos essenciais para compreendermos como as desigualdades sociais afetam os indivíduos de diferentes formas. Ou seja, até mesmo as desigualdades são distintas, e é preciso entender cada uma delas, para se poder trabalhar em seu enfrentamento.

CAPÍTULO 5

AS SOCIEDADES NÃO-ACUMULADORAS DE RIQUEZAS, FEUDAIS E CAPITALISTAS

Habitação de escravos
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia aquarelada sobre papel - 22 x 27 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Para se entender a contribuição de cada um dos povos, presentes na formação do Brasil, é preciso, também, estudar os diferentes modelos de organização de cada uma de suas sociedades. Desse modo, vamos partir da definição de que sociedade é o conjunto das relações de reprodução e de produção, que um grupo estabelece, em um determinado território. Portanto, essas relações se correspondem com a forma de viver, com os costumes e com a cultura, ou seja, com a identidade do grupo humano ali reunido.

Assim, as sociedades indígenas, africanas e europeias, presentes na formação do Brasil, se constituíram estabelecendo, cada qual à sua maneira, relações que provocaram a existência de formas diferenciadas e específicas de organização, em outras palavras, de diferentes sociedades.

Nos dias atuais, a forma de organização social que mais conhecemos, e na qual crescemos e fomos criados, é a capitalista. Como veremos um pouco adiante, porém, existem outras formas de organização social distintas da que vivemos. Sendo assim, apesar de vê-las a partir dos nossos olhos capitalistas, tentaremos entender suas peculiaridades e diferenças. Isso nos ajudará a perceber que existem outras formas de se viver, e que elas são tão corretas e legítimas quanto a nossa.

5.1 As sociedades que não acumulam riquezas

Falar das sociedades que não acumulam riquezas, como se fossem únicas e iguais em sua composição, trata-se de um equívoco. A diversidade entre elas é enorme, tendo cada povo uma língua, costumes e tradições diferentes. Isto dá, a cada uma dessas sociedades, o status de comunidades independentes umas das outras, com condições de promover alianças políticas e relações de troca entre elas.

Tais sociedades, entretanto, guardam semelhanças entre si e, em termos gerais, possuem as seguintes características:

1. Uso comunitário da terra;
2. Relações não patriarcais, porém com superioridade masculina, nas esferas do ritual religioso, produzindo desigualdades de poder em favor dos homens, bem como liderança política e religiosa masculinas;

3. Não há classes sociais;

4. Vida em locais onde as noções de urbano ou rural são de difícil aplicação;

5. Produção para o autossustento da comunidade: agrícola, pecuária e extrativista;

6. Trabalho não remunerado prestado em uma relação comunitária de autossustento;

7. Não acumulam capital;

8. Presença da escravidão, exclusivamente, como castigo para os vencidos de guerra;

9. Relações de troca e de rivalidade entre as comunidades;

10. Organização social a partir de clãs e de linhagens;

11. Linhagens a partir da figura paterna ou materna;

12. Existência de posições de destaque social:

    a) **chefe**, figura masculina que detém o poder no interior da comunidade;

    b) **líder religioso**, figura masculina que detém o poder e influência sobre a comunidade, para acessar os rituais religiosos e curativos; e

    c) **líderes políticos**, caçadores ou guerreiros que ganham destaque por seus méritos, e passam a gozar de prestígio no interior do grupo, podendo escolher suas esposas, ou casar com as filhas dos líderes do grupo;

13. Presença das mulheres como transmissoras orais das tradições; e

14. Presença das mulheres como parteiras e praticantes de benefícios à saúde.

As sociedades que não acumulam riquezas, então, são aquelas nas quais todas as formas de produção, de divisão do trabalho, de organização social e, também, as formas de religiosidade, são completamente diferentes daquilo que conhecemos, hoje, nas sociedades capitalistas, em especial, em suas relações de hierarquização, que não anulam as pessoas que estão em uma posição de menor prestígio.

Entretanto, isso não quer dizer que, naquelas sociedades, não existiam relações de poder, de troca e formação de alianças. Apesar de diferentes, as noções de valor e de poder existem, hierarquizando as relações.

E tal hierarquia traz prejuízos, na maioria das vezes, para as mulheres mesmo que elas não sejam consideradas inferiores, como é no patriarcado. Em várias dessas sociedades, elas são afastadas das atividades importantes na vida da comunidade. Assim, sofrem prejuízos nas práticas de alianças e trocas entre os povos. Nas alianças matrimoniais - uma das mais importantes, na medida em que contribui para constituir e fortalecer as relações econômicas, políticas e diplomáticas entre os grupos - são as mulheres, em geral, que sofrem os maiores danos.
A relação com a natureza, nessas sociedades, é diferente, também, estabelecendo-se mais em termos de necessidades do que de dominação. Aqui, não existe a noção de progresso, que é própria do capitalismo. Isso não significa dizer que a vida desses povos gire, apenas, em torno da sobrevivência, o que é imputado aos animais. Em outras palavras, mesmo diferentes, essas sociedades estão organizadas e possuem, em seu interior, uma estrutura que estabelece as relações entre homens, mulheres e crianças, determinando as formas de trabalho e a vida comunitária.

5.2 As sociedades feudais

O termo feudalismo vem da palavra feudo, que significa grande pedaço de terra, e se refere às sociedades organizadas de acordo com as seguintes características:

1. Relações patriarcais, com dominação masculina ilimitada sobre as mulheres;
2. Estado religioso;
3. Diferenciação dos seres no nascimento;
4. Vida no campo;
5. Acesso ao status social e à riqueza material, exclusivamente, por meio de herança;
6. Produção individual;
7. Produção agrícola e pecuária;
8. Declínio da escravidão;
9. Trabalho não remunerado, prestado em uma relação de servidão; e
10. Divisão da população em três grupos sociais:

a) o clero, constituído pela Igreja, que gozava de grande influência religiosa, social, moral e ideológica, assim como de poder, prestígio, dinheiro e terras;

b) a nobreza, formada pelos senhores feudais, que detinham o poder político, econômico e social, e eram os donos das terras e dos meios de produção; e

c) os servos, um grupo composto por camponeses, camponesas, pequenos artesãos e artesãs, enfim, a grande massa trabalhadora que produzia a riqueza social.

Nas sociedades feudais, o patriarcado exerceu dominação sobre as mulheres. Elas deviam obediência aos seus pais, aos senhores feudais e ao clero, simultaneamente, estando seus corpos e suas almas à disposição do que eles precisassem, desejassem e ordenassem.

Na servidão feudal, os camponeses e as camponesas eram denominados servos e servas. Não recebiam salário e, mesmo não sendo considerados escravos, sua sobrevivência estava organizada de uma maneira muito dependente e desigual. Em troca de um lugar seguro para morar, e de um pedaço de terra para cultivar, prestavam serviços aos senhores e eram obrigados a lhes pagar impostos, para usar seus instrumentos de trabalho e suas terras.

O valor dessas taxas era determinado pelo próprio senhor feudal e, pago pelos servos, através de mercadorias. Dessa forma, retirado o necessário para comer, quase nada sobrava aos servos servas para poder negociar e conseguir algum dinheiro. Em outras palavras, a terra, a casa, os meios de produção e a produção, tudo pertencia ao senhor feudal.

A forma de governo, na maioria das sociedades feudais, era a monarquia, ou seja, todo o poder político vinha de um rei, que herdara esse poder por conta do nascimento. Assim, dependia do nascimento, também, o lugar das outras pessoas: os servos nasciam das servas e morriam como servos.

Nas sociedades feudais, a religião e o governo estavam muito ligados, de forma que o Chefe da Igreja e o Rei, quando não entravam em conflito, faziam tudo de comum acordo.

Resumindo, as imensas desigualdades de gênero, associadas às desigualdades socioeconômicas, à monarquia, e aos caprichos de uma Igreja (católica ou protestante) dominadora, fizeram, da sociedade feudal, um modelo de organização de vida comunitária viciado em vínculos de dependência e em relações sociais injustas.

Por fim, as sociedades feudais deram origem aos artesãos e às artesãs que foram, assim como os camponeses e as camponesas, para as futuras fábricas construídas pelo capitalismo. Contudo, como os artesãos detinham a propriedade das ferramentas necessárias à sua produção, eles puderam, algumas vezes, ganhar e acumular dinheiro, vindo, mais tarde, a se constituir em uma pequena parcela da burguesia.

5.3 As sociedades capitalistas

O termo capitalismo está relacionado à palavra capital, que significa acumulação de dinheiro. Politicamente, as sociedades capitalistas são resultantes da luta de grupos de burgueses - comerciantes, artesãos, e pequenos proprietários de terras - contra os nobres, em favor de uma sociedade mais livre, mais igualitária e mais fraterna, na qual o poder devia ser tratado de forma mais democrática.

Naquela época, outro aspecto importante das transformações foi a separação entre governo e religião, constituindo-se os Estados Laicos. Isto significa dizer que as Igrejas não podiam mais interferir na administração do Estado, e que as pessoas podiam escolher a religião que quisessem, não ficando obrigadas a seguir a religião do governante.

Em substituição às velhas sociedades feudais religiosas monárquicas, surgiram as sociedades capitalistas, ansiosas pelo estabelecimento de Estados Laicos Republicanos, com governantes escolhidos pelo povo, e por meio do voto.

Inicialmente, porém, o direito ao voto ficou restrito aos homens letrados e de posse, visto que a ideia de povo não incluía as mulheres, os analfabetos e os pobres. O voto, para todas as pessoas, foi uma luta das gerações seguintes, bem como uma conquista muito recente.

Estado laico é aquele que não adota uma religião oficial.
O Brasil se constitui em um Estado laico, onde há liberdade de culto e todas as religiões podem existir. Mas, nem sempre foi assim. Só em 1890, com o estabelecimento da República, e a partir do Decreto119-A, de 17 de janeiro de 1890, foi instaurada a separação entre a Igreja e o Estado. Antes dessa data, o Catolicismo era a religião oficial brasileira.

Podemos dizer, de modo mais simples, que as sociedades capitalistas se caracterizam por apresentar:

1. Propriedade privada;
2. Relações patriarcais;
3. Estado laico;
4. A idéia de que todos os seres humanos são iguais ao nascer;
5. Valorização das vilas e cidades para a moradia;
6. Acesso ao status social através da produção de riquezas;
7. Produção fabril coletiva;
8. Produção de transformação;
9. Trabalho remunerado;
10. Implantação nas colônias, por parte dos europeus, do trabalho escravo, utilizando as populações indígenas e negras dos continentes americanos e africanos;
11. Divisão da sociedade em classes:
    a) a **burguesia** - formada pelos donos das terras, das fábricas, das indústrias e dos outros meios de produção;
    b) a **classe média** - constituída por comerciantes, médicos, advogados, engenheiros, administradores; e
    c) os **operários** e as **operárias** - um grupo formado pelas pessoas que recebem salários da indústria, do comércio, e do trabalho no campo.

A organização das sociedades capitalistas se baseia em três elementos:

A venda da força de trabalho, ou seja, o recebimento, por homens e mulheres, de pagamento em dinheiro, pelo esforço empreendido para gerar mercadorias;

A acumulação de capital, ou seja, a criação de fortunas, por meio da comercialização do excedente de produção de mercadorias, sem repartir esse apurado com as pessoas que fizeram o trabalho;

A privatização dos meios de produção, ou seja, a aquisição e a posse dos locais de produção (fábricas, terras e oficinas), bem como de máquinas, ferramentas e tecnologias, por parte dos detentores do capital.

Com esses elementos, o modo capitalista criou a estratégia do lucro, qual seja: pagar salários, em um valor muito menor do que o valor gasto na produção das mercadorias. A partir dessa diferença, arrancada do valor do trabalho de homens e mulheres, o capitalista reinveste na produção de mais mercadorias, para, novamente, gerar novos lucros.

Do outro lado dessa moeda, as pessoas que produzem as mercadorias, usam os seus salários para comprar os bens necessários à sua sobrevivência: alimentos, vestimentas, remédios, por um preço muito mais alto do que o custo de produção. Dessa maneira, seus salários são insuficientes para que elas possam poupar, ou mesmo acessar certos bens, na qualidade e quantidade recomendável. Assim, as pessoas ligadas à produção, de forma direta, raramente conseguem passar da condição de assalariadas para a de capitalistas, ou de profissionais liberais.

No capitalismo, contudo, diferentemente do feudalismo, o trabalho e a educação se apresentaram, na sociedade, como meios de se mudar a posição social e aumentar o poder, o prestígio e a riqueza dos indivíduos. Na prática, porém, mais

uma vez, os esforços individuais nesses dois campos, dificilmente, garantem uma melhoria de vida. Isto, quando ocorre, é resultante de lutas coletivas, baseadas no ideal de promoção de justiça e de igualdade.

5.3.1 O socialismo e o projeto de uma sociedade mais justa

Já sabemos que, no capitalismo, a produção de mercadorias, apesar de intensa, não é distribuída de forma igualitária, ou mesmo suficiente, para atender as necessidades de todas as pessoas.

Esse descompasso entre produção e distribuição de mercadorias provocou, já no final dos anos 1700, o surgimento de manifestações de trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades, bem como críticas de intelectuais contra o capitalismo.

O socialismo surgiu, então, nos países industrializados da Europa, como uma forma de corrigir os problemas provocados pelo capitalismo, e como uma alternativa de organização social e econômica mais justa. A grande diferença com o capitalismo, naquela época, estava na ideia de que a sociedade deveria ser avaliada em razão das condições de vida do seu grupo mais numeroso e vulnerável: no caso, os operários das fábricas. Ou seja, quanto melhor fossem as condições de vida dos operários, melhor seria a sociedade.

Neste sentido, pregava-se o fim da propriedade privada, a distribuição igualitária dos bens produzidos, e a adoção de formas de administração social e política mais democráticas, sob a coordenação da classe dos trabalhadores, já que esta era considerada como a maioria da população.

O movimento socialista ganhou o mundo e, em alguns países, através de revoluções armadas, foram implantadas as Repúblicas Socialistas, a exemplo da Rússia, da China e de Cuba. Porém, os países capitalistas, capitaneados pelos Estados Unidos, empreenderam guerras econômicas, militares e ideológicas, contra as Repúblicas Socialistas, prejudicando o seu desenvolvimento.

Consideramos prejudicial ao desenvolvimento socialista, daquela época, também, o fato de seus teóricos haver considerado as classes trabalhadoras e burguesas

como blocos homogêneos, desconhecendo as desigualdades de gênero, de raça e de etnia, existentes em seu interior, da mesma forma que não souberam entender o desenvolvimento de outras regiões como a nossa América do Sul. Ou seja, apesar de crítico, o socialismo era, ainda, um movimento patriarcal, de homens adultos, brancos e europeus.

Isso se modificou com a luta dos Movimentos Sociais. Hoje, a proposta socialista reside na promoção de uma sociedade onde todos tenham direito à participação política, de tal forma que, não somente os operários, mas, também, as mulheres, os negros, os indígenas e os homossexuais, sejam reconhecidos como sujeitos de lutas e de direitos.

Logo, ser socialista é lutar por um governo que preze pela igualdade política entre todos os sujeitos. É saber que, sem o pleno desenvolvimento social, não há desenvolvimento econômico, ou seja, não pode haver uma sociedade equilibrada, justa e preservadora do meio ambiente, livre do machismo, do racismo, da intolerância e da violência.

VAMOS PENSAR MAIS!

Seria preconceito pensar que outras sociedades, diferentes da nossa, são piores?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto e. As diferenças entre urbano e rural na atualidade

Neste capítulo, vimos que o capitalismo provocou grandes modificações na forma de organização social e de vida das pessoas. A principal delas foi a transferência da vida no campo para a vida nas cidades. Passados vários anos, desde a Revolução Industrial e o início da formação do que hoje conhecemos como grandes centros urbanos, as diferenças entre urbano e rural se tornaram cada vez maiores.

O Brasil é um exemplo de país que, apesar de completamente inserido no capitalismo,

de possuir indústrias e grandes cidades, possui, ainda, uma imensa área rural, que é uma das maiores fontes de riquezas do país. A vida rural, como sabemos, é direcionada para a produção agrícola, sendo os municípios rurais menores e menos populosos.

Hoje, a economia do campo se divide, por um lado, na produção em grande escala, para atender às necessidades comerciais de exportação, empregando trabalhadores e trabalhadoras como assalariadas, em imensas lavouras; e, por outro lado, existe a agricultura familiar, em que trabalham homens e mulheres, produzindo alimentos diversificados. O excedente da produção é negociado em feiras e comércios locais. A agricultura familiar foi, e continua sendo, a grande fornecedora de alimentos para a mesa das famílias.

As cidades brasileiras estão cada vez mais populosas e, por isso, sofrem as consequências do excesso de pessoas aglomeradas em pequenos espaços. A principal delas é o aumento da poluição, provocada pelo grande número de carros e indústrias, que piora a qualidade de vida de quem mora nas cidades. Soma- se a isso, a falta de organização dos centros urbanos, que não estão preparados para receber tanta gente. A superpopulação provoca, também, o acúmulo de pessoas que vivem em áreas perigosas, longe dos centros, e com pouca infraestrutura. O trânsito e a violência aumentam o nível de estresse e torna difícil, para aquelas pessoas, a vida nas cidades.

Hoje, a luta maior no campo se concentra na questão do direito à terra, através da reforma agrária. Mas a luta, também, é pelo direito às políticas públicas, como a educação no campo, a saúde e por um meio ambiente preservado. Os povos indígenas e remanescentes dos quilombos se juntam a essas lutas. Eles compõem a população de pequenos agricultores, que são os que mais sofrem as consequências dos desastres naturais, como as enchentes e as secas, além de mudanças constantes na economia, como a desvalorização dos produtos no mercado. Os agricultores, que não são os donos da terra, trabalham como assalariados do campo, vivendo uma realidade de exploração do seu trabalho e de baixos salários. Tais relações, muitas vezes, se aproximam do trabalho escravo existente no período colonial.

Na área urbana, apesar de não haver necessidade de reforma agrária, a luta é por emprego, moradia, saúde e educação. As pessoas jogadas à margem da sociedade, obrigadas a ocupar as favelas e os morros, são as que mais sofrem com a poluição, as catástrofes climáticas e a violência.

Porém, apesar da diferenças entre campo e cidade, é igual, nos dois lugares, a necessidade de lutar para mudar a realidade de desigualdade

CONCLUSÃO

Neste capítulo, aprendemos que existem diferentes formas de se organizar em sociedade. Apesar de vivermos em uma sociedade cuja organização é semelhante em vários lugares do mundo, vimos que existem outras maneiras de se organizar e de viver. Todo esse aprendizado nos ajuda a entender que outras formas de viver, distintas da nossa, são legítimas e merecedoras do respeito, do reconhecimento e do direito de existirem em sua diversidade.

2ª PARTE

AS CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS, PORTUGUESES E AFRICANOS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

CAPÍTULO 6

INICIANDO OS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL

Negras do Rio de Janeiro
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia aquarelada sobre papel - 33,8 x 26 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

O Brasil começou a se formar, como país, no momento em que Portugal mudava a sua organização social e econômica, deixando de ser uma sociedade feudal para ser uma sociedade capitalista. Naqueles anos de 1500, tudo ainda estava muito misturado: valores feudais e valores capitalistas conviviam sem cerimônia.

Os povos indígenas, por sua vez, os nossos primeiros habitantes, assim como as populações negras que foram trazidas para cá, tinham outras formas de organização. Diferentes das feudais e das capitalistas, as nações africanas e as nações indígenas distanciavam-se da perspectiva de acumulação de riquezas. O processo de colonização reuniu essas diferentes situações, dando início à nossa formação, na presença e na convivência de muitos povos, em um mesmo território.

Por isso, vamos voltar para o começo de nossa História, e procurar saber um pouco mais sobre a vida dos povos indígenas. Depois, iremos entender o porquê de os portugueses (no masculino mesmo, porque eram todos homens) terem saído de suas terras. Estudaremos, em seguida, como as africanas e os africanos foram trazidos para o Brasil. Por fim, compararemos as suas culturas e as condições de vida a que estiveram submetidas tais populações, durante o período Colonial, e as consequências desses processos, nos dias de hoje.

6.1 Conhecendo o passado dos povos que deram origem ao Brasil

Já em 1500, cada um daqueles grandes grupos era constituído por vários povos. Os indígenas, que já viviam em nosso território, reuniam, por exemplo: os Tupis, os Guaranis, os Tapuias, os Xucurus, e muitos outros povos.

Os europeus, por sua vez, estavam divididos entre portugueses, franceses, ingleses, espanhóis, e outros. Dentre eles, os franceses e os espanhóis tentaram, também, se instalar aqui, mas, como sabemos, foram os portugueses que conseguiram se fixar em nosso território.

Trinta anos mais tarde, para realizar trabalho escravo, os colonizadores trouxeram os africanos, que eram pessoas pertencentes, principalmente, aos povos de Angola, de Moçambique e de Benin.

Cada um daqueles três grandes grupos formava uma determinada matriz cultural. Assim, mesmo falando línguas diferentes, os Tapuias, os Tupis e os Xucurus, guardavam, culturalmente, semelhanças nas formas de trabalho, de lazer, de guerrear, de promover manifestações religiosas, e de construir relações pessoais. O mesmo acontecia com os europeus, que falavam línguas diferentes, mas, viviam de forma parecida. Com os africanos, também, ocorria o mesmo.

O que não acontecia, na época da Descoberta do Brasil, era o respeito dos Europeus às identidades culturais dos Africanos e dos Indígenas. Enfim, cada grupo tinha suas próprias formas de viver em sociedade, de ser feliz, de curar suas dores e de enfrentar suas dificuldades com a natureza. Cada grupo tinha suas leis, seus hábitos, seus costumes, seus sentimentos, suas crenças e suas formas de organizar a sociedade. Não fosse o uso da violência física e moral, nenhum deles conseguiria submeter o outro a seus interesses. Assim, foi utilizando a força física que os portugueses, guiados por interesses econômicos, impuseram aos outros povos suas próprias formas de organização social.

Neste momento do livro, nos capítulos 7, 8 e 9, especificamente, estudaremos com mais detalhes, a presença dos Povos Indígenas, Africanos e Europeus na formação do Brasil. Na terceira parte, veremos, ainda, como os indígenas e os quilombolas ainda brigam pelo reconhecimento de sua condição de nação, dentro do país.

6.1.1 Dividindo a História do Brasil

A História do Brasil, a partir da reunião de índios, portugueses e africanos, está dividida nos seguintes períodos:

1. Brasil Pré-Colonial - que se inicia em 1500, mediante a extração do Pau-Brasil, pelos portugueses, com a ajuda dos povos indígenas;
2. Brasil Colonial - que se inicia depois de 1530, com a chegada dos africanos, com a prática da escravidão e com as plantações de cana-de-açúcar;
3. Brasil parte do Reino Unido de Portugal - que se inicia em 1815;
4. Brasil Império - que se inicia com a nossa independência de Portugal, em 1822; e
5. Brasil República - que se inicia em 1889, e perdura até hoje.

Assim, fomos, entre 1500 e 1815, um território dependente de Portugal, ou seja, de uma administração governamental e de uma exploração econômica fora de nossas fronteiras geográficas. Nesse período, foram implantadas a escravidão indígena e africana, a monocultura do açúcar e o latifúndio.

A partir de 1815, dependentes de Portugal, ainda, fomos elevados, pelo rei português Dom João VI, à condição de Reino Unido: um território dependente, mas, com direito a um governo local.

Em 1822, o Brasil ficou definitivamente independente de Portugal, e passou a ser um Império. Manteve, no entanto, as características dos tempos coloniais.

Em 1888, é abolida a escravidão e, em 1889, o Brasil torna-se, finalmente, uma República, o que é mantido até os dias atuais.

6.2 O significado do açúcar na formação do Brasil

Depois da extração do Pau-Brasil, os portugueses iniciaram, por volta de 1530, a produção do açúcar. Essa atividade começou, em Pernambuco, e se constituiu na primeira grande forma de exploração econômica do Brasil. Como os portugueses só tinham interesses econômicos, as moendas, as caldeiras, e a vida nos engenhos, determinaram o modelo de família e de sociedade que deveria se estabelecer.

Por esse caminho, então, a casa de engenho veio a ser, mais tarde, o modelo das fazendas de cacau, de café e das estâncias que surgiram no país. A figura do senhor de engenho, do patriarca, colocou, sob o jugo do masculino, todas as outras pessoas: mulheres, crianças e idosos, de todas as raças e etnias, além de homens negros e indígenas. Enfim, a produção de açúcar definiu as bases das relações sociais, econômicas e culturais que estruturaram a sociedade brasileira.

6.3 Revelando os outros povos que vêm contribuindo para a formação do Brasil

Hoje em dia, além dos indígenas e dos descendentes de europeus e africanos, vivem, também, no Brasil, pessoas vindas da Ásia - chineses, japoneses, coreanos, e outros. Cada um deles fala uma língua própria e, geralmente, chegam ao Brasil,

sem saber o português, mas, com a esperança de, aqui, conseguir condições de trabalho e de renda melhores que em suas terras.

Os asiáticos formam um grande grupo e estão concentrados em São Paulo. No entanto, têm influência em todo o Brasil. Um bom exemplo desse processo é a presença dos japoneses, em Pernambuco, com os seus cultivos de flores e de acerola, no município de Bonito. Por fim, vamos encontrar pessoas da Oceania e da Antártida, vivendo entre nós. Ou seja, a sociedade brasileira recebeu contribuições de pessoas vindas de todos os continentes do mundo.

Por tal razão, temos costumes e hábitos variados. Em todo o território nacional, é possível se encontrar essas diferenças nas danças, nas culinárias, nas religiões, e em outros elementos importantes. Isto é positivo porque aumenta nossas chances de escolhas, deixando mais rica a nossa cultura. Sabemos fazer um bolo de rolo, que foi herança do povo português; fritamos o acarajé, que nos foi ensinado pelos povos africanos; fazemos tapioca, que faz parte da culinária dos indígenas; e preparamos sushi, que é peixe cru com arroz, uma especialidade da culinária japonesa. Podemos dançar o toré, que é típico dos indígenas; dançar o balé, que é uma arte europeia; dançar a capoeira, que é uma forma de expressão afrobrasileira; e pular o frevo, que é uma mistura de ritmos.

Como sabemos, porém, pela própria experiência, a formação da sociedade brasileira tem um lado muito negativo que, ainda hoje, castiga a maioria das pessoas em nosso país: as desigualdades e as várias formas de discriminações e de preconceitos.

VAMOS PENSAR MAIS!

Como os portugueses, os indígenas e os africanos se comunicavam uns com os outros, aqui no Brasil, se não falavam a mesma língua?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto f. Explicando porque as pessoas continuam saindo de sua terra natal

Sem muito esforço, podemos identificar duas grandes razões para as pessoas saírem, hoje, de seu lugar de nascimento, e se deslocarem para viver em outras terras:

1) **por interesse pessoal** - quando, por livre e espontânea vontade, partem de sua terra natal; e
2) **por imposição política e interesses de grupos econômicos** - quando são obrigadas a deixar a sua terra natal.

Saem por livre e espontânea vontade - quando buscam novas oportunidades de trabalho, de acesso ao conhecimento, desejam esquecer um grande amor, sonham com um lugar melhor, ou são voluntárias para ajudar populações carentes. Essas pessoas têm a liberdade de partir e de voltar. Elas podem partir, individualmente, ou, em grupos.

Exemplo: Com o fim da escravidão, o Governo brasileiro ofereceu vantagens para que trabalhadores italianos viessem cultivar as lavouras de café. Eles chegaram, em grandes grupos, se espalharam pelas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, e trouxeram, ainda, as suas experiências na culinária, no cultivo da uva e na produção de vinho.

Saem por imposição política - quando, individualmente ou em grupos, as pessoas são expulsas de sua pátria, ou pedem abrigo político em outros países. Geralmente, elas ficam fora de seus países, até mudar a situação política que as levou a sair.

Exemplo: Com o Golpe Militar, em 1964, acabaram-se as eleições diretas e o novo governo passou a ser uma ditadura. O presidente, os governadores e muitos prefeitos e parlamentares foram depostos, bem como trabalhadores, trabalhadoras e estudantes foram expulsos de seus postos de trabalho e faculdades. Quem não concordava com aquela situação e queria o retorno da democracia foi perseguido, preso, torturado, ou se exilou em outros países.

Saem por imposição de interesses econômicos - quando as pessoas são arrancadas, à força, e levadas para serem utilizadas como mão de obra escrava. Elas são privadas da liberdade de ir e vir, e colocadas a serviço de interesses de grupos econômicos. Exemplo: Com o objetivo de explorar o cultivo da cana de açúcar, os portugueses sequestraram os africanos, e os trouxeram, como escravos, para o Brasil.

CONCLUSÃO

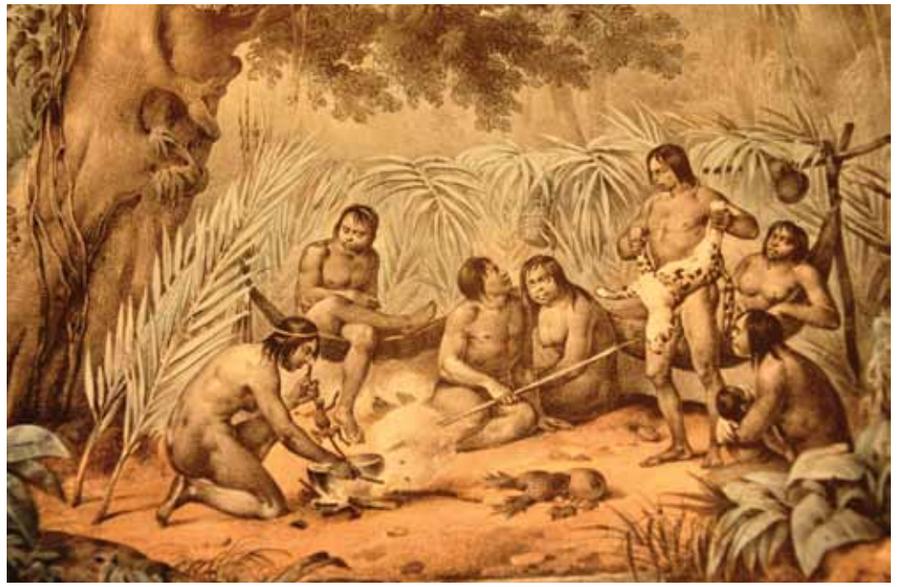
Neste capítulo, estudamos os povos que vieram a formar a sociedade brasileira. Vimos que os indígenas e africanos, assim como os portugueses, contribuíram, de forma significativa, para o perfil da sociedade brasileira. Tomamos consciência de que essa reunião não foi pacífica: foi involuntária e cumulada por violências, deixando marcas e dívidas que o Estado Brasileiro precisa resolver, de imediato. Diversos outros povos, tais como os asiáticos, também contribuíram para o desenvolvimento do nosso país.

Retrato de menina - 1942
Lula Cardoso Ayres

Óleo sobre Tela
Acervo da Pinacoteca da Fundação Joaquim Nabuco

CAPÍTULO 7

OS POVOS INDÍGENAS



Índios em sua Cabana
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia aquarelada sobre papel - 27,5 x 32,5 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

No Brasil, no ano de 1500, a população indígena era de, aproximadamente, 1.500.000 de habitantes. Naquele momento, as índias e os índios viviam, em sua grande maioria, no litoral, agrupados em torno de 1.400 comunidades. Falavam mais de 1.300 línguas, cultivavam os seus rituais sagrados, suas crenças, faziam negócios entre si, guerreavam, construíam aliados e inimigos. Eram pessoas bonitas e saudáveis, como descreveram os próprios portugueses. Cheios de pensamentos e inteligência, como todas as outras pessoas do mundo, os indígenas tinham um cotidiano próprio, diferente dos europeus, africanos e asiáticos.

7.1 Aspectos principais da organização das comunidades indígenas brasileiras

A terra e as águas, nas comunidades indígenas, quase sempre eram de propriedade coletiva, e as pessoas tinham livre acesso aos instrumentos de trabalho. Dessa maneira, podiam tirar o seu sustento, da natureza, plantando, caçando, navegando e pescando. Eram, portanto, sociedades não acumuladoras de riquezas. A divisão do trabalho, tanto entre os próprios homens, quanto entre homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, não se dava em termos de uma relação de exploração.

Entre as comunidades indígenas, não havia pobres e ricos. Os alimentos coletados e cultivados eram consumidos, a contento, por todo o grupo. Negociava-se, com os povos vizinhos, apenas os produtos que sobravam.

No que diz respeito às relações étnicas, ou seja, às relações entre os povos, apenas em casos de guerras se observavam opressões e discriminações, pois os vencedores, terminada a peleja, tinham o costume de escravizar e tripudiar dos seus inimigos. Essa prática encontrou eco no comportamento opressor dos portugueses, que, mais tarde, tiraram vantagem das rivalidades entre as diferentes comunidades, para escravizar os índios e fazê-los trabalhar no plantio da cana.

7.2 Relações de gênero no interior das sociedades indígenas

Do ponto de vista das relações de gênero, os afazeres eram divididos entre homens e mulheres, e ambos participavam das guerras. Aos indivíduos do sexo masculino,

especificamente, cabiam caçar, pescar, preparar a terra para o plantio, curar as doenças, liderar os rituais sagrados, tomar as decisões nos problemas entre os grupos, e negociar com os grupos vizinhos.

As mulheres assumiam a responsabilidade de plantar e de colher, fazer objetos de palha e cerâmica, limpar a caça, preparar a comida, cuidar das crianças, dos doentes e realizar os partos. Elas eram livres, sexualmente, enquanto solteiras. Podiam recitar poesias e imitar o canto dos pássaros. Porém, a chefia do grupo, o relacionamento com outros povos e os cuidados com o sagrado, não eram afazeres do sexo feminino. Para as mulheres casadas, a relação sexual com outros homens era uma conduta inaceitável.

Dessa forma, destacamos dois pontos importantes das relações de gênero:

1. As tarefas, específicas das mulheres, envolviam um trabalho de transformação da natureza em outros bens. Esse trabalho se constituia em um aspecto fundamental, para o desenvolvimento de técnicas e conhecimentos, que permitiam tirar mais proveito da natureza. Isto demonstrou a contribuição das índias, para o aumento do tempo de permanência da comunidade nas mesmas terras, e para o fortalecimento de uma cultura sedentária; e
2. As comunidades indígenas apresentavam desigualdades de gênero, com desvantagens para as mulheres, a exemplo da exclusividade dos homens nas relações com o sagrado, e da punição das mulheres casadas que mantivessem relações sexuais com outros homens, mesmo que a distribuição da riqueza fosse igualitária, e a terra fosse trabalhada de forma coletiva.

Por essas razões é importante entender que, para descobrirmos como são, realmente, nas sociedades, as relações de gênero, precisamos observar como se organizam, entre homens e mulheres, as relações sexuais e de reprodução, assim como as relações com o sagrado, as relações de produção e as relações de poder. Do conjunto dos estudos sobre as sociedades indígenas podemos perceber, contudo, que elas eram muito mais igualitárias e prezavam muito mais pelo equilíbrio social e pelo meio ambiente, do que a sociedade brasileira atual, e a de Portugal, daquela época.

7.3 O que aconteceu aos povos indígenas com a chegada dos portugueses

Ao terem as suas terras invadidas por portugueses, sedentos de riquezas, os povos indígenas se depararam, dentro de seu habitat, no cotidiano de suas vidas, não só com uma cultura muito diferente, mas, também, com um grupo de homens escolados pela vivência com a miséria, com a distância dos entes queridos, e com a promiscuidade das longas viagens mar adentro.

De uma forma simplificada, podemos dividir as relações entre portugueses e indígenas em três grandes fases:

7.3.1 O período Pré-Colonial (1500-1530): as trocas e os saberes

Segundo os relatos dos portugueses, nos primeiros momentos, os indígenas ficaram desconfiados, mas, logo depois, foram se mostrando cordiais, receptivos e curiosos. Nós acreditamos que, os indígenas do litoral brasileiro, como nunca haviam saído de suas terras para incomodar ninguém, deviam estar se perguntando o que desejavam e de onde vinham aquelas pessoas estranhas, que só tinham um sexo, pois eram todos homens. Nessa fase, houve as famosas trocas de objetos, e os homens e as mulheres indígenas passaram a ensinar muito aos invasores, sobre as formas de viver em nosso território, a exemplo das técnicas de construção de moradias e das habilidades para encontrar as melhores terras para o plantio, os melhores rios para a pesca, e os melhores trechos do mar para se navegar.

Os portugueses aprenderam, ainda, com os povos indígenas litorâneos, o cultivo da mandioca, do milho, do amendoim e do fumo. Da mesma forma, se apropriaram da produção feminina de redes, esteiras, barcos, cestos de palhas, panelas, potes de cerâmica, e outros apetrechos necessários à vida doméstica. Fechando essa ciranda de conhecimentos, os portugueses tiveram acesso, também, ao uso medicinal de plantas importantes, como a aroeira, a copaíba e a jurema.

Resumindo: os indígenas, nesse primeiro momento, como não tinham qualquer objetivo de dominação em relação aos portugueses, e estavam em uma situação aparentemente vantajosa, foram amáveis com os invasores. Estes, além de se

tratar de uma minoria, nada conheciam daquelas terras e dos costumes daqueles povos, e mantiveram, assim, muita cautela nos contatos com os nativos.

Dessa forma, sem se aperceber dos perigos, os indígenas, no período entre 1500 e 1530, comprometeram sua própria segurança, e construíram um terreno favorável às ambições colonizadoras dos invasores.

7.3.2 O período Colonial (1530 – 1822): os povos indígenas diante da violência das armas de fogo

Os portugueses não vieram ao Brasil para adquirir mais conhecimentos e fazer amigos, mas, sim, para lucrar. Sendo assim, era preciso tomar posse do território e de tudo que aqui houvesse, mesmo que a ferro e fogo. Essa missão lhes impunha mudar o modo de ser dos indígenas, utilizar esses povos como mão de obra, e levar riquezas para Portugal.

Para justificar suas práticas de exploração, os invasores construíram, então, uma imagem dos indígenas como sendo a de povos bárbaros, violentos, despudorados, sem religião e sem leis, cujas mulheres se entregavam a qualquer homem. Dessa forma, submeteram os nativos à cultura europeia, aplicando, em nossas terras, um vasto programa de civilização e evangelização, que deu início ao tenebroso período Colonial.

Ter objetivos tão bem definidos, possuir muitas armas de fogo, famílias, bens e cultura preservados, do outro lado do oceano, dava, aos portugueses, a certeza de que, os inimigos que aqui fizessem, em nada alterariam sua identidade, ou causariam danos aos seus entes queridos. Já os indígenas estavam com as portas de seu mundo escancaradas, e vulneráveis às ações dos invasores.

Com os casamentos entre homens portugueses e mulheres indígenas, as vulnerabilidades dos povos nativos tornaram-se mais graves. Isto porque, as regras indígenas, concediam, aos homens, através do casamento, o pertencimento ao grupo familiar da mulher e, assim, todos os direitos de negociar, de participar dos ritos sagrados e de escravizar, no final das guerras, as pessoas dos povos vencidos. Os portugueses, como grandes representantes dos códigos patriarcais, que haviam deixado as portuguesas do outro lado do mar, passaram a desrespeitar o lugar das

mulheres, também, nas sociedades indígenas, praticando o estupro e casando-se por mero interesse.

Os indígenas se rebelaram, resistiram, fugiram, e lutaram com unhas e dentes contra a escravidão, e para defender suas vidas, suas terras e seus costumes. A fuga dos Tupis - que eram os indígenas do litoral - provocou a entrada dos portugueses no interior, e seu encontro com os Tapuias. Este povo tinha uma índole mais agressiva que os litorâneos, e levou os portugueses a enfrentar pessoas com uma resistência mais forte.

Em decorrência de sua valentia e sentido de liberdade, os povos indígenas conquistaram, ainda no período Colonial, o direito de não serem mais escravizados. Em primeiro de abril de 1680, foi decretada, no Brasil, uma lei portuguesa que proibia a escravização dos indígenas. Se essa lei, por um lado, garantia a liberdade dos índios, por outro lado, não libertava os povos que já eram escravos, e tampouco lhes devolvia o território e a paz. Desse maneira, os povos indígenas permaneceram alijados da vida econômica do país e condenados à condição de marginais, sem direito à terra, à reprodução dos seus costumes, e sem um lugar na sociedade brasileira.

Em resumo, é possível afirmar que o processo de colonização portuguesa resultou em milhares de pessoas mortas, muitos povos indígenas escravizados, contaminados por doenças, exterminados, saqueados e expulsos de suas terras. Todos perderam a paz e tiveram seus costumes ridicularizados e modificados.

7.3.3 O período da vida nacional (de 1822 até os nossos dias): os povos indígenas diante do Império e das Repúblicas no Brasil

No dia 7 de setembro de 1822, o Brasil tornou-se independente de Portugal, criando seu próprio governo - uma Monarquia - mesmo que seu imperador, D. Pedro I, pertencesse à família Real Portuguesa.

Anos mais tarde, em 1889, o país deixou de ser uma Monarquia para se tornar uma República, baseada nos princípios da democracia. Anda hoje, porém, os índios continuam lutando pela posse e manutenção das poucas terras que lhes restam, e pelo direito de existirem como povos independentes e portadores de expressões culturais próprias.

Os dados da tabela, abaixo, demonstram o tamanho da violência utilizada contra os indígenas nos períodos Pré-Colonial, Colonial, Monárquico e Republicano:

Tabela 1– Dados sobre os povos indígenas no Brasil

Anos	Total		
	Povos	População	Línguas
1500	1400	1.500.000	1.300
2000	225	460.000	180
Perdas	1175	1.040.000	1.120

Fontes: IBGE - Censo 2000

VAMOS PENSAR MAIS!

Vocês sabiam que foram as mulheres, em todo o mundo, que começaram a agricultura? Que foram elas que começaram a engordar e esperar que os bichos se reproduzissem, para depois consumi-los?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto g. Os indígenas e as desigualdades nos dias de hoje

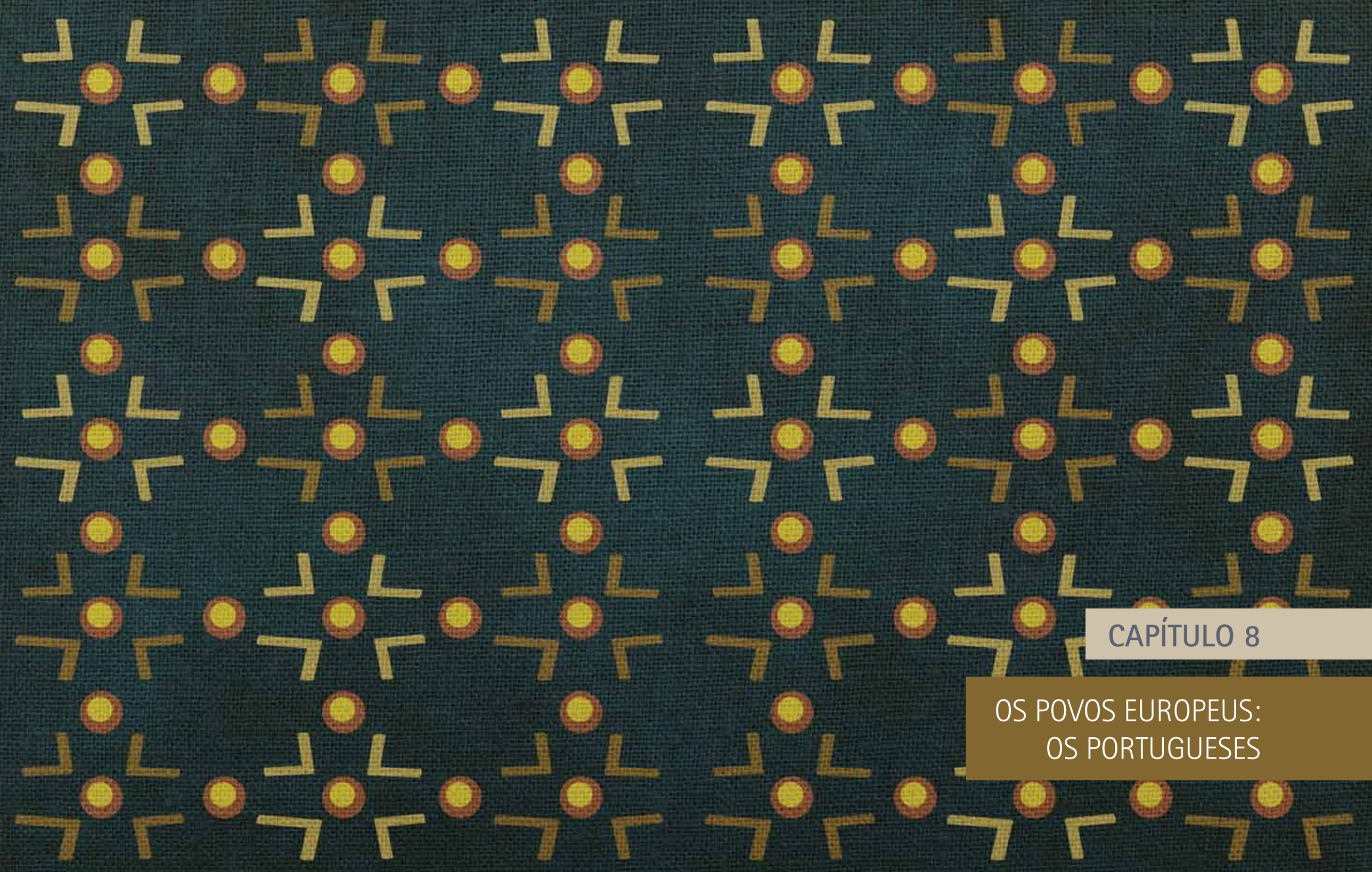
Observando a vida dos povos indígenas, de Pernambuco, percebemos que alguns dos seus hábitos foram se modificando, e acabaram se tornando parecidos com aqueles praticados pelas pessoas que moravam nas cidades próximas às suas terras. Isso em nada aliviou as relações daqueles povos com os Governos Municipais, ou mesmo com a população brasileira, de um modo geral. Pelo contrário: para eles, sempre representou a fonte de um grande problema político e social. Pois, quando as pessoas da cidade querem negar, aos índios, o direito à terra, afirmam que, por terem traços culturais em comum com os habitantes urbanos, eles não podem ser considerados indígenas. Porém, quando querem se diferenciar deles, por se acharem superiores, discriminam os indígenas, chamando-os de ignorantes, marginais e idiotas. Em outras palavras, eles são vistos como indígenas, quando se trata de discriminar, mas, não são reconhecidos como tal, quando é para garantir os seus direitos.

A verdade é que, aqueles povos, por terem se modificado com a colonização, têm, hoje, formas de viver parecidas com a maioria das pessoas das cidades. Porém, continuam ocupando terras que sempre foram deles, e mantêm costumes, danças, comidas e rituais que são deles, e somente eles os praticam. As demais pessoas, em geral, não fazem nem conhecem suas práticas. É essa especificidade cultural que cria sua identidade, enquanto grupo étnico, e que garante o seu direito de lutar pela reprodução de sua diversidade cultural, e pelo seu território, para existir como uma comunidade.

Hoje, em Pernambuco, os povos indígenas formam 11 etnias, que reúnem cerca de 40 mil pessoas. Muitas dessas comunidades lutam para garantir a permanência de sua cultura, mantendo os rituais e as tradições dos seus povos, ao mesmo tempo em que desejam ser considerados brasileiros. Dentre eles, estão os povos: Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Pankará, Pankararu, Pankaiuká, Pipipãs, Truká, Tuxá e Xucuru. Algumas dessas comunidades mantêm vivas, inclusive, as suas línguas, a exemplo do povo Fulni-ô, de Águas Belas, que fala o yaathe.

CONCLUSÃO

Neste capítulo estudamos a situação dos povos indígenas durante o processo de colonização. Descobrimos que as pessoas que estudam esses povos, comparando suas formas de organização social com as dos portugueses, concluíram que eles distribuíam de maneira mais igualitária o trabalho, a produção e o poder. Vimos que eles foram dizimados como população e, também, como cultura. Percebemos que os indígenas possuíam uma forma própria de organização social que, apesar de trazer algumas desvantagens para as mulheres, era menos opressora que o patriarcado português (o qual é, por sua vez, fruto de uma longa construção social, no interior da Europa). Assim, pudemos compreender que o patriarcado e a opressão das mulheres não foram criados pelo capitalismo, e que toda a sociedade brasileira precisa reparar a grande dívida que possui com os povos indígenas.



CAPÍTULO 8

OS POVOS EUROPEUS: OS PORTUGUESES

Bonecas de Telas famosas
Maria Marcina Pimentel Coimbra Bueno
Material de porcelana
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Nos anos de 1500, os povos do continente Europeu e, dentre eles, os portugueses, estavam vivendo grandes transformações. O seu sistema feudal de produção e a organização da sociedade passariam por grandes reformas, que dariam vez ao sistema capitalista. As velhas relações de escravidão e servidão também seriam banidas do continente.

Em outras palavras, importantes parcelas de sua população deixaram de produzir, artesanalmente, alimentos, tecidos e objetos. Trabalhadores e trabalhadoras abandonaram os feudos dos grandes senhores, e passaram a se dedicar à produção fabril, em estabelecimentos de propriedade de burgueses, em troca de um salário.

Essas mudanças influíram em toda a vida das sociedades: nas relações de produção, nas relações de reprodução, e nas relações de poder. Interferiram, ainda, no formato do comércio, que deixou de ser local, expandiu-se para todo o território e, até mesmo, para o além-mar.

8.1 O período das grandes navegações portuguesas

Portugal ofereceu, nos anos de 1500, uma peculiaridade aos novos tempos: sua liderança na arte de navegação, desenvolvida, principalmente, por meio da pesca do bacalhau, em seu litoral. Ou seja, os portugueses possuíam um conjunto de saberes que, em relação aos outros países da Europa, lhes proporcionava vantagens, no que diz respeito às navegações, aos descobrimentos marítimos e às explorações das novas terras.

Do ponto de vista econômico, isso era muito importante, também, pois a atividade que mais dava lucro, naquele momento, era o comércio de mercadorias trazidas do Oriente, principalmente da Índia e da China.

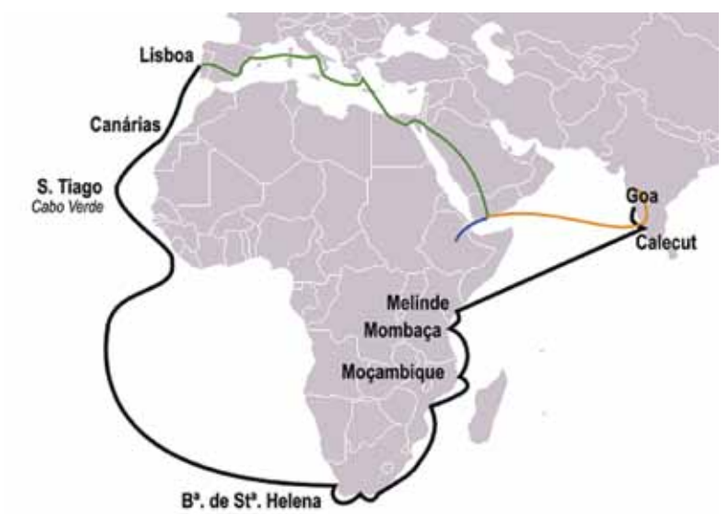
Contudo, a navegação pelo Mar Mediterrâneo, rota que dava acesso às preciosidades como a seda, a pimenta, a noz-moscada, o açafrão, o gengibre, a canela e as pedras preciosas, era dominada pelos comerciantes italianos, tornando-se muito arriscado, para os portugueses, se lançarem em rivalidades em alto mar. Porém, ficar fora desse vantajoso negócio, não estava nos planos dos nossos colonizadores. Por isso, eles arcaram com a difícil tarefa de encontrar um novo caminho

marítimo para o Oriente, rumo aos maravilhosos produtos das Índias.

Naquela época, se as viagens com lucros certos já custavam muito dinheiro, sacrifícios e, até mesmo, vidas, imaginem-se as exploratórias, onde tudo era arriscado e incerto. Porém, os lucros e prestígios envolvidos naqueles negócios reuniram comerciantes, navegadores, reis e padres. Isso explica a presença do Reino de Portugal e da Igreja Católica, como grandes financiadores das viagens dos descobrimentos. Por um lado, o Reino tinha interesse em inserir Portugal no mercado das especiarias, da prata e do ouro e, por outro lado, a Igreja queria ampliar seu prestígio, suas riquezas, e aumentar o número de fiéis.

Desse modo, no ano de 1498, os portugueses, partindo do porto de Lisboa, navegaram ao redor do Continente Africano, e realizaram uma das mais importantes viagens da História, que foi a chegada, às Índias, das caravelas de Vasco da Gama. A descoberta dessa rota, mesmo mais longa, assim como a descoberta de novas terras, rendeu lucros fabulosos a Portugal.

Figura 3 – Mapa da rota dos portugueses para as Índias



_____ rota para a Índia pelo Mar Mediterrâneo/por terra (Europeus)

_____ rota para a Índia pela costa do Continente Africano (Vasco da Gama)

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Descoberta_do_caminho_mar%C3%ADtimo_para_a_%C3%8Dndia

8.2 O Brasil: a segunda grande descoberta dos portugueses

Em 1500, houve a segunda grande descoberta portuguesa: suas caravelas, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, chegaram ao litoral brasileiro, o que, alguns anos mais tarde, colocou Portugal na posição de principal potência econômica do mundo.

Dizem alguns relatos históricos, que os portugueses não sabiam para onde estavam indo, e que as terras dos papagaios, como chamavam o Brasil, não despertaram, de imediato, o seu interesse, pois, aqui, não parecia haver metais preciosos. Porém, alguns fatos nos levam a pensar o contrário. Naqueles primeiros dias, no Brasil, os portugueses mandaram de volta uma caravela, levando uma carta para o Rei de Portugal, na qual anunciavam a posse das terras. Celebraram, ainda, uma missa, fincaram uma cruz, símbolo de sua crença católica, e batizaram o território como Ilha de Santa Cruz. Em outras palavras, criaram eventos, documentos e argumentos que, no futuro, poderiam provar terem sido eles os primeiros a colocar os pés por aqui.

Enfim, se não encontraram ouro, identificaram outra riqueza lucrativa: uma madeira da qual extraíam um corante cor de brasa, e que, por essa razão, foi denominada de Pau-Brasil. Foi ela que inspirou o nome Brasil, para o nosso país, enquanto a sua exploração marcou o início da tragédia dos indígenas.

VAMOS PENSAR MAIS!

Você acredita que as caravelas de Cabral se desviaram do trajeto das Índias e chegaram, ao Brasil, por puro acaso?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto h. O patriarcado português e as desigualdades de gênero

Comparando-se os estudos sobre a vida dos portugueses, no Brasil, e a dos povos indígenas, percebemos que, as desigualdades de gênero, eram muito mais duras para as mulheres portuguesas, do que para as índias. Por exemplo, as índias acompanhavam o seu povo para todos os lugares, e não eram consideradas como seres inferiores ou maléficos.

Já os portugueses chegaram ao Brasil, sozinhos, como rezava a sua cultura patriarcal, mantendo as mulheres longe dos negócios, do poder e dos mares, criando leis e cultivando mitos misóginos para castigá-las. Um dos maiores e que, até hoje, prejudica as pescadoras, é aquele que diz ser a presença das mulheres, em alto mar, um chamariz de tempestades e maldições.

Misoginia é o ódio ou aversão às mulheres

Outra peça do imaginário patriarcal misógino, e que terminou em grande tragédia, naquela época, foi o movimento de "Caça às Bruxas", liderado pela Igreja Católica, que levou milhares de mulheres à morte, nas fogueiras da Inquisição. Nele, eram associados, às mulheres, imagens e comportamentos diabólicos. Desta página, muito branca da história político religiosa europeia, Portugal participou ativamente, revelando o nível machista de sua sociedade.

Esse modelo português pró-capitalista, machista e patriarcal, que dominava a relação entre homens e mulheres, foi trazido para o Brasil, marcando a nossa sociedade, como um todo, e determinando formas perversas de desigualdade, desde aquela época, nas relações entre indígenas, brancos e negros.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, estudamos a vinda do povo português para as terras brasileiras. Pudemos ver que, o processo de colonização que desenvolveram no país foi violento, causando muito sofrimento e a devastação de povos indígenas e africanos. A ganância e a busca por lucros, cada vez maiores, guiaram as ações dos portugueses, levando-os à tentativa de destruição de várias culturas, consideradas estranhas e inferiores à sua. Vimos, também, que os portugueses foram os responsáveis pela formação da sociedade brasileira, baseada no patriarcado, na divisão de classes, na exploração e discriminação dos negros e, portanto, nas relações desiguais entre homens, mulheres, brancos, negros e índios.

CAPÍTULO 9

OS POVOS AFRICANOS

Negros Cabinda, Quiloa, Rebola e Mina
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)

Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia sobre papel - 37,5 x 31 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Os povos do Continente Africano são iniciadores de muitos saberes, bem como antigos construtores de reinos e cidades importantes. Muito antes que em outras partes do mundo, os africanos e as africanas dominavam as tecnologias da tecelagem, da construção civil e do ferro. Eram excelentes agricultores, pecuaristas, e praticavam as artes da escultura, das danças, da construção de instrumentos e da composição musical. A construção naval e as técnicas de navegação eram, ainda, promovidas. Além disso, desde muito cedo, eles cultivaram a relação entre os povos. O reino do Congo, por exemplo, investiu nas relações com Portugal, buscando aprimorar seus conhecimentos em navegação e adquirir outros, como a tecnologia da construção de moinhos.

Neste capítulo, vamos conhecer um pouco da história africana, e, dessa forma, entender como o processo de escravidão portuguesa foi catastrófico para esses povos. Assim, vamos ver que os africanos e as africanas são possuidores de uma cultura tão legítima quanto a nossa, e que ela foi violentada pelo colonialismo português.

9.1 O Continente Africano antes da colonização

Nos idos de 1500, quando os europeus ainda eram tímidos em seus programas de colonização, o Continente Africano abrigava, mais do que hoje, muitas culturas, sociedades, religiões e línguas. Entre si, os povos africanos da Etiópia, do Marrocos, do Daomé, do Ifá e do Oió, por exemplo, mantinham intensas relações econômicas e políticas, e se envolviam em situações de conflitos armados, fazendo parte, de suas leis, a escravização de prisioneiros de guerra. Contudo, em suas terras, não se produziam armas de fogo. Mas, como eram hábeis diplomatas e estrategistas militares, eles queriam possuí-las.

Por outro lado, desde meados de 1300, navegadores e reis portugueses tinham interesses nas imensas terras, riquezas e tecnologias do Continente Africano, dando início às relações de negócios, que resultaram, com o tempo, em conflitos mortais e prejuízos descomunais para a África. Tem-se conhecimento de que os portugueses, no século XV, utilizando-se do costume africano de escravizar os prisioneiros de guerra, escravizaram os africanos no Sul de Portugal e nas ilhas do Norte da África, para o barateamento da mão de obra. Isto significa dizer, que já usavam a escravidão, para ganhar dinheiro, há, pelo menos, 100 anos antes da chegada ao Brasil.

9.1.1 As relações de gênero e as especificidades da opressão das mulheres na África

Naqueles tempos, as mulheres no Continente Africano tinham uma vida complexa, do ponto de vista das relações de gênero. De um lado, participavam da vida pública e do comércio, mostrando-se experientes vendedoras em feiras e vias das principais cidades, onde ofereciam comidas, tecidos, animais, objetos de madeira, cerâmicas e metais. Dentre alguns povos africanos, as mulheres chegavam, inclusive, a ter uma posição de liderança religiosa e política, o que não acontecia entre os povos indígenas e europeus. A elas cabia, ainda, repassar conhecimentos e tradições, através da narração de histórias, cujos conteúdos alimentavam a identidade do grupo étnico e fortaleciam a interação comunitária.

Por outro lado, na vida doméstica, as africanas eram submetidas à poligamia, que é o casamento de um homem com várias mulheres e, alguns povos utilizam, até hoje, a amputação do clitóris, que é a retirada de parte do aparelho genital feminino que dá prazer às mulheres. Essas duas questões são indicadores importantes da existência de desigualdades entre homens e mulheres, com desvantagens para as mulheres, até os nossos dias, no Continente Africano.

9.2 O período Colonial (1530-1588): a escravidão dos africanos e a ganância portuguesa

A chegada dos africanos e das africanas, ao Brasil, marcou o início do processo de colonização. No período Pré-Colonial, a tentativa de escravização dos indígenas não logrou muito sucesso. Os portugueses, então, partiram para o Continente Africano, sequestrando seus povos, em massa, para o trabalho escravo nos recém criados engenhos. Sendo assim, de forma similar aos indígenas, os portugueses incentivavam as rivalidades entre as diferentes nações africanas, como estratégia para adquirir escravos. Assim, tiravam proveito próprio dos espólios, que era a posse de prisioneiros, através da troca de armas.

Para nós, brasileiras e brasileiros, herdeiros e herdeiras que somos dos povos africanos, é muito importante compreendermos, seriamente, as diferenças que existiram entre a escravidão praticada pelos africanos e aquela que vai ser aplicada pelos portugueses, no Brasil.

No Continente Africano, a prática da escravidão não retirava da pessoa a sua condição de ser humano, sendo usada nas seguintes situações:

1. Para punir as pessoas que cometiam crimes, ou que não pagavam dívidas. Neste último caso, estava prevista a suspensão da escravidão contra o pagamento das dívidas. No primeiro, era prevista mediante o perdão para o crime;
2. Para manter os prisioneiros de guerras, em geral, crianças e mulheres, integrando-os à sociedade, desta forma;
3. Para comprar mão de obra para a produção familiar;
4. Para vender pessoas com o objetivo de diminuir o tamanho da população, no caso dos povos afetados pela falta de alimentos (em secas, pragas na agricultura, e outros), aumentando a possibilidade de sobrevivência do grupo e das pessoas vendidas como escravas.

Por sua vez, a escravidão portuguesa era, antes de tudo, uma prática de tentar transformar pessoas em objetos e animais, mediante o estabelecimento de processos de posse sobre suas vidas. Dessa forma, a escravidão nasceu e se desenvolveu através da ganância capitalista, contida na colonização portuguesa. Era combinada segundo a vontade de reis e de negociantes africanos de possuírem armas de fogo, sob o véu dos velhos costumes de escravizar e de vender os prisioneiros de guerra.

As regras dessa escravidão se baseavam no completo e perpétua restrição da liberdade do indivíduo, e de suas futuras gerações (filhos e filhas), bem como na desapropriação de todos os seus bens materiais e imateriais.

– O que isso quer dizer?

– Significa dizer que a pessoa escravizada, nos moldes portugueses, era um ser impedido, através da violência, de acessar a terra, de ter uma moradia, de ser recompensado pelo seu trabalho, de praticar sua religião, seus hábitos, e de procriar conforme suas leis. Esse tipo de escravidão com africanos e indígenas, praticada pelos portugueses, no Brasil, marcou, profundamente, as relações sociais com o traço da desigualdade étnica e racial, desde o período Colonial, passando pelo Monárquico e pelo Republicano, com reflexos em nossos dias.

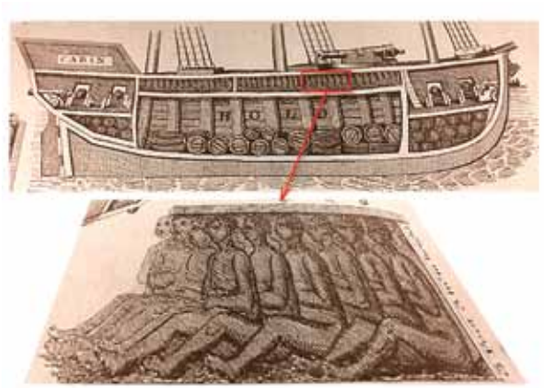
9.2.1 A crueldade da escravidão portuguesa: os Navios Negreiros

A crueldade do processo de escravidão portuguesa começava no transporte dos africanos para o Brasil. A viagem acontecia nos chamados Navios Negreiros, embarcações que, durante séculos, transportavam negros e negras do Continente Africano para o continente americano. Esses navios traziam, em média, quatrocentas pessoas, sob péssimas condições de sobrevivência. Amontoadas, algemadas, mal alimentadas e privadas de higiene. Muitas delas morriam na travessia, sendo jogadas ao mar.

Nessas viagens de terror, que foram legais até 1830, mas, que existiram até 1850, as pessoas sequer podiam se comunicar, pois, eram separadas, aquelas que falassem a mesma língua e tivessem os mesmos costumes, para se evitar a trama de revoltas. Homens e mulheres não podiam, ainda, ficar juntos, pois se acreditava que as mulheres estimulavam as rebeliões.

O poeta abolicionista Castro Alves escreveu um poema sobre tais travessias no Oceano Atlântico, intitulado O Navio Negreiro, que em um trecho muito triste, aqui transcrito, fala das mulheres.

Figura 4 – Navio Negreiro



São mulheres desgraçadas,
Como Agar o foi também.
Que sedentas, alquebradas,
De longe... bem longe vêm...
Trazendo com tíbios passos,
Filhos e algemas nos braços,
N'alma — lágrimas e fel...
Como Agar sofrendo tanto,
Que nem o leite de pranto
Têm que dar para Ismael.

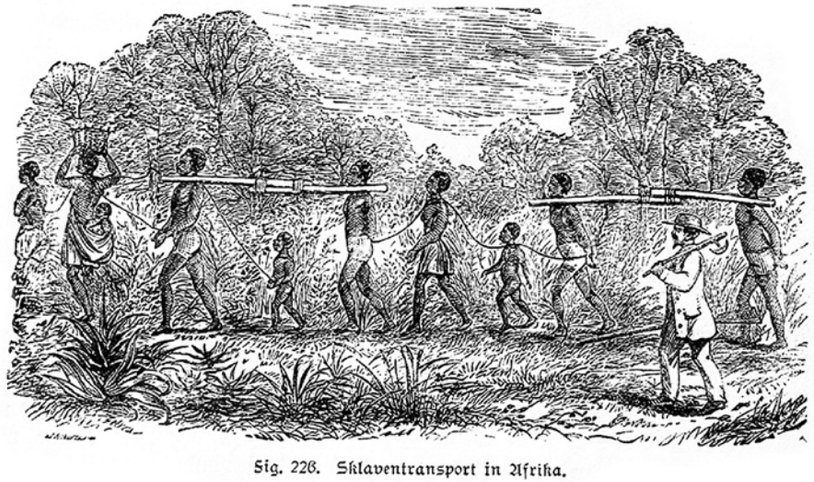
Esquema mostrando como eram transportados escravos em um navio negreiro
/thumb/1/17/AfricanSlavesTransport.jpg/commons/4/4d/NavioNegreiro.gif

Arrancados de suas terras, separados de suas famílias e tratados como animais, os africanos e as africanas chamavam-se, entre si, de Malungos. Dessa forma, contrapondo-se à imensa perda de vida social, afetiva, familiar e cultural, o termo Malungo se impôs, expressando os novos laços de solidariedade e de ajuda mútua. Era a própria recriação dos elos de parentesco, pois, ser Malungo era o mesmo que pertencer a uma família. Ser Malungo significava resistência e restauração de uma identidade massacrada.

9.3 A vida dos africanos e das africanas em terras brasileiras

As mulheres e os homens africanos, quando sobreviviam à cruel travessia do Oceano Atlântico, perdiam os seus nomes de nascimento, sendo rebatizados com nomes cristãos. Dos portos, eram levados para os mercados de negros e expostos à venda, como peças, para, depois, suportarem todos os açoites e desrespeitos possíveis e impossíveis, por parte de capatazes, feitores, capitães do mato e senhores.

Figura 5 – Escravos africanos



Transporte de escravos africanos. Gravura de 1890. /thumb/1/17/AfricanSlavesTransport.jpg/800px-AfricanSlavesTransport.jpg

Durante 400 anos de escravidão, essas cenas se repetiram, enquanto os homens e as mulheres, transportados da África, traziam para o Brasil suas culturas, ou seja:

- Seus conhecimentos, tecnologias e formas de sentir a vida e a natureza;
- Seus valores, deuses, línguas, modos de vestir, danças, músicas, instrumentos musicais, cantos, brincadeiras;
- Seus hábitos de trabalho e formas de dividir as tarefas; e
- Suas definições do que é ser criança, ser idoso, ser homem, ser mulher, e de como repartir as atividades entre eles e elas.

Aqui, eles geraram filhos e filhas, contudo, não puderam constituir suas famílias, trabalhando de corpo, alma e intelecto, nas plantações de cana, de algodão, de café, na criação de gado, e na exploração das minas de ouro e diamantes. Foram artífices, construtores, cirurgiões, cozinheiros, agricultores, artistas, músicos, e inventores de técnicas. A sua capacidade humana foi utilizada, também, para construir nossas cidades, palácios, igrejas, casas, ruas, pontes e monumentos. Enfim, eles participaram, ativamente, da construção de todos os elementos fundamentais para o crescimento econômico, social e cultural do Brasil

9.4 A vida das mulheres africanas no Brasil

Se o destino de todas as mulheres, no Brasil, sempre esteve na mão dos senhores, o das mulheres negras era ainda pior. Elas eram exploradas, de múltiplas formas: em plantações, em serviços domésticos, como amas de leite, como reprodutoras de escravos, como vendedoras ambulantes, como objetos de decoração, ou de entretenimentos sexuais, seja em casas de engenho, seja em prostíbulos.

Até os dias atuais, as mulheres negras são vistas como objetos sexuais. Esse comportamento persiste, ainda, por ter se difundido o mito da negra sexualmente disponível, sensual e sem pudores, criado pelos dominadores para justificar sua violência. Na atualidade, também, vemos que as negras representam a maioria nos serviços domésticos, muitas delas trabalhando em condições de subemprego e recebendo baixas remunerações, reproduzindo a antiga estrutura de trabalho colonial.

No entanto, as mulheres africanas resistiram de muitas maneiras à tirania e à libertinagem dos senhores. Elas interromperam as gravidezes, porque muitas resultaram de abusos sexuais e, ainda, porque era preferível não gerar filhos, a tê-los nas condições impostas pela escravidão. A maioria das mulheres africanas teve filhos através da violência.

9.5 Nossas heranças africanas

O nosso dia a dia está repleto de palavras africanas como angu, batuque, cachaça, cafuné, fubá, e tantas outras. O uso de diminutivos, como mainha e painho, é resultante do modo de falar carinhoso vindo da África. Além disso, vários dos belos e importantes edifícios de nossa Capital, como os antigos palácios, foram construídos pelos negros.

No campo da religiosidade, os cultos africanos se misturaram aos dos indígenas e portugueses, resultando em novos rituais. De todas essas misturas nasceram, também, diversas formas de lutas, abertas ou encobertas, para fugir das perseguições da Igreja Católica portuguesa, tais como a junção de suas divindades com os santos católicos. Foi, assim, que Iemanjá passou a corresponder a Nossa Senhora da Conceição, Iansã a Santa Bárbara, e Ogum a São Jorge, entre tantos outros.

O reconhecimento de todas essas contribuições está sempre oscilando, entre a negação da igualdade entre os seres humanos, e a valorização acrítica, que não reconhece, politicamente, as diferenças. Até o momento atual, sofrem grandes tensões o reconhecimento político da diversidade cultural dos povos africanos, sua verdadeira contribuição à inteligência e à sensibilidade brasileiras, assim como à nossa própria diversidade.

Pensando em tudo o que já vimos neste livro, percebemos, sem dúvida, que o Brasil foi formado com base na criatividade de africanos e africanas, para vencer as adversidades, bem como de sua força moral de resistência, de seus conhecimentos e disposição física.

9.6 A resistência africana

Mas, a resistência africana foi além das pequenas lutas individuais de homens e mulheres, também, contando com formas de lutas organizadas, de modo coletivo. Durante o período Colonial e, até 1888, surgiram as heroicas organizações negras e as intermináveis lutas contra a escravidão. Dentre elas, destacamos os Quilombos, as Irmandades Negras, a Revolta dos Malês, a Balaiada, e a Rebelião do Divino

Mestre, ainda que tenha sido desbaratada.

- Quilombo - é uma palavra africana que significa acampamento de guerreiros. Os primeiros registros de sua existência datam de 1568, e indicam sua localização na própria África, para defender as populações do invasor português.

No Brasil, os quilombos se constituíram na principal forma de luta e resistência à escravidão. Dotados de uma forte organização política, econômica, religiosa e militar, os oprimidos desenvolveram um impressionante trabalho de estruturação da vida em coletivo, criando uma alternativa concreta à sociedade escravocrata, para negros, indígenas e brancos.

As mulheres quilombolas participaram, diretamente, dos enfrentamentos contra os temidos capitães do mato, transportando pólvora e armamentos. Destacaram-se, ainda, nas comunicações entre os grupos, e na organização da vida de suas comunidades, zelando pelo abastecimento de alimentos, confeccionando roupas e utensílios para uso doméstico, dominando os conhecimentos sobre as ervas medicinais, e atuando nos rituais religiosos.

- Irmandades negras - desenvolveram-se no interior da Igreja Católica, reunindo homens e mulheres escravizados, livres e forros, ou seja, negros que haviam comprado ou conseguido sua liberdade, com o objetivo de promover a ajuda mútua e socorrer, principalmente, os escravos e escravas incapacitados e abandonados pelos senhores.

- Revoltas e rebeliões - formas de lutas organizadas por negros e negras para acabar com a escravidão. As mais importantes e conhecidas foram a Revolta dos Malês, em Salvador, e a Balaiada, no Maranhão. Em Pernambuco, a rebelião, liderada pela sociedade secreta do Divino Mestre (Agostinho José Pereira) foi desarticulada pelas autoridades governamentais.

Essas lutas permanecem, ainda hoje, mesmo que com outras configurações, nos Movimentos Quilombolas e nos Movimentos Negros, o que estudaremos mais adiante.

9.7 A negação dos negros

No Brasil, em um primeiro momento, tentou-se impedir a mestiçagem, seja por questões religiosas, seja por questões econômicas, políticas ou culturais.

Sem sucesso nessa empreitada, a Coroa Portuguesa tentou negar a realidade, deixando, sem reconhecimento social, os filhos e as filhas resultantes das uniões sexuais entre homens brancos e mulheres negras.

Mais adiante, com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, proclamou-se, também, a dispensa das populações negras da vida econômica do país, e o desejo de se livrar delas, para poder viver em uma sociedade livre, capitalista e branca. No sentido de alcançar tal objetivo, acreditava-se que era preciso trazer os europeus, que eram os povos desenvolvidos, para que contribuíssem com a transformação da sociedade brasileira, embranquecendo-a. Propagava-se que isto era um fator essencial, para torná-la mais desenvolvida.

Justificava-se essa ação, com um discurso científico, que classificava os seres humanos em diferentes raças, e tomando-se, como base, os diferentes traços físicos das populações. Dessa maneira, acreditou-se, assim como Hitler, que a raça branca e ariana era superior a todas as outras, sendo a mais inteligente, a mais bonita, a mais trabalhadora, e a que tinha uma maior capacidade de gerar sociedades desenvolvidas.

Esse momento foi de imensa crueldade para as populações negras, e para o cercearmento das possibilidades de um real desenvolvimento no Brasil: a liberdade significava o descarte. Após anos de exploração, tais populações continuaram sendo impedidas de participar da nova sociedade, mantendo-se excluídas do direito à educação, ao voto, à saúde, à terra e à moradia, e de todas as possibilidades de viver uma vida republicana plena.

Porém, em meados dos anos 1930, teve início um novo momento. Fazia-se necessária a criação de uma identidade brasileira, reconhecendo-se a presença de indígenas e africanos na formação do país. Para tanto, intelectuais, como Gilberto Freyre, criaram a falsa ideia de que as relações de mestiçagem ocorreram sem violências e sem abusos sexuais, por parte dos portugueses. Segundo Freyre, os portugueses possuíam um amor natural e sincero pelas negras, diferente de outros povos europeus que as hostilizavam, de forma mais evidente.

Naquele momento, tentou-se valorizar as contribuições negras para a cultura do país, criando-se uma falsa ideia de democracia racial. Ou seja, desejava-se criar uma imagem do Brasil como o de um país mestiço, no qual todas as diferentes raças e etnias conviviam em harmonia, sem a presença da discriminação e da opressão. Era a tentativa de negar as desigualdades sem, de fato, combatê-las.

Agora, estamos vivendo um terceiro momento, determinado pela ação dos Movimentos Negro e Quilombolas. É quando se percebe que fracassou a tentativa de criar o mito da democracia racial. As desigualdades passaram a ser, cada vez mais, objeto de grandes lutas, protagonizadas pelas populações negras, pela conquista de seus direitos.

Por essa razão, não se pode justificar preconceitos e, tampouco, negar a existência da discriminação racial, romantizando a relação entre brancos, negros e indígenas, em qualquer época de nossa história. Agora é hora de os Movimentos Negros tomarem a fala, para contar sua própria História, denunciando as desigualdades que sofreram (e ainda sofrem), e indicando as formas de repará-las.

Diante disso, podemos afirmar que:

- Os preconceitos e o racismo da sociedade brasileira estão ligados à escravidão;
- Durante muito tempo, a sociedade procurou justificar essas condutas;
- Depois, passou a dizer que não havia mais preconceitos, opressões, explorações e discriminações etnicorraciais no Brasil;
- Hoje, governo e sociedade buscam reconhecer e compreender a valiosa contribuição das sociedades e culturas africanas e indígenas, na formação do Brasil, para podermos, finalmente, reparar suas perdas e construir um Brasil mais justo.

VAMOS PENSAR MAIS!

A formação da sociedade brasileira se beneficiou com a cultura dos povos africanos. Por que, então, mesmo após a Abolição da Escravatura, não conseguimos assumir nossa verdadeira História?

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto i – A maior dor da escravidão

As rivalidades entre os povos das diferentes nações africanas contribuíram para facilitar o projeto colonizador português, desencadeando uma das situações mais cruéis e inaceitáveis: a escravidão com objetivo de lucro. Esse tipo de negócio, em que se usavam seres humanos como objetos ou animais, era desconhecido pelos povos do Continente Africano e das américas. Foram os europeus que o introduziram. E é esse o primeiro elo entre o Brasil e o Continente Africano.

Por isso, podemos afirmar que a aquisição das armas de fogo, por parte dos europeus, feriu, mortalmente, os povos do Continente Africano. Tal comércio, que atingia, em particular, as pessoas do sexo masculino, entre 10 e 23 anos, fazia desaparecer muitos e muitos homens. Suas guerras internas tornaram-se mais frequentes e cruéis, aumentando o número de mortes e as rivalidades entre os povos. Regiões inteiras foram devastadas. As etnias de Cabinda, Quiloa, Jeje, Nagô, Haussá, Monjolo, e os reinos de Angola, do Congo, e de Mina, foram tragicamente atingidos.

A população e a força de trabalho do Continente Africano diminuíram. O equilíbrio populacional entre os sexos foi quebrado, passando, então, a existir bem mais mulheres do que homens. Os reinos e as cidades se desorganizaram, muitas sociedades desapareceram e, por toda a parte, passou a existir mais fome e menos riqueza.

Acredita-se que, entre o século XVI (1500), quando começou a colonização do Brasil, e o século XIX (1800), mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos, sem contar os que morreram nos Navios Negreiros, foram trazidos para as Américas. O Brasil, sozinho, recebeu o maior número de pessoas: cerca de 4 milhões. Os demais 7 milhões foram divididos entre a região do Caribe, a América Espanhola, e as Colônias do Sul dos Estados Unidos.

Mas, como isso era possível se, na Europa, havia um movimento para acabar com a escravidão?

– Disseminou-se a mentira, como fizeram com os índios, de que os povos africanos, por não usarem a escrita, eram selvagens, ignorantes, bárbaros e depravados.

Com isso, cometeram o maior dos crimes: aquele que atingiu toda a humanidade, qual seja o de inferiorizar nossos próprios ancestrais, mediante a transformação de todas as pessoas negras, na imaginação de cada um de nós, em pessoas feias, sem cultura e sem civilização. Essa é a maior e a mais profunda de todas as dores que um povo pode carregar. É a grande dívida dos portugueses para com os africanos e toda a civilização. E é essa a origem de todo o racismo que persiste, ainda, em nosso país.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, estudamos a situação dos africanos nas terras brasileiras. Descobrimos que os povos da África foram arrancados de suas terras e anulados em sua identidade e condição de pessoa, pelo processo da escravidão. O patriarcado, atuando em conjunto com a discriminação racial, promoveu sofrimentos enormes à população negra, principalmente a feminina. Porém, vimos, também, que, apesar da violência da colonização portuguesa contra esses povos, os africanos contribuíram de forma substancial para a nossa cultura, deixando marcas profundas em nossos costumes e modos de viver. A partir daí, podemos tomar consciência dos nossos próprios preconceitos, e da necessidade de mudar nossos comportamentos e ideias, a fim de promover uma sociedade mais justa.

Mulata - 1967
R. de Almeida
Óleo sobre Tela
Acervo da Pinacoteca da Fundação Joaquim Nabuco

CAPÍTULO 10

CONTRIBUIÇÃO À COMPREENSÃO DOS SAGRADOS AFROBRASILEIRO E INDÍGENA

Enterro
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia aquarelada sobre papel - 27,5 x 32,5 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Aprendemos, nesta segunda parte, um pouco da história dos povos que contribuíram para a formação do nosso país. Neste último capítulo, vamos ver um pouco mais das contribuições indígenas e africanas para a nossa cultura. Aprenderemos, agora, as diferentes formas de se relacionar com o sagrado, por parte desses povos. Assim, iremos compreender que as religiões não são únicas nem iguais, devendo todas ter o mesmo direito de expressão e de culto.

10.1 As religiões afrobrasileiras

Quando os africanos foram trazidos para o Brasil, eles trouxeram consigo, não apenas, a sua mão de obra, mas, também, sua cultura e suas crenças. As religiões afrobrasileiras fazem parte da herança cultural desses milhares de africanos e de africanas que foram trazidos, à força, para serem escravizados. As religiões afrobrasileiras estão presentes em todos os Estados do Brasil, onde houve a presença do negro e de seus descendentes. Porém, em cada lugar, essas religiões adquiriram nomes e características diferentes, variando com as regiões de origem dos povos africanos. Na Bahia, é chamado de Candomblé; no Rio Grande do Sul, é o Batuque; e, em São Luís do Maranhão e em Belém do Pará, têm-se o Tambor de Mina e o Terecô. Em Pernambuco, temos o Candomblé, antigamente chamado de Xangô, e os seus templos são chamados de terreiros.

Os terreiros são dirigidos por sacerdotes e sacerdotisas, conhecidos, popularmente, como pais e mães de santo, que em iorubá, a língua nativa predominante do povo Nagô, são denominados babalorixás e ialorixás. Não podemos deixar de registrar um elemento muito importante: o papel das mulheres nos terreiros. Nestes, elas podem ocupar o mesmo grau de hierarquia de um homem. As mães de santo são reconhecidas por possuírem uma grande sabedoria. Em nenhuma outra religião as mulheres possuem tanto prestígio quanto nos cultos afrobrasileiros.

Outro tipo de religião afrobrasileira é a Umbanda. Alguns estudiosos dizem que ela nasceu no Estado do Rio de Janeiro e, de lá, se espalhou para todo o território brasileiro, estando muito presente em Pernambuco. Umbanda e Candomblé não são a mesma coisa. A diferença entre essas duas religiões é a de que, o candomblé, se formou mediante a junção das crenças de vários povos africanos, de diferentes etnias e regiões da África, e que, por causa da escravidão, se encontraram no Brasil. Ao passo que, a Umbanda, é uma religião que se constituiu a partir da mistura

de elementos de várias religiões presentes no Brasil, tais como o catolicismo, o espiritismo, as crenças indígenas e as africanas. Os estudiosos consideram-na como a religião genuinamente brasileira, pois reuniu as crenças de todos os povos que viveram no Brasil: os africanos, os indígenas e os europeus.

De acordo com uma recente pesquisa de mapeamento dos terreiros, feita em 2010, foram registrados 708 terreiros, apenas, na Região Metropolitana do Recife. Sabemos que, em outras regiões de Pernambuco, as religiões afrobrasileiras estão presentes, mas não se conhece, ainda, o número de templos existentes.

10.2 Os povos indígenas e o sagrado

Já vimos que, no Brasil, vive uma diversidade imensa de grupos indígenas. Só em Pernambuco, são 11 etnias diferentes, cada uma delas com seus próprios costumes e crenças. Todas elas possuem uma relação com o sagrado, seja pelas benzeduras, seja pelos rituais de culto aos seus ancestrais. Porém, vamos nos concentrar em uma grande expressão religiosa indígena, o Toré.

10.2.1 Toré

O Toré é um ritual dos povos indígenas do Nordeste, presente, também, em Pernambuco. Esse ritual se manteve, até hoje, repassado de geração para geração, através da tradição oral. Ele se manifesta através de diferentes formas e significados, de acordo com a etnia que o pratica. Para os índios Xucuru Kariri, o Toré é Deus, assim como é Jesus para os católicos. Os Pankararu têm os seus encantados - chamados de praiá - e utilizam uma dança que celebra os encantados. No Toré, as plantas possuem significados sagrados, sendo a jurema a mais importante. Dela, se faz uma bebida de mesmo nome, usada durante os rituais.

Tradição Oral é a maneira que muitos povos utilizam para preservar a sua História, sua cultura e transmitir usos e costumes através da linguagem falada.

LEITURA COMPLEMENTAR

Texto j – Repressão e intolerância

Em todo o Brasil, os cultos de origem africana foram combatidos, severamente, pela sociedade branca dominante. O regime do Estado Novo foi o maior inimigo dessas práticas religiosas. Na História, Pernambuco foi o estado onde ocorreu a maior repressão aos terreiros. Muitos sacerdotes foram parar em prisões ou em sanatórios, porque, além de serem considerados arruaceiros e praticantes de cultos indignos, eram, também, rotulados de doentes mentais. A fiscalização das casas de cultos ficava a cargo da polícia e do Serviço de Higiene Mental. Assim, como os cultos afrobrasileiros, o Toré indígena também foi alvo de repressão e perseguição, principalmente, em suas apresentações em público. Quem desobedecesse, poderia ir preso.

Toda essa repressão e perseguição, de que falamos até agora, foi feita pelo próprio Estado. Por parte da sociedade, temos outro tipo de discriminação: a intolerância religiosa. A intolerância religiosa é uma das muitas maneiras pelas quais as pessoas podem manifestar um preconceito. Ela representa o não reconhecimento e desrespeito às diferentes crenças religiosas, que existem em uma mesma sociedade, podendo resultar em perseguições e, até, em violências. No Brasil, por conta de uma longa trajetória de perseguições e preconceitos raciais, os praticantes das religiões afrobrasileiras e indígenas vêm lutando para serem respeitados e não sofrerem discriminações.

Estado Novo foi o regime autoritário que atuou, no Brasil, de 1937 a 1945. Foi instaurado por Getúlio Vargas para combater o comunismo, baseado nas ideias fascistas de Mussolini.

VAMOS PENSAR MAIS!

O Brasil é um país que possui uma enorme diversidade religiosa. Será possível conviver em harmonia com tantas diferentes religiões, em nossas comunidades?

CONCLUSÃO

Neste capítulo, vimos o que é a intolerância religiosa, e aprendemos um pouco sobre as religiões afrobrasileiras e indígenas. Vimos que os africanos e as africanas foram trazidos como escravos, e os indígenas, que já habitavam o Brasil, possuíam suas próprias crenças. Vimos que apesar de toda a repressão e perseguição, essas religiões seguem firmes e fortes como uma relação com o sagrado, mas também como uma forma de resistência contra toda a violência cometida pelos brancos.

Danse de sauvages de la mission de St José
JB Debret (1816-1831)

Do livro Voyage Pittoresque et Historique au Bresil
Rio de Janeiro – Record/ 1965
Acervo da Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco

3ª PARTE

ENTENDER O CONTEXTO ATUAL DAS DESIGUALDADES É TER PODER PARA MODIFICÁ-LAS

CAPÍTULO 11

AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL DE HOJE

Negros de Benguela e Congo
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia sobre papel - 37,5 x 30 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Agora, já conhecemos um pouco sobre a história da formação da sociedade brasileira, sua relação com as desigualdades, e o significado dos conceitos de gênero, de raça, de etnia e de classe social. Portanto, chegou o momento de sabermos o que é possível se fazer para enfrentar, objetivamente, o racismo, o preconceito e a discriminação.

O primeiro passo, dessa tarefa, é conhecermos as lutas e os Movimentos Sociais, assim como o significado daquelas três palavras acima. Depois, temos que identificar os dados sobre a realidade das condições de vida das populações negras e indígenas. E, por fim, devemos identificar quais as políticas públicas voltadas para promover a igualdade etnicorracial no Brasil.

11.1 Entendendo o racismo, a discriminação e o preconceito

Como vimos na primeira parte deste livro, o conceito de raça foi construído, culturalmente, por nós, seres humanos. Baseados nas diferenças físicas entre as pessoas, alguns grupos defenderam a ideia de que existiam diferentes raças humanas. Dentre elas, havia uma hierarquia, e a raça branca era considerada a melhor.

O racismo é a expressão, portanto, dessa classificação racial que promove a desigualdade. Ele estabelece uma desigualdade, com base na raça, de forma que, algumas pessoas, terão privilégios e, outras, terão prejuízos, na distribuição do poder, do prestígio e da riqueza.

A distribuição desigual de bens, de saber, de poder, de prestígio e de riqueza promove, também, a discriminação social das pessoas menos favorecidas. Em outras palavras, o racismo, que exclui as pessoas do acesso ao poder e à riqueza, promove, também, o seu desprestígio social.

A discriminação, portanto, serve para manter a situação de exclusão, criando e reverberando mitos que depreciam o outro, justificando e reforçando sua condição de inferioridade social, e mantendo sua situação desfavorável. Por exemplo: em uma seleção de emprego, uma candidata negra perdeu a vaga para uma branca. As duas possuíam a mesma qualificação, os mesmos anos de escolaridade, e a mesma idade. Ao se questionar o porquê de não ter sido admitida, soube-se que a negra não apresentava a aparência desejada para o cargo. A candidata negra,

portanto, foi discriminada pela empresa, que a considerou inapropriada para o trabalho, em decorrência de sua aparência física.

O preconceito ocorre quando formamos uma ideia sobre uma pessoa, antes mesmo de conhecê-la, ou seja, criamos uma ideia pré-concebida, sobre alguém que sequer conhecemos. Isto ocorre em nosso cotidiano. Reproduzimos mitos e inverdades sobre pessoas que são negras, indígenas, gays e lésbicas, e as evitamos no nosso convívio social. Por exemplo, evitamos conviver com homossexuais, porque acreditamos que estas pessoas são depravadas e, portanto, um mau exemplo para os nossos filhos. Isto é um preconceito, pois sabemos que a homossexualidade não tem qualquer relação com o caráter das pessoas. Trata-se de uma orientação sexual que deve ser respeitada em sua diferença.

11.2 Como se organizam politicamente as populações?

As lutas em busca da correção das desigualdades sociais, quase sempre, mobilizam as pessoas em grupos. Esses grupos atuam de forma organizada, defendendo, politicamente, suas causas mais próximas e imediatas. Agindo de forma organizada, em torno de um objetivo comum, tais grupos defendem causas, denunciam injustiças, desigualdades e reivindicam direitos, configurando-se nos denominados Movimentos Sociais.

A partir de 1970, os Movimentos Sociais se diversificaram e ampliaram as lutas democráticas, mostrando ao mundo que as sociedades estão repletas de desigualdades, e que, todos os grupos, têm o direito de se organizar de forma independente, representando, ou não, as maiorias. Assim, no Brasil, o Movimento Negro, o Movimento Feminista, o Movimento Quilombola, o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), o Movimento das Pessoas com Deficiência, o Movimento das Pessoas Idosas, e o Movimento dos Sem Terra, entre outros, vêm se consolidando como protagonistas da desopressão e da não exploração dos segmentos negros, dos indígenas, das mulheres e de homossexuais. Ainda nesse período, emergiu também o Movimento Ecológico, que partiu em defesa do meio ambiente, devastado por séculos de exploração.

Seguindo a mesma dinâmica, as lutas indígenas, no Brasil, atuam em prol do reconhecimento de sua diversidade cultural e do direito ao território. Essas lutas são políticas, dizem respeito ao direito das populações indígenas de reproduzir suas tradições e cultura, e de possuir o reconhecimento político de sua diversidade, enquanto grupo étnico.

A razão da luta de cada Movimento Social depende, contudo, do nível de democratização da sociedade. Por exemplo, na Alemanha, hoje, não existe Movimento pela Reforma Agrária, como, aqui, no Brasil, pois, lá, a questão da terra já foi resolvida, não havendo mais latifúndios. Entretanto, eles têm um forte Movimento Verde, uma vez que a natureza continua sendo destruída pela produção em massa.

A existência dos movimentos e das lutas sociais é fundamental para o desenvolvimento de sociedades democráticas, por razões muito simples: a) reúnem as pessoas que sofrem, na pele, as desigualdades, o que permite estabelecer representações capazes de dialogar com os poderes públicos, de forma independente; b) possibilitam a ordenação de demandas comuns, ampliando as chances de seu atendimento pelas políticas públicas. Esta é, então, uma forma política de promover as mudanças necessárias à melhoria da vida das pessoas e das comunidades. É a ação dos Movimentos Sociais (e também das lutas sociais) que modifica as leis, que abre espaço na esfera governamental para os segmentos excluídos da população, e que resulta na formulação de políticas públicas de correção das desigualdades.

VAMOS PENSAR MAIS!

A sociedade brasileira é muito desigual. Isto ocorre porque ela é estruturada com base em desigualdades raciais, étnicas e de gênero. Na prática, significa que as mulheres negras e indígenas têm menos acesso aos direitos básicos para o exercício da cidadania.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, pudemos ver que os movimentos e as lutas sociais reivindicam a mudança das relações desiguais, e vêm conquistando espaço político para a criação de políticas públicas de reparação e transformação da realidade. A seguir, veremos como as populações negras e indígenas se organizam, politicamente, no Brasil, e que mudanças eles conseguiram promover nas relações desiguais.

CAPÍTULO 12

INTRODUÇÃO AOS MOVIMENTOS ETNICORRACIAIS NO BRASIL

Bonecas de Telas famosas
Maria Marcina Pimentel Coimbra Bueno
Material de porcelana
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Os movimentos e as lutas sociais, para a promoção da igualdade etnicorracial, sempre existiram, no Brasil, mesmo que, a cada época e a cada conquista, tenham se modificado, e aprofundado suas lutas em prol de uma sociedade melhor, mais justa e mais igualitária.

Podemos dizer que ela começou com a luta quilombola no Continente Africano, contra o invasor português-escravista, no ano de 1568. Estendeu-se pelo movimento dos quilombos, no Brasil, na busca de alternativa à organização social da colônia e, também, pela resistência indígena à invasão portuguesa. Passou pelas lutas pela abolição da escravatura e chega aos dias atuais com a luta pelo reconhecimento e reparação dos direitos ao saber, ao poder, à terra e à riqueza, usurpados às populações afrodescendentes e indígenas por mais de quatro séculos.

12.1 Conhecendo o Movimento Negro

Como vimos, anteriormente, a primeira fase da luta dos negros ocorreu, ainda, no período do Brasil Colônia, do ano 1530 até a Abolição da Escravatura. Os negros e as negras, trazidos à força pelos portugueses, lutaram contra a escravidão, resistiram à violência, e criaram formas de viver livres da opressão dos colonizadores.

A expressão maior dessas lutas foram os quilombos. Neles, os africanos se reuniram para tentar viver, novamente, de acordo com suas tradições e regras, organizaram suas vidas a partir de seus costumes, e lutaram contra o processo de escravização. O mais famoso quilombo foi o de Palmares, que resistiu, bravamente, por mais de cem anos, às investidas dos colonizadores.

Os quilombos, no período Colonial, constituíram uma das mais fortes expressões de resistência africana ao processo de escravização. Os negros e as negras, que conseguiram escapar dos engenhos e fazendas, se reuniam em grupos e, dessa maneira, tentavam retomar seus modos de viver, exercer suas religiões, falar suas línguas nativas, enfim, vivenciar sua própria cultura.

A sobrevivência dos habitantes dos quilombos se dava, em sua maioria, através do cultivo de alimentos para o próprio consumo, mas, havia, também, um forte

comércio exercido entre os quilombolas e indígenas, junto aos colonos brancos, mais pobres, que habitavam em áreas próximas. Essas trocas comerciais favoreceram, também, os quilombos, politicamente, visto que, algumas vezes, eles eram protegidos por comerciantes portugueses locais.

A luta dos quilombolas, por ter origem, no Brasil, no período Colonial, ficou fortemente ligada à questão da terra. Nesse momento histórico, o país vivia uma economia fortemente voltada para a agricultura que, aqui em Pernambuco, se caracterizou pela plantação da cana-de-açúcar. Sendo assim, os quilombos formados, naquele período, tinham uma forte ligação com a terra, e se estruturaram em torno de uma economia agrária. Tomar posse da terra significa, então, ter condições de reproduzir a organização social, criada e estruturada pelos quilombolas, desde o período do Brasil Colônia.

A partir do período do Brasil República (1889), as Organizações Negras, que começam a surgir, passaram a apresentar uma característica, predominantemente, urbana. Eram os negros e as negras lutando para se inserir na sociedade brasileira, que pretendia se tornar industrial e urbanizada. Paralelamente às lutas na cidade, os negros e as negras que viviam no campo continuaram a lutar pelo direito à terra, que representava, também, o direito a viver de acordo com suas tradições, o direito a existir e a ser reconhecido como grupo étnico.

O **Quilombo dos Palmares** situava-se na Serra da Barriga, local hoje pertencente ao Estado de Alagoas. Ele chegou a abrigar cerca de 30 mil habitantes. Seu líder mais emblemático foi Zumbi dos Palmares, grande estrategista de guerra que derrotou, diversas vezes, as tropas portuguesas. Zumbi foi morto, em 1695, e o Quilombo dos Palmares foi extinto, completamente, em 1716.

12.1.1 O Movimento Negro no período da República

A Abolição foi o primeiro passo do Brasil rumo à República. Neste período histórico, o nosso país pretendia partir para a formação de uma sociedade democrática, industrializada e, predominantemente, urbana. A conquista da liberdade, pelos povos negros, representava, naquele momento, um grande avanço. Era a real possibilidade de se lutar para viver uma vida mais livre, com maior dignidade, e receber um pagamento justo pelo seu trabalho.

Entretanto, para a decepção de muitos que acreditavam na mudança da realidade brasileira, depois da República, as populações negras e indígenas continuaram excluídas dessa nova fase de desenvolvimento do país. Além de não terem salário, muitos ficaram vagando sem trabalho, sem um lugar para comer e dormir, enquanto que, outros, continuaram trabalhando em situação semelhante à escravidão. Grande parte dos negros e das negras vivenciou a miséria, a fome, e o desemprego, o que os deixou, muitas vezes, em uma situação bem pior da que eram quando escravos.

Para combater tal realidade, surgiram diversas Organizações Negras. Essas novas formas de organização, em prol da defesa da identidade e dos direitos políticos dos negros e das negras, tiveram, como ponto de partida fundamental, o seu protagonismo nessas lutas. Na História do país, existiram vários momentos de lutas em defesa dos direitos da população negra. O Movimento Abolicionista foi um dos mais importantes, visto que lutava pela libertação dos negros e das negras da escravidão. Porém, esse Movimento era composto, quase em sua maioria, por homens brancos que falavam em nome da população negra. Somente a partir da República, os negros e as negras irão, eles mesmos, lutar em prol do seu reconhecimento, como sujeitos políticos.

Para melhor conhecer a História do Movimento Negro, no período da República, podemos classificá-lo em três grandes fases:

1) A afirmação da identidade negra (1897-1930);

2) A reivindicação dos direitos sociais (1930-1970);

3) O Movimento Negro, no seio dos novos Movimentos Sociais (1970-2011).

Nos capítulos, a seguir, trataremos de cada uma dessas fases. Veremos, então, que, em todo esse período, surgiram muitos tipos de grupos do Movimento Negro. Grupos de pesquisa e estudos sobre as relações raciais, sobre a História e a Cultura da população negra, grupos de artes, de música e de dança, inspirados na cultura afrobrasileira, e grupos de defesa dos direitos das pessoas negras. Em todos eles, as mulheres participaram, ativamente.

12.2 Movimento de organização política indígena

Para se entender a luta dos indígenas por seus direitos é preciso, também, lembrar a sua condição de grupo étnico, que se baseia na busca de sua identidade como cultura. Sendo assim, é importante lembrar o que, anteriormente, falamos sobre etnia. Um grupo étnico representa uma comunidade que compartilha uma mesma cultura, no interior de um determinado território, identificando-se como única e diferente, a partir disso.

Os indígenas lutam pelo seu direito à terra, usurpado pelos colonizadores portugueses, desde o período da colonização. Além da resistência armada à invasão portuguesa, muitos indígenas se juntaram aos quilombolas, e participaram da luta pela terra e pela liberdade.

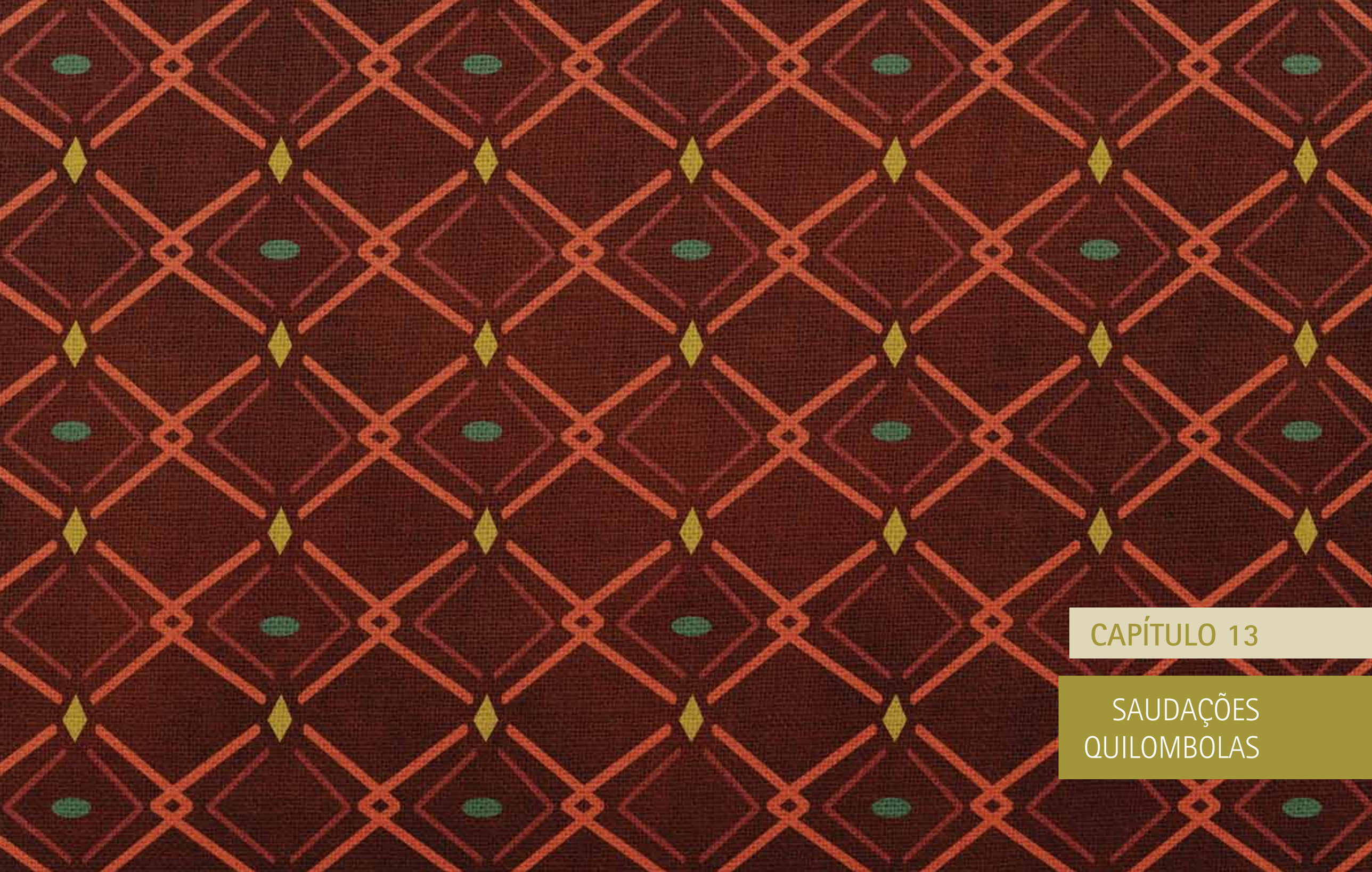
Porém, os costumes e tradições dos grupos quilombolas não são idênticos aos dos indígenas. A reunião, em grupo, que fortalecia a resistência, era, ainda, problemática, pois existiam diferentes etnias lutando por sua sobrevivência, reunidas em um mesmo território. É por isso que, atualmente, a luta desses povos, pela manutenção de sua identidade e do direito a viver sua cultura, passa pelo direito à terra, e pela posse de um território, no qual possam estruturar suas formas de vida.

VAMOS PENSAR MAIS!

Por que os indígenas, os quilombolas, os negros e as negras precisam lutar para serem respeitados como diferentes?

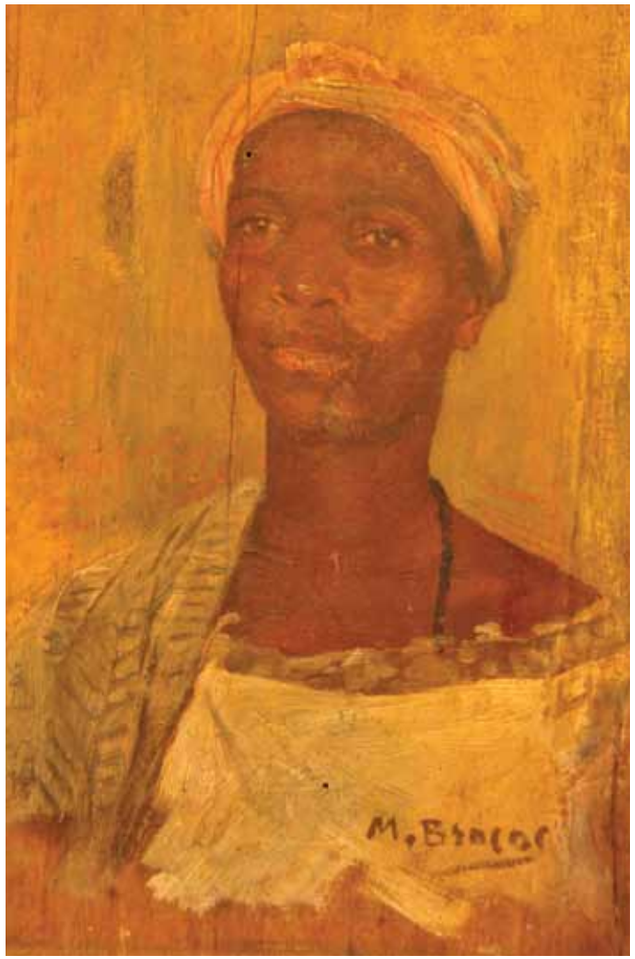
CONCLUSÃO

Neste capítulo, vimos, brevemente, o que são os Movimentos Etnicorraciais, e pelo que eles lutam. Nos próximos capítulos, vamos estudar cada uma das fases do Movimento Negro, no período da República, além de ver como o Movimento Quilombola e, também, as lutas indígenas, atuam, hoje, em defesa dos direitos das populações negras e indígenas.



CAPÍTULO 13

SAUDAÇÕES QUILOMBOLAS



Modesto Brocos Y Gomez
"Cabeça de Nega" - s.r.

Óleo sobre Madeira – 25 x 16 cm
Acervo do Museu do Estado de Pernambuco

Os quilombos foram muito importantes para os negros e as negras que resistiram à escravidão. Geralmente, eles se localizavam dentro das matas, em lugares de difícil acesso, que garantiam proteção à comunidade. Nos quilombos, além de estarem longe do trabalho escravo e das torturas dos senhores, os negros e as negras podiam tentar retomar seus modos de vida africanos, pelo menos, em parte. Havia, de novo, o contato livre com a natureza, a liberdade de plantar e de colher, de realizar suas festas e de praticar suas religiões.

Como nessas comunidades estavam reunidas pessoas vindas de várias partes da África, bem como seus descendentes, portanto, com línguas e costumes diferentes, os quilombolas criaram modos de vida específicos, por conta da união dessas diferenças culturais. Hoje, uma das bandeiras de sua luta é o reconhecimento daquele modo de vida, que é a cultura quilombola.

13.1 Lutas e conquistas do Movimento Quilombola

Acabamos de ver que os negros e as negras, que não aceitavam a escravidão, se refugiavam nos quilombos. Vimos que, lá, eles constituíram um modo de vida característico. E que essa é uma questão importante na luta quilombola. Outras questões são de fundamental importância, também, como o direito à terra, e ao acesso às políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho e de renda, entre outros. Algumas dessas questões foram conquistadas, pelo menos, com garantia na lei.

A partir do fim da Ditadura Militar, em meados da década de 1980, as lideranças das comunidades remanescentes dos quilombos intensificaram a busca por direitos políticos e cidadania. Os quilombolas se envolveram, bastante, com o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. A luta começou a valer a pena, porque foi, nessa Constituição, que o direito à preservação de sua cultura e identidade, assim como o direito à terra, foram assegurados em forma de lei.

Além da Constituição Federal, os quilombolas foram incluídos, também, em outro documento importante: a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nessa Convenção, os grupos e as comunidades tradicionais tiveram garantidos o direito de se autodefinirem. Mas, o que significa se autodefinir? Isso quer dizer que um quilombola pode afirmar, ele mesmo, que é quilombola, sem que precise que venha alguém, de fora da comunidade, para determinar a sua

identidade etnicorracial. Ou seja, a palavra do povo quilombola tem que valer para tal identificação.

Organização Internacional do Trabalho/OIT é um importante Órgão que tem como objetivo promover os princípios fundamentais e os direitos do trabalho, com base na justiça social.
Convenção é um acordo que se faz para estabelecer normas. Pode ser feita sobre qualquer assunto.

Uma data muito importante, para o povo negro, é o 20 de novembro, porque foi nesse dia que Zumbi foi morto pelas tropas do bandeirante Domingos Jorge Velho, no Quilombo dos Palmares. Zumbi era quilombola, bem como um símbolo da resistência contra a escravidão. Por isso, no Brasil, o Movimento Negro celebra aquela data como o dia da Consciência Negra.

Nessa mesma data de 20 de novembro, porém, no Brasil, no ano 2003, o Presidente da República lançou o Decreto no. 4.887. Mas o que significou esse decreto? Para os remanescentes dos quilombos, essa foi uma grande conquista do Movimento Quilombola, pois, a partir desse decreto, ficou regulamentado o procedimento de identificar, de reconhecer, de delimitar, de demarcar, e de dar a titulação, das terras ocupadas, por tais comunidades. Foi um passo muito importante na luta pela posse da terra, e representou o direito de viver sua própria cultura.

Já vimos que, algumas conquistas do Movimento Quilombola, aconteceram com a criação de uma Lei, de um Decreto Nacional, e de uma Convenção Internacional. Mas, isso só representa uma conquista completa, se for colocada em prática através de ações e de políticas públicas. Um exemplo é o Programa Brasil Quilombola, criado em março de 2004: é uma política do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. Nesse Programa, existem muitas ações que são empreendidas por vários Órgãos Governamentais.

Estão previstas várias ações, no Programa Brasil Quilombola, que foram reivindicadas pelas comunidades negras. São elas:

- Regularização Fundiária - Reconhece e regulariza as terras das comunidades remanescentes de quilombos;
- Certificação - É dado um certificado de reconhecimento das comunidades, como remanescentes de quilombos, pela Fundação Cultural Palmares;
- Luz para Todos - Esse programa leva a luz elétrica para as comunidades quilombolas, através do Ministério das Minas e Energia;
- Bolsa Família - O programa estabelece uma renda mínima para se combater a fome e a pobreza extrema. Está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Desenvolvimento agrário - O Programa Territórios da Cidadania dedica-se às ações específicas de desenvolvimento regional e à garantia de direitos sociais, em comunidades quilombolas.

13.2 As Onze Negras: lutas e conquistas das mulheres quilombolas

As mulheres exerceram papéis fundamentais na vida dos quilombos. Muitas vezes, elas entraram em combate contra a Capitania, e outros inimigos. Hoje, as mulheres ainda se destacam. Não existem mais os combates sangrentos nas matas. A luta agora é por direitos. Em Pernambuco, por exemplo, todas as comunidades remanescentes quilombolas têm mulheres em suas lideranças. Porém, existe uma comunidade, em especial, onde elas são o centro da organização política: trata-se da Comunidade Quilombola Onze Negras, que fica localizada no Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife

As Onze Negras já conquistaram muitas coisas, tais como o asfaltamento da estrada que dá acesso à comunidade, a melhoria de sua escola comunitária, além da eletrificação das casas. Essas mulheres conseguiram, também, que a comunidade fosse incluída em Programas dos Governos, tanto Federal, como Estadual e Municipal. Ainda na década de 1980, a Comunidade Onze Negras participou do Programa Chapéu de Palha, do Governo Estadual. Atualmente, a Comunidade participa de programas de geração de renda e de incentivo ao trabalho, da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, e, desde 2003, das Secretarias de Agricultura e da Mulher do Estado de Pernambuco. Tudo isso é o resultado da articulação dessas mulheres, que são voz ativa na comunidade.

VAMOS PENSAR MAIS!

A luta dos quilombolas e a dos povos indígenas é pelo direito de reproduzir sua cultura em um território. Mesmo tendo reivindicações iguais, por que dizemos que eles são diferentes?

CONCLUSÃO

Neste capítulo, vimos uma breve história do Movimento Quilombola, no Brasil, desde a sua origem, no período Colonial, até os dias de hoje. Ficamos sabendo que os quilombolas lutam pelo seu direito ao território e, portanto, pelo reconhecimento político, de seu direito a viver de acordo com sua cultura. Vimos, também, que existe o Movimento Quilombola na Região Metropolitana do Recife e, não, apenas, no interior do Estado, como é o caso da Comunidade das Onze Negras.

Mulher vendendo bonecas - 1969
Eudes Motta
Óleo sobre Tela
Acervo da Pinacoteca da Fundação Joaquim Nabuco

CAPÍTULO 14

A FASE DA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Negro e negra da Bahia
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia aquarelada sobre papel - 34 x 27 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

No período da República, os negros passaram por uma segunda forma de violência: a da exclusão. O fim da escravidão e, posteriormente, a Proclamação da República, pareciam pregar uma sociedade livre e pronta para prosperar. Mas, para isso, era preciso excluir as memórias da colonização e, desse modo, tentava-se apagar os negros, assim como os indígenas, da sociedade brasileira. Eles acabaram, então, por se tornar seres invisíveis e inexistentes para o país.

Nesse período de imensa exclusão e invisibilidade, as negras e os negros começaram a lutar para reverter tal quadro de marginalização, reunindo-se, coletivamente, em grêmios, clubes, associações, e desenvolvendo a imprensa negra.

Aquelas associações e jornais estavam espalhados por todo o país, e serviam para mostrar que as pessoas negras passavam pelos mesmos tipos de discriminação, de preconceito e de desigualdade. Mostravam, ainda, que mesmo vivendo em condições difíceis, tais pessoas podiam se organizar. Este é o período do Movimento Negro, conhecido como o de afirmação da identidade negra, que durou de 1897 até meados 1930.

14.1 Associações negras

As associações negras foram criadas para ajudar as pessoas negras em dificuldades. Entre suas ações, ajudavam na busca por trabalho e na defesa dos direitos trabalhistas; ofereciam cursos de alfabetização de adultos; cuidavam de doentes; auxiliavam em enterros de indigentes; publicavam boletins informativos; e promoviam festas para que os negros e as negras pudessem se ajudar e refletir sobre soluções para os seus problemas.

São exemplos de associações desse tipo, a União Operária Internacional, do Rio Grande do Sul, fundada em 1897, para lutar pelo fim de práticas escravistas de trabalho; o Clube das Pás, dos Lenhadores, Vassourinhas, e as agremiações carnavalescas, fundadas no Recife, no final do século XIX, cujas festas e desfiles de carnaval estimulavam a reunião de pessoas negras; e o Centro Etiópico Monteiro Lopes (Pelotas-RS), organizado para garantir a posse de Monteiro Lopes, um deputado federal negro, eleito em 1909, pelo Rio Grande do Sul.

14.2 Imprensa negra

Simultaneamente às associações, surgiu a Imprensa Negra, como canal de comunicação e de expressão, alternativo à imprensa oficial, onde os negros e as negras não tinham vez e voz. Os jornais da imprensa negra eram publicados pelos próprios negros e negras, e evidenciavam os problemas a que essa população estava exposta, em seu cotidiano. Além disso, denunciavam a discriminação no trabalho; aumentavam o contato da população negra com outros grupos; combatiam o racismo, mostrando que os negros tinham as mesmas qualidades e o mesmo valor que as pessoas brancas; e divulgavam os eventos e as festas das associações. Tais publicações se tornaram um espaço privilegiado, no sentido de se pensar em soluções concretas para o problema do racismo, na sociedade brasileira.

Em São Paulo, a primeira publicação caracterizada como sendo da imprensa negra foi o Jornal A Pátria, Órgão dos Homens de Cor, de 1899. No entanto, houve outras publicações importantes, como O Menelick (São Paulo - 1915), jornal cujo título homenageava o Imperador etíope Menelick II, que venceu os italianos na batalha de Adwa (1896), impedindo a colonização da Etiópia. Mas, foi o Alvorada, publicado em Pelotas (RS), o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país: durou de 1907 a 1965.

14.3 A presença das mulheres nas associações e na Imprensa Negra

As mulheres atuavam nas associações negras, na organização de bailes, em festas, e na oferta de cursos de alfabetização e de educação para adultos.

Em Pernambuco elas fundaram muitos clubes carnavalescos, tendo sido a maioria, em suas diretorias. O hino do Clube Vassourinhas teve como co-autora Joana Batista da Rocha.

Na Imprensa Negra, Antonieta de Barros fundou o Jornal A Semana, em 1922, em Santa Catarina. Ela foi ativista de destaque pelo voto das mulheres, e foi, ainda, a primeira mulher negra a assumir um cargo no Legislativo.

VAMOS PENSAR MAIS!

Se os povos negros não se reunissem em grupo, para mudar a visão da sociedade sobre eles, você acha que algo teria mudado, nos dias de hoje?

CONCLUSÃO

Neste capítulo, vimos como a Imprensa e as associações negras contribuíram para a afirmação da identidade negra. Esse processo de reunião dos negros e das negras, em torno de uma identidade comum, é fundamental para o processo político, de luta por direitos, nas fases que se seguem.

CAPÍTULO 15

A FASE DA REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS

Mapa de Pernambuco incluindo Itamaracá
George Marcgraf
Parte do conjunto cartográfico executado em 1643 para o livro de Barléus com ilustrações de Frans Post
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Depois deste primeiro momento de luta, pela afirmação da identidade negra, a necessidade de reivindicar os direitos para as pessoas negras tornou-se evidente. Após se perceberem e se reconhecerem como merecedoras de respeito e de direitos, os negros e as negras passaram a questionar a desigualdade ao acesso àquele respeito e àquele direito.

É a partir daí que tem início a fase do Movimento Negro, de luta pela reivindicação dos direitos sociais e correção das desigualdades, marcada pelo surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB), em meados de 1930. Este foi o primeiro momento em que o Movimento Negro se tornou político, deliberadamente, trazendo para a luta mais de 20 mil pessoas, por todo o país. O exemplo da Frente Negra foi seguido no Maranhão, em Pernambuco, em Sergipe, na Bahia, no Espírito Santo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

15.1 Surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB)

Surgida em São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB) acabou se transformando em partido político, atuando em prol das pessoas negras. A Frente oferecia, também, atividades de educação, atividades esportivas e festivas, além de cursos de formação política. Tudo isso colaborou para que a Frente se fortalecesse e se tornasse um partido. As idéias da Frente eram publicadas no Jornal A Voz da Raça.

Entre as principais reivindicações da Frente Negra Brasileira estavam a garantia do acesso ao mercado de trabalho; a promoção da admissão em profissões que não contratavam pessoas negras; a denúncia do desemprego das pessoas negras; o apoio às pessoas negras nas negociações trabalhistas, garantindo os direitos de trabalhadores e trabalhadoras; a prestação de assistência nas áreas da saúde e da educação; e a divulgação das formas de se enfrentar o racismo.

A Frente Negra revelou a existência do racismo, no Brasil. Ela fortaleceu a população negra para lutar pelo fim do racismo, tendo muito sucesso. As suas principais conquistas foram: a admissão de negros na Força Pública de São Paulo (atual Polícia Estadual); a politização das comemorações do dia 13 de Maio, realizando debates e atos públicos; a utilização de uma carteira de identificação da Frente, por parte dos sócios e das sócias, para assegurar os

seus direitos; e a fundação de um partido político, em 1936, apesar de não ter participado de eleições, porque Getúlio Vargas implantou a ditadura do Estado Novo em 1937.

15.2 Organizações femininas na Frente Negra

Dentro da Frente havia duas organizações femininas. Uma era a diretoria Rosas Negras, presidida por Bendita da Costa, que tinha o objetivo de organizar as festas dançantes e encontros literários. A outra, era a comissão Cruzada Feminina, presidida por Jersen de Paula Barbosa, cujo objetivo era o de conseguir recursos para o trabalho da Frente Negra, na educação de crianças.

As sócias mulheres tinham uma atuação destacada. Elas eram a maioria na Associação, sendo as principais responsáveis pelas mobilizações da entidade. Dessa forma, elas promoviam e organizavam festas, a principal fonte financeira da Frente; organizavam campanhas, para conseguir recursos que financiavam a educação das crianças negras; e atuavam como professoras, em cursos de alfabetização.

Na Frente Negra, as mulheres lutavam, também, pelo acesso ao mercado de trabalho, pelos direitos das empregadas domésticas e, inclusive, pelo pagamento de salários. Em 1936, Laudelina Campos de Melo, sócia da Frente, fundou a Associação das Empregadas Domésticas de Santos, no Estado de São Paulo.

A partir de 1964 a Ditadura Militar impediu a existência das associações e das Organizações do Movimento Negro. Mas, suas lutas marcaram bastante a sociedade brasileira.

VAMOS PENSAR MAIS!

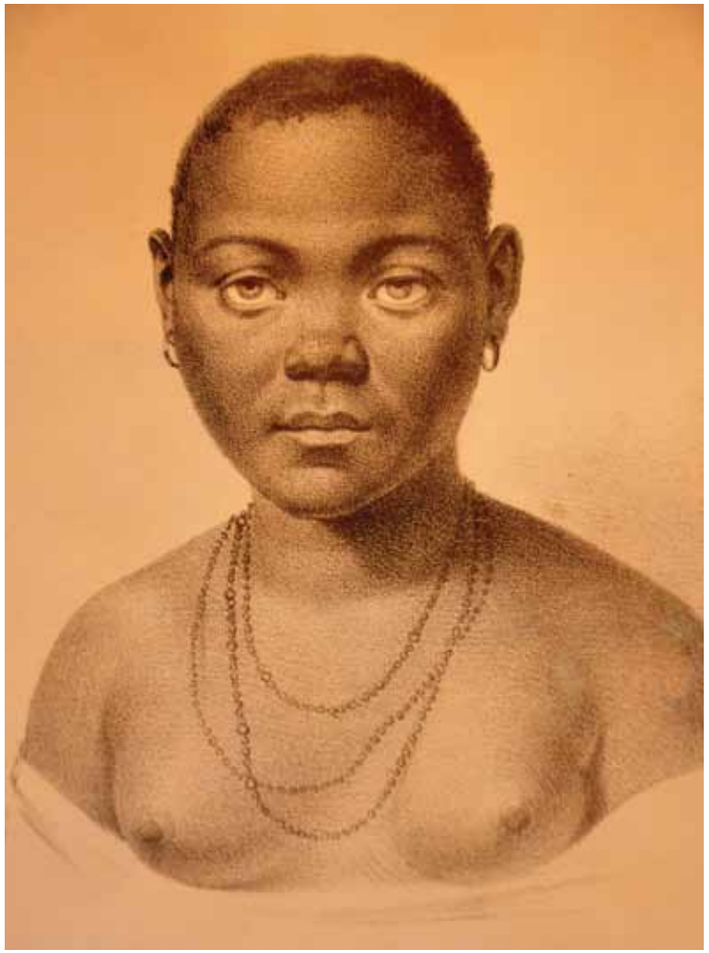
A entrada dos negros, na política, iniciou-se há muito tempo. Como você acha que está a situação dos negros na política atualmente?

CONCLUSÃO

Conhecemos, neste capítulo, como se iniciou a luta política dos negros e das negras. A partir da criação da Frente Negra, eles se organizaram para lutar por seus direitos, e pelo seu reconhecimento como cidadãos brasileiros dignos de respeito.

CAPÍTULO 16

A FASE DE CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)



Negros de Benguela e Congo
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia sobre papel - 37,5 x 30 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

O surgimento do MNU, em 1978, representou um salto na luta pelos direitos da população negra. Este Movimento reorganizou os grupos que estavam atuando de forma dispersa, após o Golpe Militar de 1964, e reinseriu, na cena política do país, o Movimento Negro Organizado.

O MNU aparece em um momento de efervescência de vários Movimentos Sociais. Ele dialoga, diretamente, com as diversas manifestações negras que estavam ocorrendo mundo afora, tais como os Panteras Negras (Organização Negra Marxista Americana), e as lutas de libertação dos países africanos, sobretudo os de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Essas influências serão fundamentais para a constituição do MNU como Movimento radicalmente contra o racismo.

16.1 Lutas e conquistas do MNU

O Movimento Negro Unificado (MNU) marcou uma nova etapa do Movimento Negro Brasileiro. Juntando cultura e política, ele se dedicou a evidenciar que, ser negro, é positivo. Ao mesmo tempo, revelou que, poucas coisas, tinham mudado no Brasil, desde a Abolição, pois as pessoas negras eram as mais pobres do país, bem como as que tinham menos anos de estudos, sendo, muitas delas, analfabetas.

Este Movimento passou a pressionar os governantes por novas leis, políticas públicas e órgãos governamentais, para eliminar o racismo e enfrentar as desigualdades raciais. Com a luta do MNU, vários resultados foram alcançados: as práticas racistas passaram a ser considerados crime inafiançável; os Órgãos Públicos Especiais foram criados para eliminar o racismo, a discriminação racial, e enfrentar as desigualdades raciais; e foi garantida a escolarização das pessoas negras, assim como o aumento de seu ingresso nas universidades, e o ensino, nas escolas, da História da África e do povo negro brasileiro. Também foram assegurados o acompanhamento da saúde da população negra, o acesso às terras para as comunidades quilombolas, e a liberdade religiosa e a segurança dos cultos, frente aos atos de intolerância ou de perseguição.

O MNU conseguiu o reconhecimento governamental de que há racismo, no Brasil, que este precisa ser eliminado, e que as desigualdades raciais devem ser

enfrentadas e combatidas. Tal reconhecimento é demonstrado em algumas ações do Governo, como, por exemplo:

- 1988 - Fundação Cultural Palmares: vinculada ao Ministério da Cultura e criada para reforçar a cidadania, a identidade, a ação e a memória dos segmentos étnicos, e a dos grupos formadores da sociedade brasileira;
- 1988 - Reconhecimento das Comunidades Quilombolas, na Constituição de 1988;
- 1997 - Reconhecimento de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, como Herói Nacional, no dia 21 de março. Esta data ficou marcada como o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial;
- 2003 - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 21 de março; e
- 2010 - Sancionado o Estatuto da Igualdade Racial.

16.2 As mulheres negras entre o Movimento Feminista e o Movimento Negro

As mulheres negras são lideranças muito importantes do MNU e, em todo o Brasil, criaram muitos grupos. Logo no começo do Movimento, elas perceberam que o racismo afetava os homens e as mulheres de forma diferente. As mulheres, diferentemente dos homens, tinham, ao mesmo tempo, que enfrentar o racismo e a dominação masculina. Por isso, as mulheres negras se aproximaram do Movimento Feminista e se reuniram dentro do Feminismo como Feministas Negras.

As mulheres negras trouxeram novas questões para serem resolvidas pelo Movimento Negro, bem como novas propostas para o Movimento Feminista. Elas ensinaram ao Feminismo que existem diferenças entre as mulheres, e que tais diferenças devem ser consideradas. Entre elas, a questão de raça, com o objetivo de diminuir as desigualdades, no que diz respeito às representantes do sexo feminino.

VAMOS PENSAR MAIS!

Você acha que nossa cultura é racista, ainda, e valoriza mais as pessoas brancas, desvalorizando as negras e as indígenas?

CONCLUSÃO

Vimos, neste capítulo, como o Movimento Negro se reorganizou após o período da Ditadura Militar, no Brasil, alcançando conquistas importantes para os povos negros. Muitas políticas públicas, Órgãos de defesa e leis que enfrentam às desigualdades raciais, nos dias de hoje, foram criadas a partir da atuação do MNU no campo político.

CAPÍTULO 17

AS LUTAS INDÍGENAS

Caça à onça
Johann Moritz Rugendas (1802-1856)
Voyage Pittoresque dans Le Brésil. Pais, 1835
Litografia aquarelada sobre papel - 27,5 x 32,5 cm
Acervo do Instituto Ricardo Brennand

Desde a chegada dos portugueses, a vida dos povos indígenas não tem sido fácil. Eles tiveram suas terras invadidas e exploradas, foram assassinados em massa, ou por confronto direto, ou por doenças que pegaram com o homem branco, foram escravizados, e as mulheres indígenas, muitas vezes, foram violentadas. Mas, assim como os africanos e as africanas, os indígenas também resistiram.

Hoje, a grande luta política dos povos indígenas diz respeito à demarcação e à devolução das terras que, sempre, lhes pertenceram, tendo sido tiradas por posseiros e fazendeiros que desejavam aumentar seus latifúndios. Por essa razão, os povos indígenas precisam continuar afirmando a sua identidade etnicorracial, já que, as pessoas que usurparam suas terras, utilizam a justificativa (o falso argumento) de que não existem mais índios nas suas regiões.

17.1 Lutas e conquistas do Movimento Indígena

O direito dos povos indígenas à terra deve ser considerado, por todos nós, como uma forma de reparar os prejuízos que esses povos sofreram com a colonização. Só assim, eles garantirão o direito de serem brasileiros, sem perder a característica de grupo étnico.

Um importante passo já foi dado. Na Constituição Brasileira, de 1988, há um capítulo que trata, exclusivamente, dos direitos dos povos indígenas. Os artigos 231 e 232 reconhecem os povos indígenas, em sua especificidade cultural, dando-lhes plenos direitos de lutar em defesa de seus interesses. Os artigos 215 e 216, por sua vez, confirmam seu direito à preservação da própria cultura. Já o artigo 68 reconhece a propriedade, definitiva, das terras ocupadas pelos povos indígenas.

A Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que já vimos nos quilombolas, serve, também, para os povos indígenas. Ou seja, os indígenas têm o direito de se auto-definirem como tais. A palavra de homens e mulheres indígenas tem que valer quando auto-declararem a sua etnia.

A mesma Convenção indica a responsabilidade dos Governos de proteger os direitos desses povos. Isto quer dizer que os Governos passam a ter o dever de proteger as áreas de reservas indígenas, e de reconhecer a sua diversidade

cultural, incluindo-os em políticas públicas de educação, de saúde e de trabalho, e respeitando as especificidades de cada etnia. Sem dúvida alguma, isso representa uma resposta à demanda histórica desses grupos.

Algumas políticas públicas já existem. Na área da Educação, por exemplo, foram criados cursos de magistérios indígenas. Existe, ainda, o Curso de Licenciatura para professores Indígenas, nas Universidades, visando à formação de professores indígenas.

Na área da Saúde, os povos indígenas possuem seus saberes sobre a cura das doenças. Conhecem todas as ervas das matas e das florestas, as que são curativas, e as que são venenosas. Conhecem, também, muitas rezas e fazem rituais de cura. Contudo, como qualquer cidadão e cidadã, desejam ter acesso aos médicos, aos remédios e às políticas públicas de Saúde. Estas, porém, têm que ser políticas específicas, que deem acesso aos tratamentos formais, mas, que respeitem e reconheçam os saberes tradicionais indígenas. Por isso, os povos indígenas reivindicam a formação de profissionais de Saúde, em suas próprias comunidades, que entendam as crenças e as sabedorias, de cada população, no uso de ervas e de rituais curativos.

Apesar das várias conquistas, a luta das populações indígenas ainda continua. Diversos líderes indígenas vêm sendo assassinados, e várias etnias ainda são vítimas das ações criminosas de posseiros. Todas essas questões esbarram na dificuldade de os povos indígenas ainda serem raros, nos espaços de poder, no Brasil. E, agora, que sabemos mais sobre essa luta, é nosso dever prestar solidariedade, apoiando as causa indígenas.

17.2 As mulheres indígenas: lutas e conquistas

A luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de sua cultura conta, também, com a importante participação das mulheres. Ela é ampliada pela luta das mulheres em favor da igualdade de gênero.

E existem algumas Organizações Indígenas Femininas, pelo Brasil, a exemplo da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). Entre suas ações, a OMIR realiza assembleias, onde se discutem políticas para as comunidades indígenas, nas áreas da Educação, da Saúde e do trabalho. Nesses encontros, são discutidos e formulados vários projetos para a comunidade, tais como a divulgação da Lei Maria da Penha, e o combate ao alcoolismo.

As Organizações de Mulheres Indígenas contam com o apoio de Organismos como a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo (APOINME). Esta entidade promoveu diversas reuniões de organizações indígenas femininas, e criou o Departamento de Mulheres Indígenas. Em 2007, ocorreu a 1ª. Assembleia Regional de Mulheres Indígenas. O segundo Encontro aconteceu no início de 2011.

Assembleia é a reunião de várias pessoas de uma comunidade, ou de uma instituição, para discutir projetos, normas e leis, criando propostas para a sua transformação, através de políticas públicas. A assembleia é um instrumento da democracia. Deputados se reúnem em assembleia, para formular as leis do país e do Estado. Nos bairros, as associações dos moradores se reúnem em assembleia para decidirem sobre a organização comunitária. Nas fábricas, os operários e as operárias se reúnem para reivindicar melhorias salariais, e outros.

Nas assembleias, as mulheres indígenas discutem vários temas que envolvem a ampliação da educação, a garantia de participação política feminina nos espaços de decisões, as políticas públicas de saúde, entre outros. Dessa forma, as mulheres passam a ser agentes fundamentais, na mudança da realidade dos povos indígenas no Brasil.

VAMOS PENSAR MAIS!

Se as pessoas que são discriminadas e sofrem com as injustiças não se organizarem e lutarem pelos seus direitos, você acha que alguma coisa vai mudar?

CONCLUSÃO

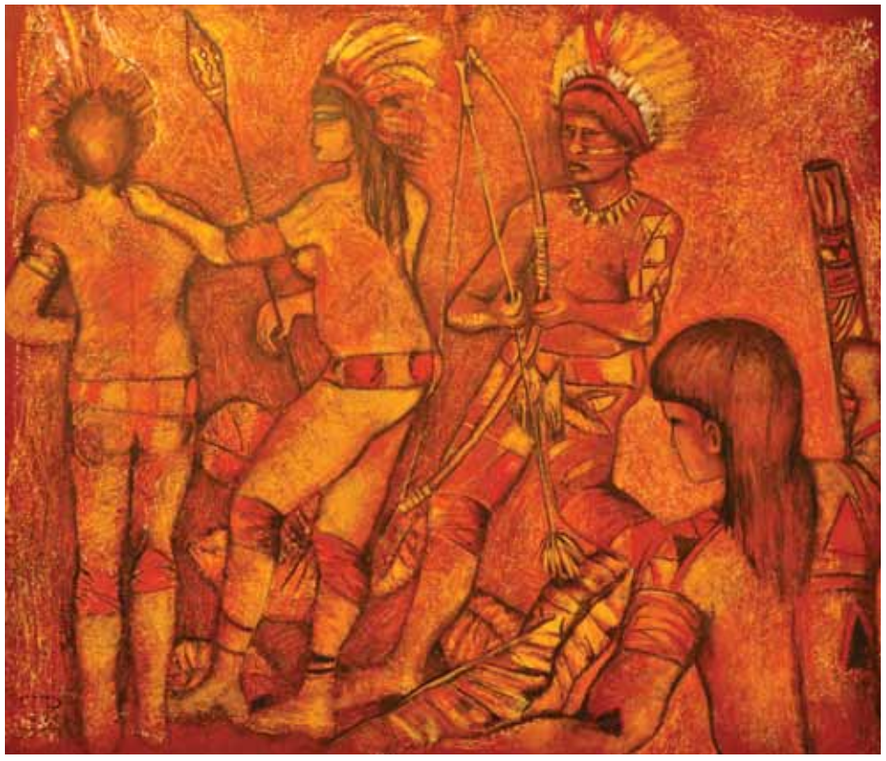
Neste capítulo, aprendemos como os povos indígenas estão lutando para garantir o direito à aceitação de suas identidades étnicas. Vimos, também, que essa luta se relaciona, diretamente, ao seu direito à terra. O Movimento Indígena, então, reivindica o direito ao território, para poder exercer o direito de viver de acordo com suas tradições, religiões e costumes. Vimos, ainda, que as mulheres são agentes fundamentais, nessa luta, para reparar as desigualdades entre homens e mulheres, nas comunidades indígenas.

Detalhe de ***Le signal du combat*** (Coroados)
JB Debret (1816-1831)

Do livro Voyage Pittoresque et Historique au Bresil
Rio de Janeiro – Record/ 1965
Acervo da Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco

CAPÍTULO 18

AS DESIGUALDADES EM DADOS



"JAWARI" Competições Trumai – Xingu – 2000
Julieta Pontes

Acrílica sobre Tela – 136 x 160 cm
Acervo do Museu do Estado de Pernambuco

Já falamos muito sobre as desigualdades, sobre o que elas são, e como elas se apresentam. Agora, vamos mostrar essas desigualdades em números, ou seja, em dados quantitativos. Assim, neste capítulo iremos aprender que as desigualdades existentes, no Brasil, podem ser medidas através de pesquisas, que são feitas por grandes Institutos especializados. Eles são os responsáveis pela busca de informações sobre a população, pela transformação dessas informações, em números, e pela transformação de tais números em tabelas e gráficos. A principal ciência, utilizada pelos institutos de pesquisa, é a Estatística.

As tabelas são quadros que contêm um conjunto de números, que, de maneira organizada, se refere a determinado assunto, permitindo uma visão geral dos valores.

Exemplo:

Tabela 2 – População brasileira e pernambucana, segundo o sexo – 2010

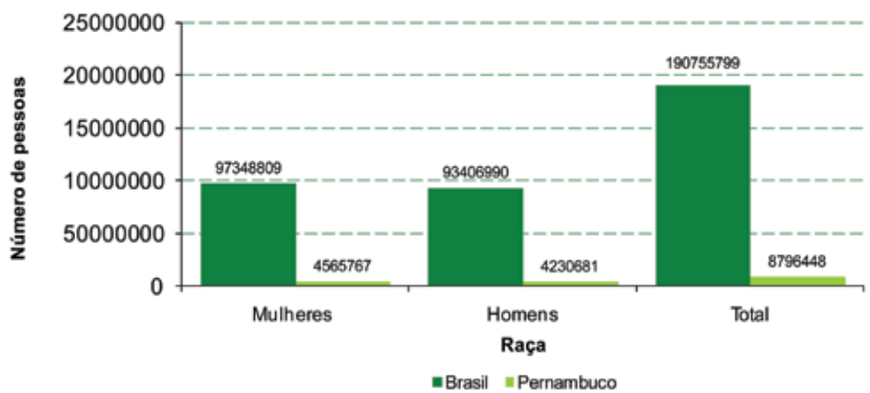
Localização Geográfica da População	PESSOAS		
	Mulheres	Homens	Total
Brasil	97.348.809	93.406.990	190.755.799
Pernambuco	4.565.767	4.230.681	8.796.448

Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2010 – Dados preliminares
Tabela elaborada pela Secretaria da Mulher de PE

Essa tabela foi toda construída com números absolutos, isto é, com a quantidade real de pessoas existentes.

Os gráficos são desenhos que utilizam formas e cores, para mostrar as mesmas informações das tabelas, facilitando a compreensão dos dados.

Gráfico 1 – População brasileira e pernambucana, segundo o Sexo – 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2010 – Dados preliminares
Gráfico elaborado pela Secretaria da Mulher de PE

Essas tabelas e gráficos, construídos com a ajuda da Estatística, podem servir para o planejamento de ações, em favor da igualdade racial, para que se tirem conclusões, sobre o crescimento da população feminina, para a tomada de decisões quanto a investimentos financeiros ou, ainda, para a formulação de soluções, em relação aos problemas da Educação Pública. Desse modo, a Estatística é uma ciência que pode ser aplicada em todas as áreas, a exemplo da Economia, da Cultura, da Política, da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente.

18.1 Institutos de pesquisas

No Brasil, existem muitos institutos de pesquisas. Os mais utilizados pelos Governos, para o planejamento de Políticas Públicas, são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

18.1.1 IBGE

O IBGE produz pesquisas sobre as características da população. Suas pesquisas mais conhecidas são: (1) o Censo Demográfico; e (2) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Antes de falarmos sobre elas, vamos pensar no significado dos termos **demográfico** e **domicílio**.

A palavra **demográfico** se origina de demografia, que é o estudo da dinâmica populacional. Em outras palavras, é o estudo que observa e conta quantas pessoas nascem e morrem no país. Quantas casam e se mudam. Quantas vivem em cidades e quantas residem no campo. Quantas são idosas, jovens, adultas e crianças. O estudo demográfico mostra, também, quantas pessoas, do total da população, são mulheres e homens; e, dessas, quantas são brancas, negras e indígenas. Da mesma forma, o estudo registra os dados econômicos sobre a população, a exemplo do número de pessoas que vivem em extrema pobreza, na pobreza, com conforto, ou, ainda, as que vivem com extremo conforto: as ricas.

Domicílio, por sua vez, é o local de moradia das pessoas. Ele pode ser formado por um, ou mais, cômodos. Pode ser particular, ou coletivo. O domicílio particular é um apartamento, ou casa, onde moram uma, ou mais, pessoas, formando um grupo familiar. O domicílio é coletivo quando seus moradores não formam qualquer tipo de grupo familiar, e vivem sob regras definidas pelos donos dos estabelecimentos. Por exemplo, em pensões, em orfanatos, em asilos, em hotéis, e outros.

O Censo **demográfico**, portanto, fornece informações demográficas, sociais e econômicas sobre a população. Ele é um importante levantamento que tem, por objetivo, elaborar um retrato da população. No Brasil, o Censo é feito a cada 10 anos. O mais recente deles, realizado em 2010, informa, como já vimos, que hoje, no Brasil, vivem 190.755.799 (cento e noventa milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa e nove) pessoas.

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD** é um levantamento menor. Diferentemente do Censo, ela é realizada a cada ano, sendo feita, apenas, com uma parte da população, ou seja, com uma amostra. Por isso, seus resultados levam, também, menos tempo para serem divulgados.

Para entendermos bem o que é uma **amostra**, basta tomarmos, como exemplo, um feijão, que está sendo cozinhado em uma panela. Quando queremos saber se ele está com pouco, ou com muito, sal, e se está cru, ou cozinhado, não precisamos comer todos os caroços, ou tomar todo o caldo. Para obtermos essas informações precisamos, tão-somente, provar uma pequena parte do todo, ou seja, do total, retirar uma amostra.

18.1.2 IPEA

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma Fundação Pública Federal. Assim como o IBGE, ela produz pesquisas de levantamentos de dados, sobre a população, para investigar as condições de vida no país. O IPEA constrói indicadores, também, para medir o desenvolvimento social e econômico do país, utilizando os dados do Censo e da PNAD. As pesquisas e os indicadores dão suporte às ações do Governo, para a elaboração de Políticas Púbicas. Mas, o que são, realmente, os indicadores?

Indicadores são medidas, geralmente números, que evidenciam determinadas situações das populações. Por exemplo: dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres. Ou seja, existem muito mais mulheres analfabetas, do que homens analfabetos. Para superar esse problema, é preciso modificar as desigualdades entre meninos e meninas, no acesso à escolarização formal. Os Governos, de todo o mundo, onde existem analfabetos, devem contruir Políticas Públicas para as meninas entrarem na escola, da mesma forma que os meninos.

18.2 Números absolutos e números percentuais da tabela

Nós já vimos que, as desigualdades, podem ser medidas através de pesquisas, que transformam informações em números e organizam esses números em tabelas ou os representam em gráficos. Agora, vamos nos familiarizar um pouco com a natureza dos números das tabelas: eles podem se apresentar como absolutos e/ou como percentuais.

Tabela 3 – População do Brasil e de Pernambuco, em números absolutos e percentuais, por sexo

Localização geográfica da população	Sexo				Total	
	Mulheres		Homens		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Brasil	97.348.809	51	93.406.990	49	190.755.799	100
Pernambuco	4.565.767	52	4.230.681	48	8.796.448	100

Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2010 – Dados preliminares
Tabela elaborada pela Secretaria da Mulher de PE

Esta tabela foi construída com números absolutos e, também, com números percentuais. Como já vimos anteriormente, os **números absolutos** retratam a quantidade real de pessoas, objetos, entre outros, e são obtidos através de uma simples soma. Agora, os **números percentuais** são representações de parte de um total maior. Eles são calculados, portanto, através de uma relação entre o total e a parte. Por exemplo: O total da população do Brasil é de 190.755.799 pessoas. Desse total, somente uma parte é de mulheres. Conforme a tabela 3 existe, no Brasil, 97.348.809 mulheres, e, apenas, 93.406.990 homens. Neste sentido, as mulheres são a maioria, representando 51% do total da população.

18.2.1 Como se obtém um número percentual, ou se calcula a porcentagem?

Porcentagem é um cálculo baseado na idéia de que todas as coisas podem ser divididas em 100 partes iguais. Dessa maneira, cada parte vira uma unidade. A porcentagem é representada pelo símbolo % (que se lê "por cento").

Exemplos:

- Quando ouvimos falar que a cesta básica, que custava R$ 100,00 passou a custar R$ 125,00, entendemos que ela teve um acréscimo de R$ 25,00. De quanto foi esse acréscimo em percentual?

Para sabermos o valor percentual desse aumento, vamos fazer um cálculo muito simples. Multiplicamos o primeiro valor da cesta (100) pelo pedaço que foi aumentado (25) e dividimos por 100. Ou seja: 100 x 25 = 2.500 / 100 = 25%. Isto, podemos fazer, até, de cabeça.

- Dona Josefa passou em uma loja e viu uma bomba d'água por R$ 200,00. No outro dia, voltou para comprar a mercadoria e, lá, estava um aviso dizendo: Só hoje - bomba d'água com 30% de desconto. Dona Josefa pensou: Quanto é 30% de R$ 200,00?

Esse cálculo, também, é muito simples, mas, é mais garantido fazê-lo na ponta do lápis, do que de cabeça. Primeiro, multiplicamos 30 x 200 = 6000, e, depois, vamos dividir por 100. Ou seja, 30% de R$ 200,00 é igual a R$ 60,00.

18.3 Distribuição da população por sexo, segundo a raça

Como o nosso interesse, neste livro, são as desigualdades de raça, de etnia, de gênero, e de classe, em Pernambuco, vamos observar algumas tabelas e gráficos que comparam a realidade das condições de vida de homens e mulheres, de pessoas brancas, negras e indígenas, e de ricos e pobres.

Tabela 4 – Quantidade de mulheres e homens, em Pernambuco, segundo a raça

Raça	Sexo				Total	
	Mulheres		Homens		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Branca	1.720.871	19,6	1.504.423	17,1	3.225.294	36,67
Preta	274.407	3,1	296.388	3,4	570.795	6,49
Parda	2.495.942	28,4	2.368.923	26,9	4.864.865	55,3
Amarela	47.213	0,5	34.939	0,4	82.152	0,93
Indígena	27.307	0,3	25.977	0,3	53.284	0,61
Total	4.565.767	51,9	4.230.681	48,1	8.796.448	100

Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2010 – Dados preliminares
Tabela elaborada pela Secretaria da Mulher de PE

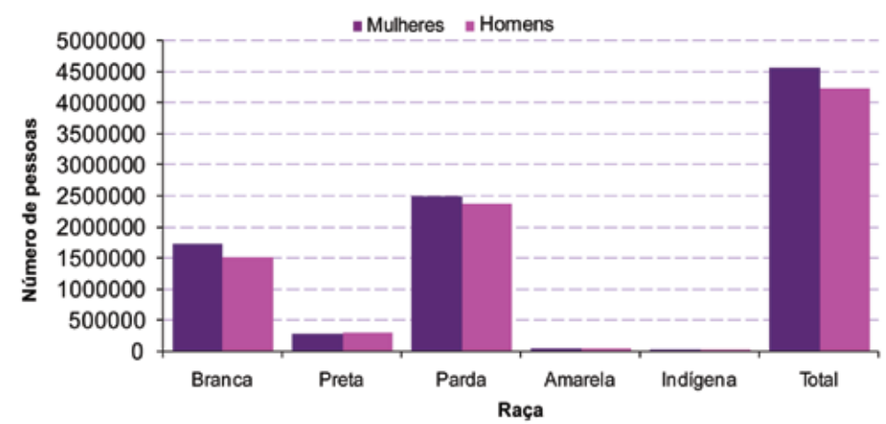
A tabela 4, contendo números absolutos e percentuais de mulheres e de homens, por raça, guarda uma informação muito importante, que todas as pessoas precisam saber:

> *Quem diz a cor da pessoa é a própria pessoa. Isto é o mesmo que dizer que, cada pessoa, declara a sua própria cor. Ou seja, faz uma autodeclaração. Portanto, autodeclaração significa que alguém se declara. O pesquisador pode achar, até, que a pessoa que ele está entrevistando, à sua frente, é branquinha, mas, se ela disser que é preta, ele tem que escrever como ela se denominou. A pessoa, também, pode não querer declarar a cor que tem, e o entrevistador, neste caso, não pode assinalar a sua opinião.*

Na tabela 4, podemos ver, então, que, do total de 8.796.448 pernambucanos, 4.565.767 são mulheres, o que corresponde a 51,9% da população. Ou seja, as mulheres são a maioria da população. Podemos observar, também, que, do total de mulheres, 19,6 % se autodeclararam brancas; 3,1%, pretas; 28,4%, se autodeclararam pardas; 0,5%, amarelas; e, 0,3%, indígenas.

O desenho, a seguir, mostra mais um gráfico de barras. As barrinhas cor de vinho representam o número de mulheres e, as de cor rosa, os homens. Dele, podemos concluir o mesmo que havíamos concluído na tabela 4: as mulheres são a maioria em todas as raças, exceto na preta, onde se encontram em número igual aos homens.

Gráfico 2 – Quantidade de mulheres e homens por raça em Pernambuco



Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2010 – Dados preliminares
Gráfico elaborado pela Secretaria da Mulher de PE

18.4 Distribuição da população, por domicílios

Vamos agora, verificar como está distribuída a população pernambucana, em relação à situação de domicílios, urbano ou rural, à raça, aos grupos de idade e à alfabetização. A tabela 5 evidencia a distribuição da população, por situação de domicílio, segundo o sexo.

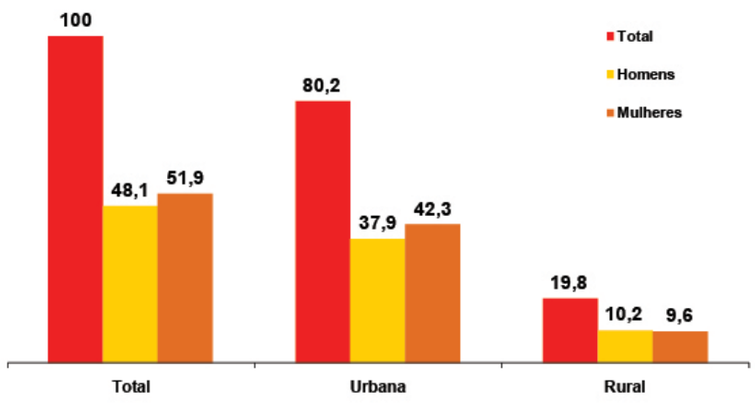
Tabela 5 – Distribuição da população, em Pernambuco, por situação de domicílios, segundo o sexo

Domicílios	Sexo	Pessoas	Percentual (%)
Urbano	Total	7.052.210	80,2
	Homens	3.334.440	37,9
	Mulheres	3.717.770	42,3
Rural	Total	1.744.238	19,8
	Homens	896.241	10,2
	Mulheres	847.997	9,6
Total	Total	8.796.448	100
	Homens	4.230.681	48,1
	Mulheres	4.565.767	51,9

Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2010 – Dados preliminares
Tabela elaborada pela Secretaria da Mulher de PE

No gráfico 3, construído com números percentuais, podemos ver, também, como está distribuída a população, de Pernambuco, nas áreas urbana e rural, bem como a proporção de mulheres e homens que vive em cada uma delas.

Gráfico 3 – Distribuição, em números percentuais, da população, em Pernambuco, por situação de domicílio, segundo o sexo

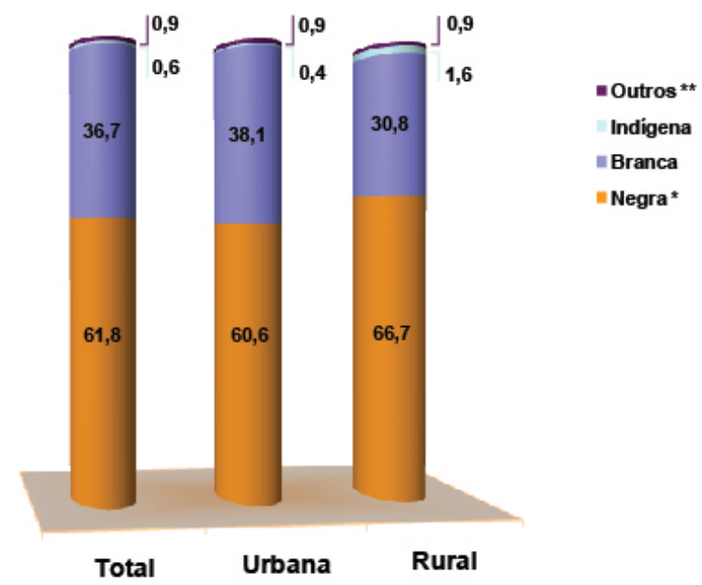


Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Dados preliminares
Gráfico elaborado pela Secretaria da Mulher de PE

Podemos observar que 80,2% da população de Pernambuco vivem em áreas urbanas, e 42,3% dela são mulheres. A área rural é formada por 19,8% da população total e, nela, a quantidade de homens é maior que a de mulheres.

O gráfico 4 mostra a distribuição da população pernambucana, por raça, nas áreas urbana e rural. Atenção: nesse gráfico, usamos a categoria negra, para representar a soma das pessoas que se declararam pretas e pardas; e usamos a categoria outros, para representar as pessoas que se declararam amarelas e aquelas que não desejaram declarar qualquer cor.

Gráfico 4 – Distribuição da população, em Pernambuco, por situação de domicílio, segundo a raça



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Dados preliminares
Gráfico elaborado pela Secretaria da Mulher de PE
* Preta e parda
** Amarela e não declarada

A distribuição, em porcentagem, no gráfico 4, indica que 61,8% da população pernambucana são da raça negra, lembrando que, ao falar de raça negra, estamos falando de quem se declarou preto, ou pardo, no Censo Demográfico de 2010. Como já vimos, os indígenas representam 0,3% do total da população de Pernambuco. Destes, 1,6% vivem na área rural e, 0,4%, na área urbana. Vejamos, agora, a tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição da população, em Pernambuco, por sexo, segundo a raça

Raça	Pessoas					
	Total		Mulheres		Homens	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Negra (*)	5.435.660	61,8	2.770.349	31,5	2.665.311	30,3
Branca	3.225.294	36,7	1.720.871	19,6	1.504.423	17,1
Indígena	53.284	0,6	27.307	0,3	25.977	0,3
Outros (**)	82.210	0,9	47.240	0,5	34.970	0,4
Total	8.796.448	100	4.565.767	51,9	4.230.681	48,1

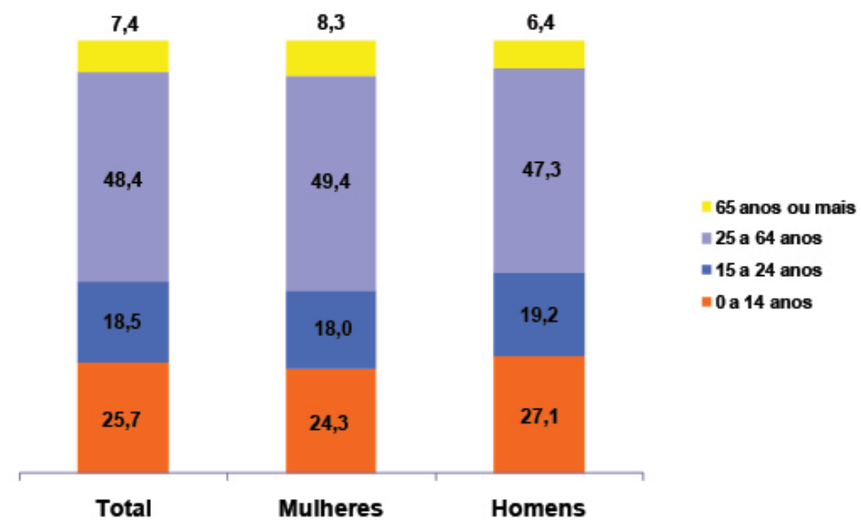
Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2010 – Dados preliminares
Tabela elabora pela Secretaria da Mulher de PE
* Preta e parda
** Amarela e não declarada

A tabela 6 indica que, em Pernambuco, a diferença entre a quantidade de mulheres e de homens, na raça negra, é menor que a da raça branca. Ou seja, as mulheres representam 31,5%, na raça negra, e, os homens, 30,3%: há uma diferença de 1,2%. Na raça branca que, por sua vez, representa 36,7% do total da população pernambucana, a diferença entre homens e mulheres é um pouco maior 2,5%.

18.5 Distribuição da população, segundo os grupos de idade

Analisemos, agora, com a ajuda do gráfico 5, como se distribuem as mulheres e os homens, em Pernambuco, por grupos de idade.

Gráfico 5 – Distribuição da população de Pernambuco, por sexo, segundo os grupos de idade



Fonte: IBGE/Censo Demográfico/2010 – Dados preliminares
Gráfico elaborado pela Secretaria da Mulher de PE

Podemos dizer que mulheres e homens estão distribuídos, igualmente, entre os grupos de idades. A maioria das pessoas, ou seja, 48,5% da população se encontra no grupo de idade entre 25 e 64 anos.

18.6 As desigualdades de acesso das populações negras, brancas, e indígenas, às instâncias de poder

As populações negras e indígenas, assim como a população feminina, do país, não estão, ainda, representadas, suficientemente, nas instâncias de poder. Porém, algumas mudanças ocorreram em 2011, como é o caso do aumento da bancada negra, na Câmara Federal, que passou de 12 para 22 deputados. Isto significa que as lideranças dos Movimentos Negros estão alcançando alguns espaços no poder.

No Brasil, com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff para o mais alto cargo de poder, muitas mulheres foram nomeadas para os cargos de ministras, no Poder Executivo.

Porém, no Poder Legislativo, são poucas, ainda, as representantes. Também, é reduzida a presença de mulheres na chefia dos Governos Estaduais.

Tabela 7 – Mulheres no poder, no Brasil, em 2011

	Ministérios	Senado	Governo Estadual	Câmara Federal
Mulheres	10	11	2	45
Homens	28	69	25	468
Total	38	80	27	513

Fonte: JusBrasil – www.jusbrasil.com.br
Tabela elaborada pela Secretaria da Mulher de PE

Tabela 8 – Mulheres no poder, em Pernambuco, em 2011

	Câmara Federal	Câmara Estadual
Mulheres	2	4
Homens	23	45
Total	25	49

Fonte: Cfêmea – www.cfemea.org.br
Tabela elaborada pela Secretaria da Mulher de PE

Percebemos, então, que é preciso mudar a realidade da representação feminina, em vários Estados e Municípios, do país, aumentando a presença de mulheres nos espaços de decisão, de formulação de leis, e de políticas. São importantes as ações de capacitações para as mulheres, em Políticas Públicas. Elas garantem que, nos próximos anos, o número de representantes da população feminina, em cargos de poder, será muito maior.

Porém, mais difícil, ainda, é a realidade da representação política dos povos indígenas. Esses estão bem menos representados, nos espaços de poder, do que os negros, as negras e as mulheres. Tanto é que, chega a ser difícil, encontrar dados recentes da presença de líderes indígenas, na Câmara, ou no Senado Federal. Para corrigir essa deficiência, além das políticas de cotas, é preciso, inclusive, ampliar as ações de capacitação de lideranças indígenas, bem como o acesso à Educação, por parte dessa população.

18.7 As desigualdades de acesso das populações negras, brancas, e indígenas, à segurança

Nesta seção, vamos apresentar algumas informações, em relação à violência. Para tanto, vamos utilizar os dados de uma pesquisa amostral, feita pelo IBGE e pela PNAD, com 20.581 entrevistados, em 2009, e construir a tabela 9, através de números percentuais.

Tabela 9 – Distribuição da população entrevistada pela PNAD/2009, em Pernambuco, vítima de agressão física, segundo a raça

Foi vítima de agressão física	Raça		
	Indígena	Branca	Negra *
Sim	1,4%	38,2%	60,4%
Não	0,1%	36,2%	63,7%
Total	0,2%	36,2%	63,6%

Fonte: IBGE/PNAD/2009
Tabela elaborada pela Secretaria da Mulher de PE
* Preta e parda

A seguir, vamos observar os números percentuais referentes à raça das pessoas, e ao ambiente em que elas sofreram a agressão.

Tabela 10 – Distribuição da população entrevista pela PNAD/2009, em Pernambuco, por local da agressão física, segundo a raça

Local onde foi vítima de agressão	Raça		
	Indígena	Branca	Negra *
Própria residência	2%	56%	42%
Outros lugares	1,5%	40,6%	57,9%
Total	1,6%	43,6%	54,8%

Fonte: IBGE/PNAD 2009
Tabela elaborada pela Secretaria da Mulher de PE
* Preta e parda

Das pessoas que sofreram agressão física, na própria residência, 56% são brancas e, 42%, são negras. Por outro lado, os negros, em 57,9% dos casos, constituem o grupo que, fora de casa, mais sofreu agressões.

18.8 As mulheres e as desigualdades etnicorraciais: uma dupla discriminação

Nesta parte, utilizaremos os dados da PNAD/2009, isto é, os dados de uma amostra. Vamos, então, abordar algumas proporções importantes, que revelam as desigualdades, mas, sem fazer uso de tabelas.

Sobre as características da Educação, em Pernambuco, a PNAD/2009 revela que do total da população negra,apenas 60% das mulheres e 65% dos homens são alfabetizadas.

Dentro do grupo de pessoas com 15 anos (ou mais) de estudo, ou seja, pessoas com nível superior completo e, até, com pós-graduação, as mulheres negras representam apenas 37,8%, enquanto as mulheres brancas são 62,2%.

Entre os homens os dados apontam uma desigualdade equivalente. A proporção de homens brancos, no grupo que tem 15 anos (ou mais) de estudo, é de 60%; e, a dos homens negros, é de 39,5%.

Vamos falar de trabalho! Segundo a PNAD/2009, a maioria das mulheres pernambucanas (90%), com ou sem carteira assinada, trabalha em ocupações que, de alguma forma, estão relacionadas às necessidades domésticas, como as de cozinheira, costureira, passadeira, cabeleireiras e manicure. Observando como as mulheres brancas e negras participam dessas ocupações, observamos que as negras representam 74% das mulheres ocupadas nessas atividades.

A Pesquisa Mensal de Emprego, PME/2011, do IBGE, registra, por um lado, redução no número de empregos domésticos. Mais exatamente, tal redução foi de 16,7% para 14,6%, entre os anos 2003 e 2011. O mesmo estudo, também, informa que no mesmo período houve uma melhoria nas condições do trabalho doméstico, mediante as lutas da categoria por mais benefícios. Como sabemos que a oferta de emprego aumentou e o índice de desemprego caiu, podemos afirmar que as pessoas que saíram do emprego doméstico foram para outras atividades.

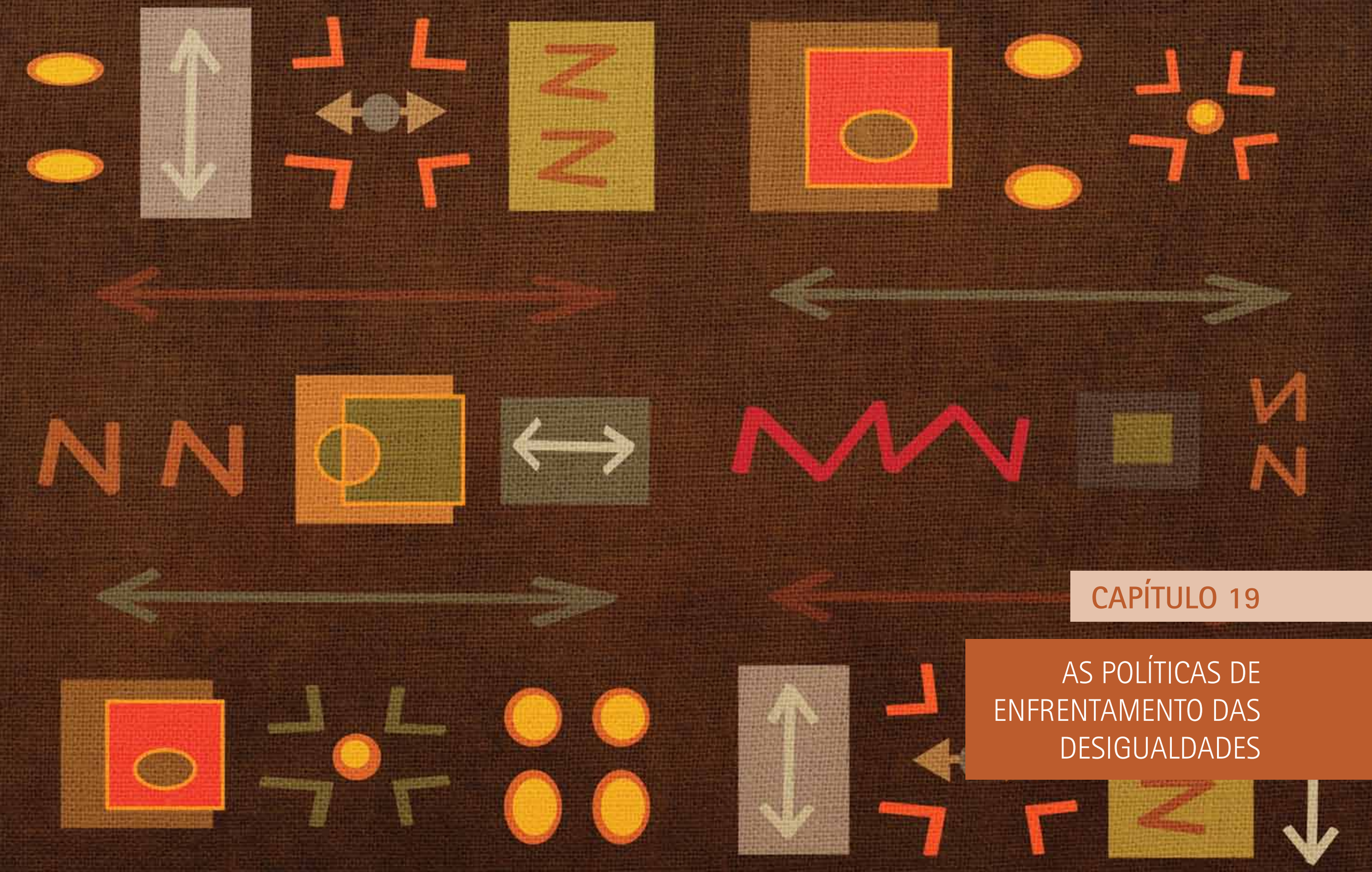
Voltando para os dados da PNAD e comparando o conjunto das mulheres que declararam não ter rendimentos, observa-se que a maior parte delas é negra. Por sua vez, entre as mulheres com rendimentos superior a R$ 2.325,00, são as brancas, com 75%, que correspondem a maioria dos casos. Para os homens, com essa mesma faixa de renda, os brancos também são maioria, pois os negros correspondem apenas a 26,2% dos casos. Porém, como sempre, são as mulheres negras que estão em maior desvantagem.

VAMOS PENSAR MAIS!

Como os números das pesquisas se transformam em ações, para mudar nossa realidade?

CONCLUSÃO

Neste capítulo, aprendemos que os dados mostram como vivem a população do Brasil, do Estado e da Cidade e, dessa forma, apresentamos tanto as melhorias, quanto as desigualdades existentes. Passamos a conhecer um pouco, também, das Instituições que trabalham para fornecer tais informações. São esses dados e informações que dão suporte ao Governo, ajudando-o a identificar as necessidades existentes, e a elaborar Políticas Públicas para melhorar a realidade do País.



CAPÍTULO 19

AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

"Índia Canela" – 1939
João José Rescala
Óleo sobre Tela – 83 x 16 cm
Acervo do Museu do Estado de Pernambuco

Já conhecemos muitas formas de desigualdades que prejudicam as populações negras e indígenas. Conhecemos um pouco, também, das lutas dessas populações, para a promoção da igualdade. Agora, chegou o momento de sabermos que resultados políticos tais lutas alcançaram. Sendo assim, vamos ver algumas das políticas públicas implantadas, para enfrentar as desigualdades nas áreas da educação, do trabalho e da participação política.

As tabelas são quadros que contêm um conjunto de números, que, de maneira organizada, se refere a determinado assunto, permitindo uma visão geral dos valores.

Políticas Públicas são ações dos Governos Federal, Estadual e Municipal que, a partir de Leis, formulam Projetos e Programas que promovem o acesso à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, à renda, à escolaridade, à terra e ao poder, para as diversas populações residentes no país.

19.1 Organismos responsáveis por políticas de reparação das desigualdades etnicorraciais

A missão desses organismos é dialogar com todas as políticas do Estado, da União e dos Municípios. Dessa maneira, poderão influenciar todas as ações das políticas públicas, para colaborarem no sentido de diminuir as desigualdades.

Desde 1967, os povos indígenas vem lutando para que sejam criadas políticas públicas específicas. Na época, o Governo criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A FUNAI é um dos principais Órgãos formuladores e executores de políticas, para a população indígena no Brasil. Entre suas ações estão:

a) Estabelecer e executar políticas que garantam a sustentabilidade das populações indígenas;

b) Controlar e minimizar possíveis impactos ambientais em terras indígenas;

c) Adotar medidas de vigilância, de fiscalização e de prevenção de conflitos, em terras indígenas.

Para as populações negras, uma grande conquista foi a Constituição de 1988, que, finalmente, colocou o racismo como crime inafiançável e imprescritível. De lá para cá, outras conquistas vieram. A partir dos anos 2000, as lutas dos Movimentos Negro e Quilombola conseguiram que os Governos elaborassem leis e ações específicas.

No Governo Federal foi criada, em março de 2003, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Em Pernambuco, o Governo Estadual criou, em 2007, o Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Etnicorracial (CEPIR), diretamente ligado ao Gabinete do Governador. No Governo Municipal do Recife, existe a Diretoria da Igualdade Racial. Todos esses Órgãos são responsáveis por formular e implementar políticas públicas de reparação das desigualdades etnicorraciais. Essas políticas colaboram com a melhoria das condições de vida das populações negras, no Brasil, em Pernambuco e no Recife.

19.2 As principais políticas de enfrentamento às desigualdades etnicorraciais na Educação

Já vimos que a ação dos Movimentos Sociais vem denunciando as desigualdades etnicorraciais. Essas denúncias pressionam os Governos para que elaborem políticas públicas de reparação. Uma grande conquista foi incluir, na grade curricular das escolas, a História da África e dos indígenas, com o objetivo de valorizar a grande contribuição desses povos para a formação do povo brasileiro. Isso inclui preparar os professores e incluir esses temas nos livros didáticos. Dentre outras importantes políticas públicas, para o enfrentamento das desigualdades, no âmbito da Educação estão:

- O cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem políticas de inclusão do ensino da História da África e Indígena, em escolas públicos e particulares;
- As cotas etnicorraciais nas universidades, que promovem o aumento da presença de estudantes negros, de ambos os sexos, nesses lugares. Com as cotas, será possível estabelecer, mais rapidamente, o equilíbrio etnicorracial no ensino superior;

- O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, que representam políticas de um estímulo à iniciação científica, e um estímulo à permanência nas universidades, para alunos afrodescendentes e indígenas;
- Políticas de formação de professores e professoras indígenas, de maneira intercultural, a exemplo do Projeto 3º Grau, que implanta cursos de Licenciatura Plena. Os professores se preparam para repassar, aos povos indígenas, conhecimentos sobre as sociedades diferentes das suas. Ao mesmo tempo, mantêm os ensinamentos indígenas para que, as novas gerações, aprendam a respeitar as diferenças; e
- Políticas de manutenção de escolas indígenas.

19.3 As principais políticas de enfrentamento às desigualdades etnicorraciais no mundo do trabalho

As cotas etnicorraciais, quase sempre, são consideradas polêmicas. Mas, é preciso entender que elas são importantes para garantir a presença de indígenas e pessoas negras nas universidades, nos espaços de poder, e de trabalho. Algumas das políticas, que garantem a presença e o respeito das populações negras, indígenas e femininas, nos espaços de trabalho, são as seguintes:

- Políticas de implementação de estratégias, como a valorização da diversidade, para promover a inclusão de negros, de índios e de mulheres, enfim de grupos, historicamente, desfavorecidos no mercado de trabalho;
- Políticas de valorização e de regulamentação do trabalho doméstico. Um exemplo é a PlanSeq - Trabalho Doméstico Cidadão, desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR);
- Políticas de regularização do trabalho informal, que permite, a um grande contingente de negros e de negras, a possibilidade de acesso aos direitos trabalhistas;
- Políticas de cotas, visando a reserva de vagas para as populações negras e indígenas, em concursos públicos. Tais políticas de cotas não são adotadas, ainda, em todo o Brasil. Atualmente, apenas o Estado do Rio de Janeiro, adotou essa prática.

O **trabalho doméstico** pode ser feito por qualquer pessoa, homem, mulher, branco, branca, negro, ou negra. No entanto, no Brasil, as pesquisas mostram que as mulheres negras são a maioria nesse tipo de trabalho.

19.4 As principais políticas de enfrentamento das desigualdades etnicorraciais e de gênero, nos espaços de poder

- A dificuldade de acesso ao poder, por parte das populações indígenas, negras feminina, ainda, é preocupante. A conquista de direitos e de mudanças, para essas populações, só acontece quando elas ocupam o espaço do poder. Por isso, é fundamental a formulação de políticas públicas que aumentem a presença de mulheres, de negros e de indígenas, na política. Algumas das ações já realizadas nesse sentido são:
- Fiscalização e aplicação da Lei no 9.504/1997, Artigo 10, estabelecendo que, cada partido político ou coligação, deverá reservar vagas para a candidatura de mulheres para vereadoras, deputadas, prefeitas, e outros. O mínimo é de trinta por cento e, o máximo, é de setenta por cento, para as candidaturas de cada sexo;
- Políticas de formação em políticas públicas e em cidadania, para as populações negras, indígenas, e feminina. Um exemplo é o Programa Chapéu de Palha Mulher, desenvolvido pela Secretaria da Mulher de Pernambuco. Através do Programa, mulheres negras, remanescentes de quilombolas, e mulheres indígenas, são capacitadas em políticas públicas, participam de cursos profissionalizantes, e passam a atuar de forma ativa em suas comunidades e casas; e
- Políticas de capacitação de lideranças indígenas e lideranças dos Movimentos Negros, ampliando o acesso delas ao Governo.

VAMOS PENSAR MAIS!

As políticas públicas de reparação podem diminuir as desigualdades. De que modo, nós, cidadãos e cidadãs, podemos interferir na formulação das políticas públicas?

CONCLUSÃO

Vimos, neste capítulo, como as lutas dos Movimentos Sociais promovem mudanças para as populações negras, feminina, e indígenas. A ação dos Movimentos gera respostas dos Governos, que formulam políticas e realizam ações de correção das desigualdades etnicorraciais e de gênero.

CAPÍTULO 20

A LEGISLAÇÃO DE CORREÇÃO DAS DESIGUALDADES

Detalhe da Obra "JAWARI" Competições Trumai – Xingu – 2000
Julieta Pontes

Acrílica sobre Tela – 136 x 160 cm
Acervo do Museu do Estado de Pernambuco

A essa altura você deve estar se perguntando o que também pode fazer para lutar contra o racismo, o sexismo, o machismo e a violência que resulta dessas desigualdades. Um dos caminhos é o conhecimento das leis, a organização em grupos, e a denúncia dos problemas que ocorrem. Existem organizações que trabalham nessas áreas e que podem nos orientar. Com certeza, esse é um bom começo para exercitarmos a nossa cidadania!

20.1 Leis antirracistas: conquistas das mulheres negras e dos Movimentos Sociais

As leis que foram criadas para aumentar a proteção das pessoas negras, contra o racismo, reconhecem o direito delas ao tratamento igualitário. Antes de sabermos quais são e o que dizem essas leis, duas questões não podem ser esquecidas.

Primeiro, as leis não surgem do nada. Na maioria das vezes, elas são fruto da luta dos Movimentos Sociais pela conquista de direitos para toda a sociedade. Portanto, as leis que combatem o racismo, resultaram da atuação do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras.

Segundo, a lei, por si só, não efetiva os direitos, não os coloca em prática. Não se deve esperar que, por uma lei ter sido aprovada, aquele direito será, automaticamente, atendido. Lógico que as leis são fundamentais. Elas precisam existir porque são, elas, que regulam nossa convivência em sociedade. Mas, é preciso que elas sejam aplicadas, que saiam do papel para fazer parte do nosso dia a dia. E, para tanto, é necessário que, tanto a sociedade, quanto o Estado, as respeitem, pratiquem o que elas dizem, e fiscalizem se elas estão sendo cumpridas. Ou seja, cada um tem que fazer a sua parte!

Vamos, agora, conhecer as leis que foram criadas a partir da década de 1950, para proteger as pessoas do racismo.

- LEI Nº 1.390, DE 3 DE JULHO DE 1951 – impede que qualquer estabelecimento comercial, ou de ensino, de qualquer natureza, se recuse a hospedar, a servir, a atender ou a receber cliente, comprador, ou aluno, por questão de preconceito de raça ou de cor. Considera o racismo uma contravenção penal, e ficou conhecida como a Lei Afonso Arinos.

- LEI Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985 – amplia a Lei Afonso Arinos, considerando uma contravenção penal, os atos resultantes de preconceitos de raça, de cor, de sexo ou de estado civil. É conhecida como a Lei Caó.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 5 DE OUTUBRO DE 1988 – conhecida como a Constituição Cidadã, porque conseguiu incluir mais pessoas como sujeitos de direitos, tendo suas integridades e dignidades protegidas, por lei. A participação dos Movimentos Sociais, essa conquista foi grande. Destaque para as seguintes mudanças:

    1. A prática do racismo passou a ser um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Isto significa que, toda a pessoa, que pratique atos racistas, será presa, sem direito a pagar fiança para ser posta em liberdade. O crime de racismo não pode deixar de ser punido, independentemente, do tempo que passe, desde que ele foi cometido.
    2. O direito de voto, às pessoas analfabetas, cuja maioria é negra, significou incluir muitas pessoas negras como cidadãs.
    3. O direito ao voto, para os povos indígenas.

- LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 – esta lei diz quais são os crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor, servindo para por em prática a Constituição. As práticas de racismo continuam sendo inafiançáveis.
- LEI Nº 8.081, DE 21 DE SETEMBRO DE 1990 – esta lei ampliou a lei anterior, incluindo a punição para os preconceitos de raça, de cor, de religião, de etnia ou de procedência nacional.
- DECRETO FEDERAL N° 1.171 – DE 22 DE JUNHO DE 1994 – é o Código de Ética profissional do servidor público civil, do Poder Executivo Federal. Ele coloca, como deveres do servidor público: tratar bem todas as pessoas que usam os serviços públicos, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, de sexo, de nacionalidade, de cor, de idade, de religião, de cunho político e de posição social.

- LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997 – estabelece a quantidade de anos de prisão, pela prática de racismo, definindo, para essa prática, os crimes resultantes de discriminação e de preconceito de raça, de cor, de etnia, de religião e de origem (nacionalidade).
- LEI N° 9455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 Art. 1°, INCISO 1 LINHA "C" – constitui como crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa.
- LEI 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 – criada para incluir, no currículo do ensino fundamental, de forma obrigatória, a temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Isto possibilita o conhecimento sobre a História da cultura afrobrasileira.
- LEI 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008 – esta lei ampliou a anterior, para incluir o ensino da história indígena, tornando obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, em julho de 2010. O Estatuto vai orientar as políticas públicas, para promover a igualdade racial e eliminar o racismo.

Mas não esqueçam! Para que o Estatuto e as outras leis sejam seguidas, os Movimentos Sociais e as pessoas precisam saber que elas existem. Precisam saber o que elas dizem, e que direitos e políticas elas propõem. E precisam lutar, para que elas sejam cumpridas e postas em prática, por toda a população brasileira. Assim, a igualdade será conquistada!

Leis brasileiras sobre os direitos das pessoas negras até a Abolição

LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831 – proibia que pessoas escravas fossem trazidas para o Brasil. Se isso ocorresse, essas pessoas passariam a ser livres. Porém, se essas pessoas fugissem de seus países, para o Brasil, eram devolvidas para quem as tinham comprado. Ficou conhecida como Lei Feijó

LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓZ DE 1850 – proibia o tráfico e punia o dono e a tripulação do navio que trouxesse pessoas escravas. A embarcação era apreendida pela Marinha Brasileira. Mas, essa lei não conseguiu ser eficiente. O tráfico se tornou ilegal, e continuou acontecendo porque a luta pela Abolição tinha, ainda, bem pouca força.

LEI Nº 2040, 28 DE SETEMBRO DE 1871 – conhecida como Lei do Ventre Livre. Dava o direito, aos filhos e às filhas das mulheres escravas, de serem livres ao nascer. Havia o compromisso do senhor de criar e de tratar da criança, até os 8 anos de idade. Depois disso, o senhor recebia dinheiro do Governo, ou podia utilizar o trabalho daquela pessoa, sem pagar nada por isso, até que ela completasse a idade de 21 anos. Vejam que, apesar de ser chamada de Ventre Livre, a liberdade nesses casos era muito restrita.

LEI Nº 3270, 28 DE SETEMBRO DE 1885 – libertava as pessoas com mais de 60 anos de idade, que não tinham mais condições de trabalhar. Como já não produziam, não valiam nada, para os seus senhores. Ficou conhecida como Lei do Sexagenário.

LEI nº 3353, 13 DE MAIO DE 1888 – conhecida como a Lei Áurea, foi assinada pela Princesa Isabel para acabar com a escravidão no Brasil. Com essa lei, no país, a escravidão passou a ser um crime.

20.2 Organizações de defesa dos direitos: igualdade racial e étnica

Para encontrar apoio, orientação e informação para enfrentar as desigualdades raciais e de gênero, no país, você deve procurar as Organizações listadas abaixo. Com elas, você pode aprender mais sobre as leis e as formas de defender os direitos das mulheres brasileiras, especialmente, as mulheres negras e indígenas. Você encontra mais informações sobre as organizações de defesa dos direitos, dessa vez, na área de gênero, no Caderno Mulheres Semeando Cidadania.

20.2.1 Órgãos federais de promoção da igualdade racial

■ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Criada em 2003, a missão da SEPPIR é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no Brasil. Essa Secretaria é o resultado do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro. Fazem parte da SEPPIR, o Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR). O Conselho deve propor políticas de promoção da igualdade racial. Além do combate ao racismo, tem como missão apresentar alternativas para superar as desigualdades raciais, e ampliar os processos de controle social. O Fórum deve promover uma ação continuada, entre as três esferas de Governo (Federal, Estaduais e Municipais) com a finalidade de articular, capacitar, planejar, executar e monitorar as ações de promoção da igualdade racial.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º andar. CEP: 70054-906 - Brasília-DF

Telefone: (61) 3411-3695 | Fax: (61) 3226-5625

Site: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/

E-mail: seppir.ouvidoria@planalto.gov.br

■ **Fundação Cultural Palmares**

Entidade pública, vinculada ao Ministério da Cultura, criada em 1988. Tem a missão de promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra, visando à inclusão e ao desenvolvimento da população negra no Brasil.

Endereço: Setor Bancário Sul - Quadra 02 - Lote 11- Brasília – DF | CEP: 70.070-120

Telefone: (61) 3424-0100 - Telefax: (61) 3226-0351

Site: http://www.palmares.gov.br/

■ **Observatório AfroLatino – Fundação Cultural Palmares**

Tem como objetivo conhecer, reunir e divulgar informações sobre as diferentes culturas de raízes negras latino americanas e caribenhas, contribuindo para a promoção de uma reflexão crítica sobre essa realidade.

Endereço: Setor Bancário Sul - Quadra 2 - Lote 11 - Brasília/DF | CEP 70.070-945

Telefone: (61) 3424-0104

Site: http://afro-latinos.palmares.gov.br/

■ **Ministério Público Federal – Grupo de Trabalho Quilombos**

Atua para assegurar a pluralidade do Estado brasileiro, na perspectiva étnica e cultural.

Endereço: PGR - SAF Sul, Q. 04, Conj. C, Bl. B, Sala 306 |CEP: 70.050-900 Brasília - DF

Telefone: (61) 3105-6056 | Fax: (61) 3105-6121

Site:http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/quilombos

E-mail: 6camara@pgr.mpf.gov.br

20.2.2 Órgãos federais para promover a igualdade étnica

■ **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**

É o Órgão do Governo que estabelece e executa a política para os povos indígenas, no Brasil. Compete à FUNAI, entre outras questões, promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as suas terras, estimular o desenvolvimento de seus estudos e empreender levantamentos sobre os grupos indígenas.

Endereço: Quadra 702/902 Projeção A, Ed. Lex 70.390-025 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3313-3500

Site: http://www.funai.gov.br/

■ **Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)**

Atua em duas áreas, na de Saneamento Ambiental e de Atenção Integral à Saúde Indígena.

Endereço: SAS - Quadra 04 - Bloco "N" - 5º andar, Ala Norte - Brasília/DF | CEP: 70070-040

Telefone: (61) 3314-6362/6466 | Fax: (61) 3314-6253

Site: http://www.funasa.gov.br

■ **Ministério Público Federal – Grupo de Trabalho Educação Indígena**

Atua para assegurar a pluralidade do Estado brasileiro na perspectiva étnica e cultural.

Endereço: PGR - SAF Sul, Q. 04, Conj. C, Bl. B, Sala 306 | CEP: 70.050-900 Brasília - DF

Telefone: (61) 3105-6056 | Fax: (61) 3105-6121

Site: http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/educacao/educacao-indigena

E-mail: 6camara@pgr.mpf.gov.br

20.2.3 Órgãos do Governo do Estado de Pernambuco para promoção da igualdade racial

■ Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Tem a missão de formular, executar, monitorar e avaliar políticas públicas integradas na área de desenvolvimento social e direitos humanos.

Endereço: Av. Cruz Cabugá, 665 - Santo Amaro - Recife | CEP:50040-000

Telefone: (81) 3183-3000

Site: http://www2.sedsdh.pe.gov.br/web/sedsdh

■ Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social

Atua na formulação, no planejamento, na execução, na coordenação e no controle das políticas públicas, nas áreas de defesa e promoção da cidadania, da justiça e dos direitos humanos.

Endereço: Rua Benfica, 133- Madalena - Recife | CEP 50.720-001

Telefone: (81) 3303-3300

Blog: http://www.sejudhpe.blogspot.com/

■ Secretaria da Mulher

Tem a missão de promover os direitos das mulheres, em todo o território pernambucano.

Endereço: Rua Cais do Apolo, 222, 1º andar, Bairro do Recife | CEP: 50.030.230

Telefone: (81) 3183-2950

Site: http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher

E-mail: secmulher@secmulher.pe.gov.br

■ Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Etnicorracial – CEPIR

Criado em 2007, o Comitê funciona por meio da articulação de políticas públicas, trabalhando em conjunto com as Secretarias de Educação, de Articulação Social, de Juventude e Emprego, da Mulher, de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e de Defesa Social e Saúde.

Endereço: Palácio do Campo das Princesas - Praça da República, s/n – Recife | CEP 50010-928

Telefone: (81) 3301-7115 / 31812295

Blog: http://cepir-pe.blogspot.com/

E-mail: imprensa.ceppir@gmail.com

■ Centro de Referência de Enfrentamento ao Racismo (CRER)

Criado em 2009, o Centro de Referência de Enfrentamento ao Racismo é uma ação, em conjunto, da Secretaria de Juventude e Emprego e da Secretaria de Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, tendo a coordenação e a execução do CEPIR. Entre suas ações, estão: a prevenção do tráfico de seres humanos; o enfrentamento da violência contra a mulher ,e o enfrentamento de abusos e a violência policial, com atenção especial à população jovem e negra.

Endereço: Avenida Sigismundo Gonçalves, 700, Carmo, Olinda.

Telefone: (81) 3301-7115.

20.2.4 Órgãos de governos municipais para a promoção da igualdade racial

■ Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã

Tem como objetivos primordiais promover a cidadania, apoiando o exercício de direitos individuais e coletivos, e promover os Direitos Humanos, a partir de políticas públicas afirmativas.

Endereço: Av. Cais do Apolo, 925 – Bairro do Recife, Recife – PE | CEP: 50.030 – 903

Telefone: 3355 - 8634

Site: http://www.recife.pe.gov.br/2007/07/02/mat_144771.php

E-mail: sdhsc@recife.pe.gov.br

■ Diretoria da Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos

Desenvolve, desde 2004, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), que apóia políticas e ações que abordem a promoção da igualdade racial, e o combate ao racismo, na Gestão Municipal.

Endereço: Av. Cais do Apolo, 925 – Bairro do Recife, Recife – PE | CEP: 50.030 – 903

Fone: (81) 3232.8410/8342

20.3 Órgão do Ministério Público em Pernambuco

■ GT Racismo – Ministério Público de Pernambuco
O GT Racismo se dedica a combater o racismo institucional.

Endereço: Rua do Imperador, 473, Ed. Promotor Roberto Lyra, Santo Antônio, Recife-PE

Fone: (81) 3182.7055 | Fone/Fax: (81) 3182.7056

Site: http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/gt

■ Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania/Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Fone: 81.31827470 e FAX: 81.31827445

20.4 Organizações não governamentais

Em todo o país, existem diversas Organizações da Sociedade Civil que atuam nas questões de gênero, de raça e de etnia. Você pode encontrar informações sobre algumas delas, nos seguintes sites:

http://www.sepm.gov.br/Links/mulheres/mulheres

http://www.abong.org.br/

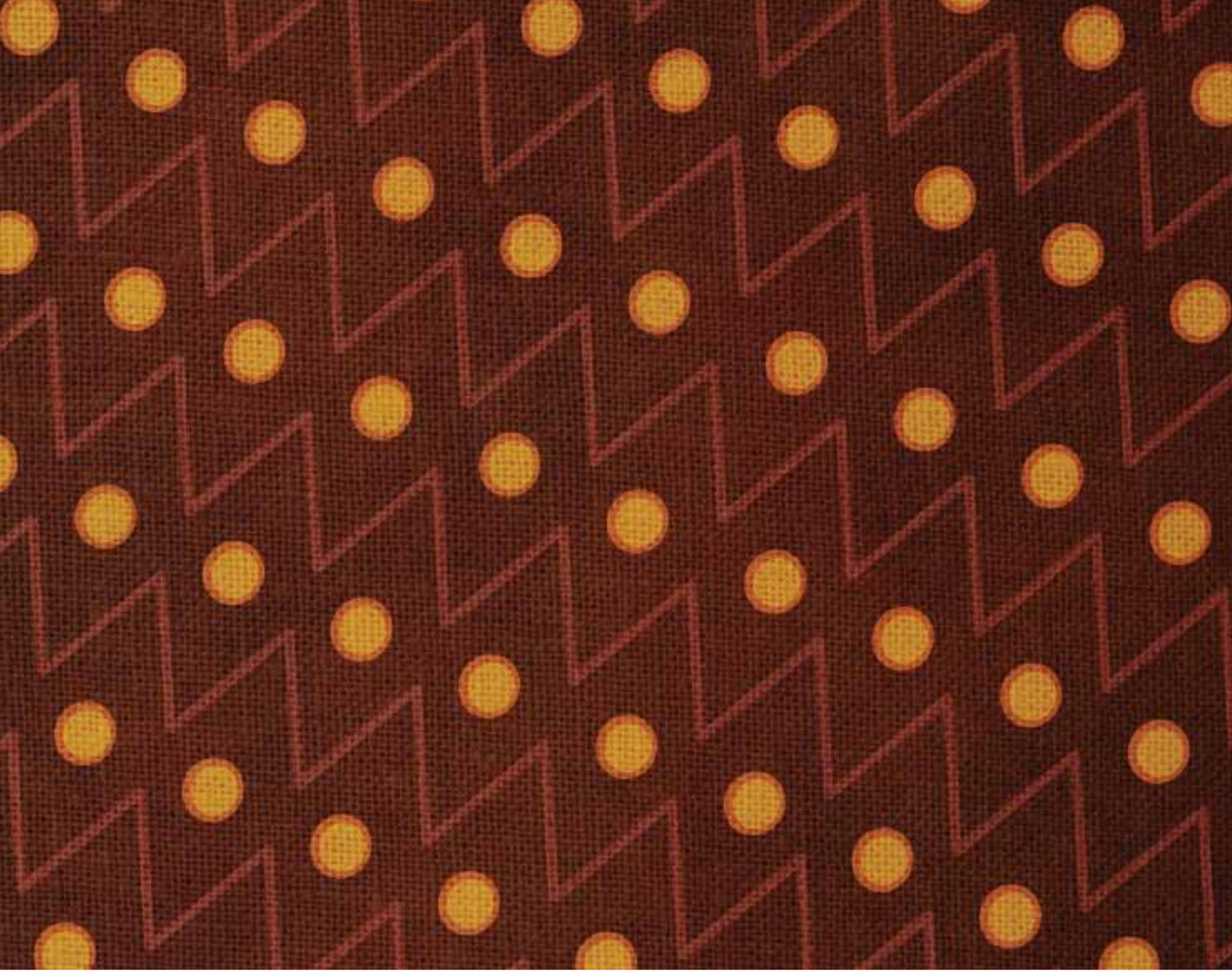
http://www.dhnet.org.br/abc/org/index.htm

VAMOS PENSAR MAIS!

As leis são conquistas das lutas da população por direitos iguais. Mas, elas, sozinhas, garantem a mudança de nossa sociedade?

CONCLUSÃO

Vimos, neste capítulo, as leis que foram criadas, a partir da ação dos Movimentos Sociais, para erradicar o racismo e corrigir os seus efeitos na sociedade brasileira. Aprendemos, também, que existem Órgãos de proteção e de promoção da igualdade racial, nos espaços governamentais, e que podemos procurá-los para fazer denúncias e reivindicar a igualdade de direitos. Com essas informações, podemos promover a igualdade em nossa família, em nossa comunidade, em nossa cidade e, até, em nosso país.



Por quase 500 anos, a História do Brasil resumiu-se às conquistas portuguesas em terras tropicais. Até hoje, fala-se, erroneamente, em Descobrimento do Brasil, como se aqui não vivesse ninguém, como se não houvesse cultura, e não houvesse qualquer sociedade humana no ano de 1500. Contada, apenas, pelo homem branco, a História brasileira não dava espaço para informações sobre a civilização indígena. Da mesma maneira, ela omitia ou, apenas, justificava, a crueldade da colonização portuguesa durante a escravidão.

Realização

Secretaria da Mulher
PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

Apoio

ONU MULHERES

2011
ANO INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES

ISBN 978-85-61813-04-8

9 788561 813048